

SALÉZIO SCHMOELLER

**UMA CONTRIBUIÇÃO PARA AVALIAR O RISCO NA CONCESSÃO DE
CRÉDITO DE UMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA – ESTUDO DE CASO DO
BANCO - ABC**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado
ao Departamento de Contabilidade, do Setor de
Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade
Federal do Paraná, como requisito para
obtenção do título de MBA - Auditoria Integral.

Orientador: Prof. Blênio César Severo Peixe

**CURITIBA
2008**

PENSAMENTOS

“Semeia um pensamento e colherás um desejo; semeia um desejo e colherás a acção; semeia a acção e colherás o hábito; semeia o hábito e colherás o carácter.”

(Tihamer Toth)

“A verdadeira medida de um homem não se vê na forma como se comporta em momentos de conforto e conveniência, mas em como se mantém em tempos de controvérsia e desafio.”

(Martin Luther King Jr)

“Todo o homem que encontro me é superior em alguma coisa. E, nesse particular, aprendo com ele.”

(Ralph Waldo Emerson)

AGRADECIMENTOS

À Deus, aos meus pais, à amiga e companheira de todos os momentos, minha querida e paciente esposa Márcia, e aos meus filhos Mariana e Guilherme, aos quais a vida está apenas na aurora do saber, irmãos e aos meus amigos, companheiros de todas as horas.

Ao Professor DR. Blênio César Severo Peixe, orientador, braço amigo de todas as etapas deste trabalho;

Aos professores dos bancos escolares, por sua paciência litúrgica de me ensinarem e permitirem-me aprender;

Aos colegas de Curso, pois juntos trilhamos uma etapa importante de nossas vidas;

À todos aqueles, que, direta ou indiretamente, possibilitaram a realização e finalização deste trabalho;

Aos amigos e colegas do cotidiano profissional, pelo convívio, manifestações de apreço e ensinamentos.

LISTAS DE SIGLAS E NOMECLATURAS

BACEN	-	Banco Central do Brasil
BNDES	-	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CDB	-	Certificado de Depósito Bancário
CDC	-	Crédito Direto ao Consumidor
CEP	-	Código de Endereçamento Postal
CMN	-	Conselho Monetário Nacional
CNPJ	-	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CPF	-	Cadastro da Pessoa Física
DAC	-	Departamento de Aviação Civil
DETRAN	-	Departamento de Transito
FGTS	-	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FINAME	-	Agência Especial de Financiamento Industrial
INSS	-	Instituto Nacional da Seguridade Social
NPR	-	Nota Promissória Rural
PDD	-	Provisão para Devedores Duvidosos
PIB	-	Produto Interno bruto
PIS/PASEP	-	Programa da Integração Social
RG	-	Registro Geral
S/A	-	Sociedade Anônima
SFN	-	Sistema Financeiro Nacional
SPC	-	Serviço de Proteção ao Crédito
SUS	-	Sistema Único de Saúde

LISTA DE TERMOS ESTRANGEIROS

COMPLIANCE	-	Conforme, em Conformidade
CORPORATE	-	Corporação
CREDI SCORING	-	Pontuação de Crédito
FACTORING	-	Fomento Comercial
FEELING	-	Tato, Sentido
HOT MONEY	-	Dinheiro quente
INTERNET	-	Rede de Comunicação Via Computadores
INVESTMENT GRADE	-	Grau de Investimento
LEASING	-	Aluguel
PRIVATE	-	Privado
RATING	-	Avaliação, Índice de Qualidade
STAFF	-	Pessoal, Quadro de Funcionário
STATUS	-	Estado, Condição, Cargo, Prestígio
WARRANTS	-	Recibo de Depósito

RESUMO

SCHMOELLER, Salézio. **Uma Contribuição para avaliar o risco na concessão de crédito de uma instituição financeira – estudo de caso do banco – ABC.** A ampliação do crédito no Brasil ocorreu após a Segunda Guerra Mundial e com o controle da inflação em 1994. A inadimplência acompanhou o processo. Emprestar dinheiro é uma das profissões mais antigas do mundo e foi utilizada para minimizar os riscos. O seu uso é para suprir múltiplas necessidades econômicas e de adquirir bens. O objetivo da análise de crédito é o de identificar os riscos e a finalidade deve estar vinculada com a necessidade do tomador e a capacidade de pagamento. Existe uma grande variedade de produtos que se diferenciam em prazos, taxas, formas de pagamento e garantias, e atendem todos os segmentos da sociedade. O sistema financeiro nacional objetiva a propiciar condições satisfatórias para a manutenção de um fluxo de recursos entre poupadores e tomadores para a promoção do desenvolvimento equilibrado do País. Para minimizar os efeitos dos prejuízos os bancos possuem normas, estruturas e recursos para controlar e monitorar o crédito concedido. O mercado financeiro segue padrões de solvência e liquidez internacional, sobretudo da necessidade dos controles internos com ênfase do risco de crédito. A decisão de conceder crédito deve ser fundamentada nas informações atualizadas e consistentes do cliente ou do fornecedor. A ficha cadastral é um instrumento valioso nesse auxílio, a entrevista é a primeira etapa do processo e devem ser considerados os Cs do cliente (caráter, capacidade, capital, colateral, condições e conglomerado). A garantia é um elemento acessório e o objetivo é de assegurar o cumprimento das obrigações assumidas e se classificam em real e pessoal. As instituições financeiras contam com as Políticas de Crédito que seguem as normas legais. O comportamento do tomador deve ser monitorado se detectado fato que possa comprometer o retorno deve ser tomado as medidas preventivas. O crédito recebe uma classificação de risco que se constitui de parâmetros da provisão para devedores duvidosos.

Palavras-chave: Concessão de Crédito; Risco; Garantia e Inadimplência.

Email – salezio.marcia@ibest.com.br

SUMÁRIO

PENSAMENTOS.....	II
AGRADECIMENTOS.....	III
LISTA DE SIGLAS E NOMECLATURAS.....	IV
LISTA DE TERMOS ESTRANGEIROS.....	V
RESUMO.....	VI
1. INTRODUÇÃO	1
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	4
2.1. ORIGEM DO CRÉDITO.....	4
2.2. TIPOS DE CRÉDITO.....	6
2.3. PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.....	11
2.3.1. Banco do Brasil	15
2.3.2. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	16
2.3.3. Caixa Econômica Federal	17
2.3.4. Bancos Múltiplos – Comerciais	18
2.3.5. Cooperativas de Crédito	19
2.3.6. Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento – Financeiras.....	20
2.4. PRINCIPAIS PRINCÍPIOS DE BASILÉIA	21
2.4.1. Condições Prévia para uma Eficiente Supervisão Bancária	22
2.4.2. Licenciamento e Estrutura	22
2.4.3. Exigências e Regulamentação para Adequação de Capital.....	23
2.4.4. Requisições de Informação.....	26
2.4.5. Poderes Formais dos Supervisores.....	26
2.4.6. Atividade Bancária Além-Fronteira	27
2.5. TIPOS COMUNS DE CRÉDITO	28
2.5.1. Pessoas Físicas	29
2.5.2. Empresas	29
2.6. PROCESSO PARA A CONCESSÃO DE CRÉDITO	30
2.6.1. Análise do Crédito	32
2.6.2. Concessão	37
2.6.3. Acompanhamento.....	47
2.6.4. Liquidação	48
2.6.5. Cobrança.....	49
2.7. OS C's DO CRÉDITO	51
2.7.1. Caráter	52
2.7.2. Capacidade	53
2.7.3. Condições	54
2.7.4. Capital	56
2.7.5. Conglomerado	57
2.7.6. Colateral.....	58
2.8. GARANTIAS.....	58
2.8.1. Garantias Pessoais.....	59
2.8.2. Garantias Reais.....	61

2.8.3. Necessidade de registro das garantidas	65
2.9. CLASSIFICAÇÃO DO CRÉDITO	65
2.9.1. <i>Rating</i> (classificação) dos Tomadores de Crédito.....	65
2.9.2. Classificação da Operação.....	67
2.9.3. Provisão para Devedores Duvidosos	68
3. METODOLOGIA DE PESQUISA.....	71
4. ESTUDO DE CASO	72
4.1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	73
4.2. CARACTERÍSTICA.....	78
4.3. PERFIL DOS CLIENTES	79
4.4. LINHAS DE CRÉDITO	79
4.5. GARANTIAS EXIGIDAS	80
4.6. MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO	80
4.7. RISCO DA INADIMPLÊNCIA.....	81
4.8. PRINCIPAIS INDICADORES DE RISCO DO CRÉDITO	82
4.8.1. Tipos de Risco.....	86
4.8.2. Causa	91
4.8.3. Consequência.....	93
4.8.4. Tabela.....	94
5. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES	96
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	99
7. ANEXOS	100
7.1. ANEXO – I – BALANÇO	101
7.2. ANEXO – II – LEI 4.595	116
7.3. ANEXO III – O PEPEL DOS INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS	166

1. INTRODUÇÃO

Com a industrialização ocorrida após a Segunda Guerra, do controle inflacionário a partir da implantação do Plano Real em 1994, ocorreu à ampliação na concessão de crédito e o risco de inadimplência acompanhou o processo, geralmente, motivado por exagero nas compras e de empresas que tomaram empréstimos além da capacidade de pagamento, o que tem ocasionado perdas aos proprietários do capital emprestado. Grande parte dos lucros das instituições financeiras advém por meio da concessão de crédito a pessoas físicas e jurídicas.

A concessão de crédito é em boa parte tratamento de risco, o que faz com que as gestões de negócio e a de risco estejam unidas. Assim, o responsável por gerir é responsável pelos seus resultados, incluindo, o risco assumido na atividade.

O tomador de crédito não está mais concentrado nas classes média e alta, pois com a queda na taxa de juros clientes pessoa jurídica formada por empresas de pequeno porte e pessoas físicas atraídas pela popularização das atividades bancárias, passaram a ter acesso aos bancos e se tornaram consumidores de crédito, fato que leva o setor financeiro apesar de concentrado a apresentar alta rentabilidade e com lucros crescentes. O volume de crédito no Brasil está em torno de 34% do PIB (Produto Interno Bruto), abaixo dos Países de economias parecidas.

Ao vender um crédito, compra-se um risco com todos os problemas e benefícios que a transação envolve, pois a qualquer momento, acontecimentos não previstos e adversos podem ocorrer, entre estes estão: as recessões econômicas, que afeta as fontes primárias de pagamento das entidades e de pessoas físicas, reduzindo assim a probabilidade de recebimento do crédito.

De que formas podem ser reduzidas as perdas decorrentes da inadimplência?

Como mapear os riscos?

As práticas de *Governança Corporativa* e os princípios de *Basiléia* no Setor Financeiro podem contribuir para reduzir as perdas com operações de crédito.

No processo de análise de crédito, a determinação do risco total deve considerar todas as informações relacionadas com a situação financeira do cliente, uma vez que a análise conjunta dos dados poderá possibilitar a realização de tomadas de decisões mais precisas.

O crescimento da inadimplência da pessoa física é decorrente do maior comprometimento da renda da população com o crédito, pois com a redução dos juros e o alongamento dos prazos para o pagamento de compras parceladas e facilitadas com cheque pré-datado, cartão de crédito entre outros meios.

Nas empresas, o aumento endividamento é creditado a evolução do crédito para as empresas, a redução da rentabilidade das empresas exportadoras, motivada pela valorização do real e da concorrência dos produtos importados e a falta de capacidade de pagamento dos consumidores.

Para reduzir a exposição de risco é necessário que os profissionais de crédito liberem os recursos após a realização da análise da capacidade de pagamento dos clientes, fundamentadas nas informações cadastrais disponíveis e da idoneidade.

Dentre as atribuições dos credores para análise do perfil do tomador, destacam-se: o segmento que pretende atuar, a seleção, a análise e o monitoramento do risco de crédito, baseadas em informações dos clientes, como: identificar em que situações ocorrem os riscos internos e externos na concessão de crédito; quais os interesses envolvidos e como podem ser resolvidos? Verificar o

comportamento do vendedor de crédito do analista e tomador e a importância das fontes de informações.

O monitoramento de crédito pode permitir o acompanhamento contínuo dos tomadores quanto a ocorrências como: cheques sem fundos; protestos; pendências financeiras; falências; concordatas; ações judiciais; ações de buscas e apreensão, dívidas vencidas, participação em empresas falidas, ações de execução fiscal. Antecipar essas informações pode-se tomar medidas preventivas e corretivas, com o objetivo de reduzir o risco, ou identificar um novo negócio.

As informações estão disponíveis em fontes oficiais, a exemplo de: Serasa, Serviço de Proteção de Crédito, Cartórios de Distribuição Judicial, Varas Cíveis, Cartórios de Protestos, Banco Central e Instituições Financeiras e não Financeiras. O monitoramento é uma ferramenta para controlar determinada atividade e avaliar se está sendo realizada dentro do padrão esperado, tanto pelas regras internas como aquelas estabelecidas pelos órgãos reguladores, ou seja, acompanhar e monitorar o crédito concedido.

O trabalho tem por objetivo auxiliar as empresas concessionárias de crédito na utilização de práticas para a redução das perdas, decorrentes da inadimplência, pois a atividade de concessão de crédito está exposta a prejuízos do não pagamento de dívidas por parte dos tomadores.

São objetivos específicos da pesquisa: estudar o conjunto de critérios e procedimentos a serem adotados nas análises dos clientes e dos negócios propostos para pessoa física e jurídica, objetivando o atendimento dentro dos parâmetros da qualidade, agilidade e segurança. Verificar o comportamento do vendedor – analista – tomador e a importância das fontes de informações. Fundamentar teoricamente a concessão e o monitoramento de crédito.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Nesta revisão bibliográfica abordam-se os seguintes itens: origem do crédito, tipos de crédito, principais instituições financeiras, os princípios de *Basileia* aplicados nos sistema financeiro, os tipos comuns de crédito, o processo para a concessão de crédito, os C's de crédito, as garantias e a classificação do crédito.

2.1. ORIGEM DO CRÉDITO

O crédito está ligado à evolução dos povos e ao uso da moeda como instrumento de trocas. Primeiramente o crédito foi utilizado na antiga Roma no início da era cristã para minimizar os riscos.

Conforme CAQUETTE, ALTMAN & NARAYANM (1999, p. 1), “emprestar dinheiro é uma das profissões mais antigas do mundo. O Código de Hamarubi, surgindo em 1800 A.C., apresentava diversas seções relativas à regulamentação do crédito na Babilônia”.

Segundo TAVARES (1988, p. 13.) “Foi nos séculos XVI e XVII que os homens de negócios criaram novos métodos. Neste período, letras endossáveis e notas promissórias foram criadas não somente para facilitar as trocas, mas também para minimizar os riscos decorrentes de grandes transferências de metal precioso”.

PEREIRA diz que:

Em Veneza (...) os cambistas sentavam-se em um banco em frente de suas casas à espera de navios para efetuar o “câmbio” de moedas. Aos poucos, ficaram conhecidos como “homens de banco” ou “banqueiros”. Com o passar do tempo, devido ao volume de negócios e também por segurança, passaram a operar dentro de suas casas (...) Estes banqueiros eram autorizados a negociar os produtos e depois apresentavam o resultado em dinheiro obtido. Da antiga prática de troca, do câmbio, da emissão dos documentos para fugir da pirataria e dos assaltos, das promessas para depois da comercialização dos produtos, surgiu o sistema de crediário. (PEREIRA 1991, p. 16).

Já SILVA (2000, p. 51) comenta: “A função de crédito é bastante antiga e alguns estudiosos destacam que foram encontradas evidências escritas nas ruínas da antiga Babilônia sobre empréstimos feitos a um fazendeiro, o qual teria se comprometido a pagar os juros e o principal após sua colheita”.

O uso do crédito tem se tornado freqüente, face da necessidade de consumo em massa, principalmente em épocas de prosperidade, destacado pelo maior consumo de bens duráveis, o que tem ocorrido em nosso país, após a implantação do Plano Real em 1994.

Para SANTOS (2000, p. 15), “Dentre as várias conceituações, uma linha de raciocínio tem predominado entre os autores: crédito refere-se à troca de um valor presente por uma promessa de reembolso futuro, não necessariamente certo, em virtude do fator risco”.

Na própria definição de crédito vemos que ele está sempre sujeito ao fator risco.

De acordo com SANTOS:

Entre os fatores internos identificados como responsáveis pelas perdas financeiras em concessões de crédito, usualmente são citados os seguintes de natureza administrativa; profissionais desqualificados, controles de riscos inadequados, ausência de modelos estatísticos e concentração de crédito com clientes de alto risco. Os fatores externos são de natureza macroeconômica. (SANTOS, 2006, p. 17).

Segundo Van Horne (1974),

Embora as causas de dificuldades financeiras sejam numerosas, muitas falências são atribuíveis, direta ou indiretamente, às falhas da administração das próprias empresas. Geralmente, problemas não financeiros levam a perdas que, por sua vez, resultam em dificuldades financeiras e, eventualmente, na falência. “Difícilmente, uma decisão errada constitui a causa da dificuldade; em geral, a causa é composta por uma série de erros, e a dificuldade vai aumentando gradativamente”. Citado por SANTOS (2006, p. 73).

SILVA, sugere que:

Em finanças, são usados conceitos diferentes de risco e para incerteza, segundo enfoques estatísticos. Resumidamente, podemos dizer que: (a) Risco: existe quando o tomador de decisões pode basear-se em probabilidades objetivas para estimar diferentes resultados, de modo que sua expectativa se baseia em dados históricos e, portanto, a decisão é tomada a

partir de estimativas julgadas aceitáveis pelo tomador de decisões. (b) Incerteza: ocorre quando não se dispõe de dados históricos acerca de um fato, o que poderá exigir que o tomador de decisões faça uma distribuição probabilística subjetiva, isto é, baseado em sua sensibilidade pessoal. (SILVA, 2000, p. 75).

O crédito é essencial em todas as atividades e o principal objetivo da análise de crédito é o de identificar os riscos nas situações de empréstimos. Pela expressão popular “o importante não é ter dinheiro, o importante é ter crédito” pode-se avaliar a dimensão do crédito na sociedade.

O crédito está presente em todo tipo de atividade e atende a múltiplas necessidades econômicas, como:

- a) Financiamentos às pessoas físicas: compra de bens (imóveis, veículos, máquinas e equipamentos); reforma de imóveis; e gastos com saúde, educação e lazer.
- b) Financiamentos às empresas: obtenção de matéria prima; aquisição de máquinas e equipamentos; ampliação da fábrica; financiamento do comércio exterior e financiamento ao cliente.

2.2. TIPOS DE CRÉDITO

O dicionário Aurélio apresenta os seguintes conceitos de crédito:

(...) Cessão de mercadoria, serviço ou importância em dinheiro, para pagamento futuro. A importância cedida. Facilidade de obter empréstimos ou comprar a prazo. Direito de receber o que se emprestou. A importância correspondente a esse direito. Linha de crédito (q. v.), esp. a que se destina à utilização eventual, na ocorrência de determinadas circunstâncias. (...) O que tem por base uma garantia constituída sobre propriedade imóvel ou direito de natureza real. Crédito rotativo (...) que continua disponível após sua utilização inicial, até determinado limite, sem necessidade de novo contrato. A crédito (...) Para pagamento ou recebimento futuro; fiado. (Dicionário Aurélio – Século XXI).

De acordo com SANTOS (2006, p. 24), “A finalidade do crédito deve estar diretamente vinculada com a necessidade do cliente. Por isso, é preciso conhecê-lo detalhadamente quanto à situação financeira e patrimonial, para oferecer-lhe uma

linha de crédito compatível com suas necessidades de financiamento e capacidade de amortização”.

Para FORTUNA (2007, p. 183) “Existe uma enorme variedade de produtos disponíveis que se diferenciam em prazos, taxas, formas de pagamento e garantias, com o limite sendo a criatividade do banco diante das limitações impostas pelo BC”.

Os tipos mais comuns de operações de créditos existentes no mercado são: Descontos; Conta Garantida; Capital de Giro; C D C; *Leasing*; Crédito Pessoal, Crédito Rural, Operações de Câmbio e Crédito Imobiliário.

- a) Descontos. São os adiantamentos de recursos que a instituição realiza aos seus clientes, pessoas físicas ou jurídicas, sobre o faturamento de vendas a prazo, de forma a antecipar o fluxo de caixa do cliente. Os títulos descontados provem de: Duplicatas Mercantis; Nota Promissória; Cheques; Antecipações das Vendas com Cartões de Crédito; Nota Promissória Rural.
- b) Conta Garantida. É um limite rotativo colocado a disposição na conta-corrente ou em conta vinculada do cliente para atender as necessidades emergenciais. A principal característica é atribuir um limite dentro do qual a empresa ou pessoa física pode emitir cheques que são honrados pelo banco, mesmo sem a provisão de fundos.
- c) Capital de Giro. São os recursos destinados para financiar o ciclo operacional das empresas com a aquisição de: mercadorias; matérias-primas; pagamento a fornecedores; salários; encargos; tributos, entre outros. O empréstimo está vinculado a um contrato específico onde consta o prazo, taxas, valores e garantias necessárias.
- d) Crédito Direto ao Consumidor. Modalidade de financiamento de bens novos ou usados destinada ao consumidor final, como: veículos; geladeiras;

televisores e vídeos. Normalmente o bem adquirido, serve de garantia da operação, pela qual o financiado transfere a Financeira o bem na figura de Alienação Fiduciária.

- e) *Leasing*. Operação de longo prazo, denominada de Arrendamento Mercantil em que o cliente escolhe os bens de que necessita e negocia com o fornecedor o preço de compra à vista e a empresa arrendadora concede o uso desse bem por um determinado período de tempo. O bem permanece em nome da instituição financeira durante a vigência do contrato e a transferência para o cliente ocorre após o pagamento do contrato. Portanto, o leasing é uma forma de ter sem comprar. Este contrato atende às necessidades das empresas no uso de equipamentos, sem precisar imobilizar recursos. A Resolução CMN nº 2.309 de 28/08/96 define dois tipos de *Leasing*: Operacional e Financeiro. O primeiro envolve as contraprestações a serem pagas pelo arrendatário que cubram o custo de arrendamento do bem e os serviços inerentes à sua colocação de até 75% do custo do bem arrendado. A segunda, as contraprestações e demais pagamentos previstos no contrato, sejam suficientes para que a arrendadora recupere o custo do bem arrendado durante o prazo contratual da operação e obtenha o retorno sobre os recursos investidos. As vantagens dessa operação são: financiamento total do bem; a liberação de capital de giro; possibilita a adequação entre o fluxo de caixa do cliente o fluxo de pagamentos da operação; a flexibilidade nos prazos de vencimentos; permite a otimização dos índices de endividamento da empresa, uma vez que a dívida decorrente da operação não é contabilizada como passivo no balanço; proporciona economia fiscal, uma vez que os pagamentos das contraprestações, que são compostas de principal e juros

são classificados como despesas dedutíveis do lucro tributável para efeito de imposto de renda; permite aceleração da depreciação do bem e reduz os custos administrativos, dispensando a necessidade de controle de ativo imobilizado e a depreciação do bem, enquanto o mesmo não for adquirido de forma definitiva.

- f) Crédito Pessoal. Tipo de crédito destinado à pessoa física com múltiplas alternativas de pagamento e não necessita de comprovação do direcionamento do recurso, objetiva a atender despesas pessoais.
- g) Crédito Rural. Operações destinadas para custeio agrícola, pecuário e comercialização de produtos agropecuários. Concedidas com uma porcentagem dos depósitos a vista e recursos em trânsito dos bancos, ou com recursos especiais definidos pelo governo. Os vencimentos dos financiamentos são estabelecidos de acordo com os períodos de recebimento de recursos pelo produtor rural, ou seja, na comercialização de seus produtos. Tem como objetivo estimular os investimentos rurais feitos por produtores e suas associações; permitir o custeio da produção, seu armazenamento e sua posterior comercialização, de forma oportuna e eficiente; fortalecer o setor rural, aumentando a sua competitividade e a incentivar o aperfeiçoamento dos métodos de produção, aumentando a produtividade rural e melhorando o padrão de vida dos envolvidos nas atividades rurais e o uso racional dos recursos naturais. As taxas praticadas no crédito rural com recursos obrigatórios são controladas e financia: Custeio agrícola e pecuário que fornece recursos para o ciclo operacional produtivo dessas atividades; Investimento agrícola e pecuário, objetiva ministrar recursos que se estendam por vários ciclos dessas atividades, seja para

investimos semifixos (tratores e colheitadeiras) e fixos (armazéns, açudes, pocilga, aviários entre outros) e comercialização agrícola e pecuária que são recursos indispensáveis à comercialização dos produtos desde a pré-comercialização, desconto de notas promissórias e/ou duplicatas rurais, empréstimos do Governo Federal, empréstimos a cooperativas para adiantamento a cooperados por conta do preço de produtos entregues para a venda e linha especial de crédito.

- h) *Finame*. Financia a compra de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, através de instituições financeiras credenciadas.
- i) Financiamento Imobiliário. Consiste em financiar: construção de unidades habitacionais em terreno próprio; aquisição de terreno e construção de unidades habitacionais. Permite a aquisição de imóvel residencial urbano ou na reforma e ampliação. Admite a compra de imóveis comerciais pelos micros, pequenos e médios empresários, comerciantes e profissionais liberais.
- j) Operações de Câmbio. As instituições financeiras operam com operação de câmbio para as empresas que exportam, tendo como atrativo o custo financeiro e a agilização da entrada de recursos, não necessitando esperar o pagamento de quem compra o produto no exterior. É oferecido, ainda recursos, em moeda estrangeira para importação de equipamentos. O custo e o prazo desses financiamentos são atrativos e suas origens são de organismos de fomento. Advém da troca (conversão) da moeda de um país pela de outro. Em relação ao estabelecimento operador as operações de câmbio se classificam como: Compra - que é o recebimento de moeda estrangeira contra entrega de moeda nacional; Venda – é a entrega de

moeda estrangeira contra o recebimento de moeda nacional; Arbitragem – é a entrega de moeda estrangeira contra o recebimento de outra moeda estrangeira. A essência destas conversões pode aparecer em função de: Exportação – pela venda ao exterior de mercadorias e serviços com o preço acertado para o recebimento em moeda estrangeira; Importação – na compra de mercadorias e serviços do exterior com o valor combinado em moeda estrangeira e de Operações Financeiras, oriunda da movimentação financeira de entrada ou saída de capitais de empréstimos, financiamentos, ou investimentos do País. O contrato de câmbio objetiva a prestação de um serviço por um banco a seu cliente. Quando exportador, o serviço bancário será a cobrança no exterior, contra o importador residente em outro país. Quando importador, o serviço bancário será o recebimento, em moeda local, com o respectivo pagamento ao fornecedor no exterior, do valor referente à mercadoria importada.

2.3. PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Em 12 de outubro de 1808, foi criado o primeiro instituto de crédito no Brasil, com o nome de Banco do Brasil.

A Constituição da República Federativa do Brasil traz no artigo 192. “O Sistema Financeiro Nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulamento por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram”.

Conforme o art. 17, da Lei nº 4.595/64, “consideram-se instituições financeiras, para os efeitos da legislação em vigor, as pessoas jurídicas públicas ou privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros”.

SILVA, destaca que:

O Sistema Financeiro Nacional consiste de um conjunto de instrumentos e instituições que funcionam como meio para realização da intermediação financeira, ou seja, transferir recursos de agentes econômicos superavitários para agentes econômicos deficitários. Esta intermediação é feita pelas instituições financeiras. (...) o sistema financeiro aproxima os agentes econômicos com situação orçamentária superavitária dos agentes com situação orçamentária deficitária. Os agentes com situação deficitária precisam de recursos para atenderem as suas necessidades de consumo e investimentos, enquanto que os agentes com situação superavitária precisam de alternativas para aplicarem seus excedentes de recursos. Os instrumentos e as instituições do Sistema Financeiro Nacional propiciam condições para que os dois tipos de agentes econômicos (superavitários e deficitários) tenham suas necessidades atendidas, ao mesmo tempo em que estimulam a elevação das taxas de consumo e de investimentos. Daí, maior produção e maior demanda agregada. (SILVA, 2006, p. 42).

São consideradas instituições financeiras pelo Sistema Financeiro Nacional, os bancos comerciais, os bancos de desenvolvimento, as cooperativas de crédito, os bancos de investimento, sociedade de crédito, financiamento e investimentos, sociedades corretoras, sociedades distribuidoras, sociedade de arrendamento mercantil, associações de poupança e empréstimo, sociedades de crédito imobiliário, investidores institucionais, companhias hipotecárias, agências de fomento, bancos múltiplos e bancos cooperativos.

MELLAGI E ISHIKAWA, definem: (...) “de **sistema financeiro** ou bancário o conjunto de instituições e operações ocupadas com o fluxo de recursos monetários entre os agentes econômicos. Basicamente, é o mercado de emprestadores e tomadores de empréstimos, sendo que o valor da remuneração dos empréstimos é chamado de **juro** ou, em termos percentuais, de **taxa de juros** (...)”. (MELLAGI e ISHIKAWA, 2000, p. 17)

SILVA (2000, p. 47) conceitua, “Um banco é, essencialmente, um intermediário financeiro que exerce o papel de aproximar os agentes econômicos (famílias, empresas e governos, entre outros) com situação orçamentária superavitária dos agentes econômicos com situação deficitária, visando atender às necessidades das duas partes”.

Os bancos possuem a função da intermediação financeira e são os facilitadores para a consecução dos objetivos dos outros segmentos da atividade econômica. Porém, há um preço pago pelos serviços financeiros derivados pela política econômica praticada pelo governo e das regras imposto do mercado.

A intermediação financeira é a principal atividade das casas bancárias, portanto, emprestar dinheiro e financiar a compra de bens deve ser sua principal fonte de renda.

Segundo FORTUNA, o Banco de hoje apresenta a seguinte evolução:

Com a reforma bancária de 1964 (Lei nº 4.595, de 31 dezembro de 1964) e a reforma do Mercado de Capitais (Lei nº 4.728, de 14 de junho de 1965) definiu-se uma política que procurou dissipar antigas controvérsias relativas às instituições financeiras, ou seja, evolução no sentido europeu, pela qual os bancos são as principais peças do sistema financeiro, operando em todas as modalidades de intermediação financeira, ou adoção de modelo americano, no qual predominaria a especialização. (FORTUNA , 2007, p. 3 e 4).

Nos últimos anos, o sistema bancário brasileiro sobreviveu a choques econômicos e a concessão de crédito nas mãos de poucos tomadores e em baixo volume com preços sempre elevados. Ressalta que no Brasil a última crise bancária ocorreu no fim do ano de 1994.

As crises financeiras ocorridas sempre implicam em grandes prejuízos à sociedade, pois as instituições financeiras possuem o papel de financiar os demais segmentos da economia e a possibilidade de criar moedas.

A qualidade dos créditos nas instituições financeiras se torna fator determinante na obtenção da rentabilidade desejada.

Os bancos possuem normas, estruturas e recursos para o controle e o monitoramento de crédito, observados os fatores de segurança, liquidez e rentabilidade.

De acordo com SCHRICKEL:

Crédito é todo ato de vontade ou disposição de alguém de destacar ou ceder, temporariamente, parte do seu patrimônio a um terceiro, com a expectativa de que esta parcela volte a sua posse integralmente, após decorrido o tempo estipulado. Esta parte do patrimônio pode estar materializada por dinheiro (empréstimo monetário) ou bens (empréstimo para uso, ou venda com pagamento parcelado, ou a prazo). (SCHRICKEL, 1998, p. 25).

Como observa Lopes & Rossetti (1992: 300-301), citado por MELLAGI e ISHIKAWA:

A intermediação financeira traz, tanto para os indivíduos como para a economia, os seguintes benefícios:

- Os bancos, pela sua própria atividade, conseguem administrar as incertezas econômicas de maneira mais eficiente, o que faz com que os agentes econômicos disponham-se a confiar aos bancos a administração de suas carteiras de investimento.
- Os bancos facilitam e agilizam a aproximação entre os detentores de capital e aqueles que o necessitam, eliminando o lado pessoal entre as partes envolvidas.
- A intermediação financeira possibilita um aumento da eficiência econômica, porque, dada a competição do mercado, os bancos estarão sempre à procura de aplicação que ofereçam melhores retorno e rentabilidade de seus clientes.

A despeito desses benefícios, não é difícil perceber que o atingimento de níveis adequados de crédito por parte dos bancos não é uma operação simples, exigindo um equilíbrio entre a busca por maior lucro e uma cuidadosa análise do crédito para seus clientes e de suas operações de alavancagem. (MELLAGI e ISHIKAWA, 2000, p. 172)

Nos dias de hoje, a estrutura do mercado financeiro está classificado de acordo com sua segmentação de mercado, conforme segue:

- a) Bancos de Negócios. Responsáveis pela intermediação de grandes operações, também conhecidas como de engenharia financeira.
- b) Bancos de Atacado. Possui foco em poucos e grandes clientes.

- c) Bancos de Varejo. Trabalham com o grande público, independente de tamanho.

Ainda dentro do atendimento da segmentação de mercado as instituições financeiras atuam em grupos de atendimento específico e diferenciado, como: atendimento a clientes pessoas físicas de alta renda e/ou elevado patrimônio e a grandes empresas.

2.3.1. Banco do Brasil

É um sociedade de economia mista, pessoa jurídica de direito privado, cujo capital em sua grande maioria pertence a União. Sua principal função é a execução da política creditícia e financeira do governo federal.

COLLI e FONTANA, realçam que o Banco do Brasil:

- I – Na qualidade de agente financeiro do Tesouro Nacional, sem prejuízo de outras funções que lhe venham a ser atribuídas e ressalvado o disposto do art. 8º da Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952.
- a) receber a crédito do Tesouro Nacional as importâncias provenientes da arrecadação de tributos ou rendas federais e ainda o produto das operações de que trata o art. 49, desta lei;
 - b) realizar os pagamentos e suprimentos necessários à execução do orçamento geral da União e leis complementares, de acordo com as autorizações que lhe forem transmitidas pelo Ministério da Fazenda, as quais não poderão exceder o montante global dos recursos a que se refere a letra anterior, vedada a concessão, pelo Banco, de créditos de qualquer natureza ao Tesouro Nacional;
 - c) conceder aval, fiança e outras garantias, consoante expressa autorização legal;
 - d) adquirir e financiar estoques de produção exportável;
 - e) executar a política de preços mínimos dos produtos agropastoris;
 - f) ser agente pagador e recebedor fora do País;
 - g) executar o serviço da dívida pública consolidada.
- II – Como principal executor dos serviços bancários de interesse do governo federal, inclusive suas autarquias, receber em depósito, com exclusividade, as disponibilidades de quaisquer entidades federais, compreendendo as repartições de todos os Ministérios civis e militares, instituições de previdência e outras autarquias, comissões, departamentos, entidades em regime especial de administração e quaisquer pessoas físicas ou jurídicas responsáveis por adiantamentos, ressalvados o disposto no § 5º deste artigo, as exceções previstas em lei ou casos especiais expressamente autorizados pelo Conselho Monetário Nacional por proposta do Banco Central do Brasil (COLLI e FONTANA 1994, p. 26).

Atualmente é um conglomerado financeiro que vem ajustando à estrutura de um banco múltiplo tradicional.

2.3.2. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

De acordo com o site – www.bndes.com.br – “O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES é uma empresa pública federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que tem como objetivo financiar em longo prazo os empreendimentos que contribuam para o desenvolvimento do país”.

Constitui-se no principal instrumento de execução da política de investimentos de longo prazo do Governo Federal, como: impulsionador do desenvolvimento econômico e social do País; fortalecedor do setor empresarial nacional, promovedor do desenvolvimento integrado das atividades agrícolas, industriais e de serviços, além do crescimento e a diversificação das exportações. Suas principais operações de mercado são: Financiamento à Empresa (Finem); BNDES Automático; Finame; Finame Agrícola; Financiamento à Exportação; Financiamento à Marinha Mercante e à Construção Naval.

As políticas operacionais do BNDES visam à melhoria da qualidade de vida da população brasileira, para tanto os investimentos apresentam os objetivos: o fortalecimento da competitividade da economia brasileira; a geração de emprego e melhoria da qualidade dos postos de trabalho; a diminuição das desigualdades regionais; a preservação do meio ambiente.

A utilização dos recursos provém do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT; PIS/PASEP; BNDES Recursos Próprios e de Recursos Externos por empréstimos de instituições multilaterais de crédito ou captação de bônus.

O direcionamento dos recursos envolve: financiamentos de longo prazo; crédito produtivo popular; operações com valores mobiliários; prestação de garantias

financeiras; *leasing* de equipamentos e financiamento à exportação de bens e serviços.

Os empreendimentos apoiados compreendem a implantação, expansão e modernização de atividades produtivas e da infra-estrutura; comercialização de produtos e serviços no Brasil e no exterior; capacitação tecnológica; treinamento de pessoal, formação e qualificação profissional e reestruturação industrial e empresarial.

São prioritários para: ativos fixos de qualquer natureza, exceto terrenos, benfeitorias já existentes e equipamentos usados; capital de giro, associado ao investimento fixo, para exportação de produtos e serviços e para as operações de crédito produtivo popular e de despesas pré-operacionais.

2.3.3. Caixa Econômica Federal

É uma autarquia financeira responsável pela operacionalização das políticas do Governo Federal para financiar a casa própria e o saneamento básico, além de terem carteiras de empréstimos e de penhor. Também atua em operações relativas a bancos comerciais.

As principais atividades estão relacionadas com a captação de recursos em caderneta de poupança, em depósitos judiciais e a prazo.

Exerce a administração de programas, como: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, Programa de Integração Social – PIS, Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social – FAZ, além das loterias.

Mencionado por Colli e Fontana:

O Dr. João Gualberto de Oliveira, em seu livro *Caixas Econômicas* que cita, “na América do Sul, segundo o economista Aureliano González Tiróz, foi a Argentina, por iniciativa do grande Rovadavia, que se antecipou a diversos povos europeus na salutar política de fomento da

econômica entre seus habitantes, o que fez mediante decreto governamental de 5 de março de 1825. No Brasil, entretanto, essa forma de estímulo à poupança só surgiu mais tarde, e isso mesmo por iniciativa particular, sem nenhum auxílio do poder público. (COLLI e FONTANA, 1994, p. 29).

2.3.4. Bancos Múltiplos - Comerciais

Criados com a Resolução nº 1.524, de 21/09/1988, do Conselho Monetário Nacional e regulamentado pela Circular nº 1.364 do Banco Central do Brasil, os Bancos se agruparam em única instituição financeira, com personalidade jurídica própria, a execução de operações ativas, passivas e acessórias, que eram privativas de Bancos Comerciais; Bancos de Investimentos; Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento; e Sociedades de Crédito Imobiliário.

MELLAGI e ISHIKAWA, definem:

O que caracteriza os bancos comerciais (ou a carteira comercial de um banco múltiplo) é principalmente sua captação de recursos por meio de depósitos à vista, embora eles também possam obter recursos de depósitos a prazo. (...) Outras fontes de recursos podem advir de instituições oficiais e estrangeiras para repasse aos clientes, de cobrança de tarifas e de prestação de serviços (inclusive mediante convênio com outras instituições), de desconto de títulos, de abertura de crédito e, mesmo, de realização de operações especiais (tais como crédito rural). (MELLAGI e ISHIKAWA, 2000, p. 125)

Executam uma gama de operações e serviços atinentes aos estabelecimentos de crédito, como: desconto de títulos de crédito; operações de crédito, câmbio; cobrança de títulos; guarda de valores; recebimentos de depósitos; ordens de pagamento; recebimento de contas (água, luz, telefone), arrecadador de tributos (Federais, Estaduais e Municipais); recebimento das contribuições ao INSS, FGTS, aos programas de integração social PIS/PASEP, entre outros.

Por suas múltiplas funções, os bancos comerciais constituem a base do sistema monetário.

Caracterizam por Sociedades Anônimas, com o objetivo na intermediação entre os que possuem capital e os que precisam obtê-lo.

Os Bancos Múltiplos funcionam a partir de duas carteiras possíveis de quatro, conforme segue:

- a) Carteira Comercial. Envolve: Depósitos, Descontos, Câmbio, Aplicações entre outras.
- b) Carteira de Investimentos. Abrange: captação por meio de CDBs (Certificados de Depósitos Bancários), Empréstimos Específicos, Câmbio.
- c) Carteira de Crédito, Financiamento e Investimento. Compreende: Crédito Direto ao Consumidor, Captação de Recursos por meio de cambiais.
- d) Carteira de Crédito Imobiliário. Inclui: Operações de Crédito Imobiliário, Captação através de Cadernetas de Poupança, Letras Imobiliárias.

2.3.5. Cooperativas de Crédito

A Resolução nº 11, do Banco Central, proíbe que delas participe qualquer pessoa detentora de mais de 10% de capital. O texto da resolução das cooperativas de crédito trata:

O Banco Central da República do Brasil, de conformidade com o art. 9º da Lei nº 4.595. de 31-12-64, e na forma da deliberação do Conselho Monetário Nacional, resolve:

- I – O capital das cooperativas de crédito, será sempre realizado em moeda corrente, devendo o associado integralizar, no ato da subscrição, pelo menos 50% das quotas que tomar, e, dentro de um ano, o restante.
- II – Não poderão pertencer ao quadro social das cooperativas de crédito nem conseqüentemente participar de seus órgãos administrativos, consultivos, fiscais e semelhantes, nem nelas exercer funções de gerência, pessoas que participem da administração ou detenham mais de 10% do capital de qualquer outra instituição financeira.
- III – As cooperativas de crédito deverão manter encaixe em moeda corrente e em depósito de livre retirada, em proporção necessária à condução satisfatória de suas operações, vedada a manutenção de depósitos voluntários em outro estabelecimento, a não ser no Banco do Brasil S.A., salvo em localidades onde este não possuir agência.
- IV – É vedado às cooperativas de crédito:
 - a) usar em sua denominação a palavra “Banco”;

- b) realizar operações de crédito com pessoas jurídicas (ressalvando-se, em relação às cooperativas que efetuem operações de crédito agrícola, associados admitidos em conformidade com o § 2º do art. 7º do Decreto nº 23.239: “pessoas jurídicas cuja existência tenha por fim a prática da agricultura ou da pecuária”);
- c) conceder empréstimos ou adiantamentos sem observância do prazo de carência de noventa dias de inscrição do associado;
- d) negociar, ou receber em garantia de empréstimos, títulos que não sejam emitidos diretamente a seu favor pelo associado, exceto conhecimento de embarque, warrants e os respectivos conhecimentos de depósito, e promissórias rurais representativas do transporte, armazenamento ou venda de produção rural própria do cooperado;
- e) adquirir imóveis não destinados ao próprio uso, salvo os recebidos em liquidação de empréstimos de difícil ou duvidosa solução, caso em que deverão vendê-los dentro do prazo de um ano, a contar do recebimento;
- f) manter aplicações em imóveis de uso próprio que, somadas ao seu ativo em instalações e móveis e utensílios, excedam o valor do capital realizado e reservas livres;
- g) outorgar aceites, avais, fianças ou outras garantias com a finalidade de facilitar o levantamento de empréstimos ou obtenção de recursos junto a terceiros, exceto em estabelecimentos oficiais de crédito;
- h) admitir saques a descoberto em contas de depósitos ou de empréstimos, e nestas, ainda, além do limite contratual;
- i) participar do capital de sociedades outras que não o do Banco Nacional de Crédito Cooperativo e o de cooperativas centrais.

As cooperativas têm o objetivo de melhorar a comercialização de produtos rurais e de melhorar o escoamento de safras agrícolas para os centros consumidores, para tanto, atuam basicamente no setor primário da economia.

2.3.6. Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento – Financeiras

Tem o objetivo de financiar bens de consumo duráveis, conhecido como crediário, ou crédito direto ao consumidor.

São proibidas em manter contas correntes e o seu meio de captação ocorre na colocação de letras de câmbio, ou seja, títulos de crédito sacados pelos financiados e aceitos pelas financeiras para colocação ao público. As financeiras possuem os chamados promotores de vendas, que são sociedades civis que servem de ligação entre o consumidor final, o lojista e a financeira, por meio de contratos

específicos, em que figuram com poderes especiais, como o de sacar letras de câmbio na qualidade de procuradoras dos financiados.

2.4. PRINCIPAIS PRINCÍPIOS DE BASILÉIA

Tem a finalidade da uniformização das normas aplicáveis ao segmento bancário, com o objetivo de criar um ambiente estável que harmonize a intensificação dos fluxos financeiros entre os países, ocorre com o processo de internacionalização da economia mundial.

De acordo com FORTUNA,

O processo de globalização da economia obrigou o CMN a regulamentar, em 17/08/94, através da Resolução 2.099, os Limites Mínimos de Capital Realizado e Patrimônio Líquido para Instituições Financeiras, com o objetivo macro de enquadrar o mercado financeiro aos padrões de solvência e liquidez internacionais, que foram definidos em 07/88 em acordo assinado na Basileia, Suíça, pelos bancos centrais dos países que compõem o grupo dos dez. (FORTUNA, 2007, p. 699).

O Comitê da *Basileia* foi criado em 1975 e composto por autoridades supervisoras do sistema bancário e bancos centrais dos países que forma o “Grupo dos Dez”: Alemanha, Bélgica, Canadá, Estados Unidos, França, Inglaterra, Itália, Japão, Suécia e Suíça.

O acordo consiste nas discussões empreendidas com vários organismos reguladores e nas sugestões apresentadas pelas instituições financeiras, que levaram o Comitê da *Basileia* a estabelecer os Princípios para uma supervisão bancária eficaz. Eles abordam a necessidade dos controles internos e, sobretudo o risco de crédito.

Os 25 princípios básicos do comitê de supervisão bancária de acordo com FORTUNA (2007, p. 714 a 717) os quais serão detalhados nos itens a seguir:

2.4.1. Condições Prévias para uma Eficiente Supervisão Bancária

1. “Um eficiente sistema de supervisão bancária deve ter claras responsabilidades e objetivos para cada agência envolvida na supervisão operacional e recursos apropriados. Uma adequada estrutura legal para supervisão bancária também é necessária, incluindo provisões relativas à autorização de estabelecimentos bancários e a supervisão em andamento; poderes para tratar do cumprimento das leis, bem como em relação às preocupações de correção e segurança”.

2.4.2. Licenciamento e Estrutura

2. “As atividades permissíveis de instituições que são licenciados e sujeitas à supervisão, como os bancos, devem ser claramente definidas, e o uso da palavra “banco” nos nomes deve ser controlado até onde possível”.
3. “A autoridade de licenciamento deve ter o direito de dispor critérios e rejeitar aplicações para estabelecimentos que não cumpram ou alcancem os padrões determinados. O processo de licenciamento deve consistir, no mínimo, de uma avaliação da estrutura de propriedade do banco, diretores e administração superior, do seu plano operacional e controles internos e sua projetada condição financeira, inclusive sua base de capital. Quando o proprietário proposto ou organização controladora for um banco estrangeiro, o anterior consentimento do supervisor do país de origem deve ser obtido”.

4. “Os supervisores bancários devem ter autoridade para revisar e rejeitar quaisquer propostas para transferir propriedade significativa ou interesses de controle em bancos existentes e outras parcerias”.
5. “Os supervisores bancários devem ter a autoridade para estabelecer critérios para revisar grandes aquisições ou investimentos por um banco e garantir que as afiliações corporativas ou estruturas não exponham o banco a riscos indevidos ou atravanquem uma supervisão efetiva”.

2.4.3. Exigências e Regulamentação para Adequação de Capital

6. “Os supervisores bancários devem estabelecer exigências mínimas de capital que reflitam os riscos que os bancos assumem e devem definir os componentes de capital, tendo-se em mente a habilidade para absorver prejuízos. Para os bancos internacionalmente ativos, estes requerimentos não devem ser menos do que aqueles estabelecidos no Acordo de Capital de Basiléia”.
7. “Uma parte essencial de qualquer sistema de supervisão é a independente avaliação da política de um banco determinado, práticas e procedimentos relativos à concessão de empréstimos e realização de investimentos e a administração em andamento das carteiras de investimentos e empréstimos”.
8. “Os supervisores bancários devem ficar satisfeitos que os bancos estabeleçam e façam adesão a políticas adequadas, práticas e procedimentos para avaliar a qualidade de ativos e a adequação de provisões de perdas de empréstimos e reservas”.

9. “Os supervisores bancários devem ficar satisfeitos com o fato de os bancos terem sistemas de informação gerencial que capacitem a administração a identificar concentrações dentro da carteira. E os supervisores devem estabelecer limites de adequação de capital para restringir a exposição do banco a tomadores únicos ou a grupos de tomadores de empréstimos relacionados”.
10. “Para evitar abusos provenientes de empréstimos vinculados, os supervisores bancários precisam ter requisitos segundo os quais os bancos emprestam a empresas coligadas e a indivíduos com base em operações puramente comerciais: a extensão dos créditos é o fato monitorada e se tomam outras medidas adequadas ao controle e à diminuição de riscos”.
11. “Os supervisores bancários precisam estar convencidos de que os bancos têm políticas e procedimentos adequados à identificação, monitoramento e controle dos riscos do país e da transferência de riscos em seus empréstimos internos e atividades de investimentos; também devem estar certos de que os bancos mantêm reservas adequadas contra esses riscos”.
12. “Os supervisores bancários precisam estar convencidos de que os bancos têm sistemas que medem e monitoram cuidadosa e adequadamente os riscos controlados do mercado. Os supervisores deveriam ter poderes para impor limites específicos e/ou cobrança específica sobre o capital em relação à exposição aos riscos do mercado, se houver garantias”.
13. “Os supervisores bancários precisam estar convencidos de que os bancos possuem um processo inteligível de gerenciamento dos riscos (inclusive supervisão apropriada do conselho e da administração graduada) para

identificar, medir e controlar todos os outros riscos materiais e, quando necessário, defender o capital contra esses riscos”.

14. “Os supervisores bancários devem assegurar de que os bancos tenham controles internos que sejam adequados à natureza e ao tamanho de seus negócios. Estes incluiriam acordos transparentes para a delegação de autoridade e de responsabilidade; a separação de funções que envolvam o compromisso do banco, a disponibilidade de seus fundos e a contabilidade de seus ativos e passivos; o ajuste desses processos; a salvaguarda dos ativos e a auditoria independente interna e externa, apropriada, além da concordância de funções para testar a adesão a esses controles, bem como às leis e regulamentos aplicáveis”.
15. “Os supervisores bancários precisam dar ordens para que os bancos tenham políticas, práticas e procedimentos adequados, inclusive regras estritas tipo “conheça o seu cliente”, que promovem padrões éticos e profissionais no setor financeiro e evitam que os bancos sejam utilizados, intencionalmente ou não, por pessoas criminosas”.
16. “Um sistema bancário eficiente de supervisão deve ter tanto uma supervisão na sede quanto uma fora dela”.
17. “Os supervisores bancários precisam ter contatos regulares com a agência bancária. Em sua ação e também por intermédio da compreensão das suas operações”.
18. “Os supervisores bancários precisam ter meios de coletar, rever e analisar relatos de adequação de capital e relatórios estatísticos vindos de bancos numa base única e consolidada”.

19. “Os supervisores bancários precisam ter meios de obter a confirmação das informações dos supervisores, seja por meio de inspeção no próprio lugar, seja utilizando o trabalho de auditores externos”.
20. “Um elemento fundamental da supervisão bancária é a capacidade de os supervisores inspecionarem a organização bancária numa base consolidada”.

2.4.4. Requisições de Informação

21. “Supervisores bancários devem estar satisfeitos que cada banco mantenha registros adequados escritos em harmonia com políticas de avaliação consistentes e práticas que habilitem o supervisor a obter uma visão real e clara da condição financeira do banco e a lucratividade de seus negócios. E que o banco publique uma declaração financeira em bases regulares que reflitam razoavelmente sua condição”.

2.4.5. Poderes Formais dos Supervisores

22. “Supervisores bancários devem ter à sua disposição medidas supervisoras adequadas para levar a efeito ações neutralizadoras quando os bancos falhem em preencher requisitos consultivos necessários (tais como índices de adequação de capital mínimo), quando há violações reguladoras, ou quando depositantes são ameaçados de qualquer outra maneira”.

2.4.6. Atividade Bancária Além-Fronteira

23. “Supervisores bancários devem praticar supervisão consolidada mundial, adequadamente monitorada, e ajustar normas prudentes apropriadas para todos os aspectos de empreendimentos conduzidos por organizações bancárias mundiais, essencialmente em suas sucursais estrangeiras e subsidiárias”.
24. “Um componente-chave de supervisão consolidada é a instituição do contato e da troca de informação com os vários outros supervisores envolvidos, primeiramente autoridades supervisoras do país hospedeiro”.
25. “Supervisores bancários devem requerer a operação local de bancos estrangeiros para ser conduzida nos mais altos padrões, como é exigido de instituições domésticas. Devem, também, ter poderes para compartilhar informação necessária com os supervisores do país de origem daqueles bancos, com o propósito de cumprir supervisão consolidada”.

De acordo com os princípios de basileia, os responsáveis devem assegurar que as instituições financeiras disponham de recursos necessários para assumir riscos, incluindo capital apropriado, administração sólida e sistemas de controle e registros contábeis eficazes.

Os Bancos necessitam de terem um processo desenvolvido de monitoramento contínuo de relações de crédito, incluindo as condições financeiras dos tomadores. Esta avaliação precisa compreender a qualidade dos ativos e a adequação das provisões e das reservas para perdas em empréstimos.

É conveniente que os bancos avaliem com precisão e controlem adequadamente os riscos de mercado. Deve haver padrões quantitativos e qualificativos bem estruturados para o processo de administração do risco.

As casas bancárias devem estabelecer linhas de comunicação tanto dentro de sua estrutura administrativa quanto por meio de um sistema interno de segurança ou vigilância, independente da administração, para o relato de problemas. Dos funcionários, precisa ser exigido que informem os comportamentos suspeitos ou problemáticos a um superior ou à segurança interna.

O banco deve incluir o monitoramento em conformidade com os controles internos, pois o recebimento adequado e regular das informações e a verificação periódica dos dados recebidos consistem em examinar a condução das atividades de maneira sólida e segura.

2.5. TIPOS COMUNS DE CRÉDITO

De acordo com SANTOS (2006 p. 24) “A finalidade do crédito deve estar diretamente vinculada com a necessidade do cliente. Por isso, é preciso conhecê-lo detalhadamente quanto à situação financeira e patrimonial, para oferecer-lhe uma linha de crédito compatível com suas necessidades de financiamento e capacidade de amortização”.

Com o fim da inflação os bancos passaram a segmentar os clientes a partir de suas características como: faixa de renda ou faturamento e informações de comportamento bancário, número de produtos utilizados, reconhecimento dos produtos, tempo de relacionamento, perfil de crédito, informação de posicionamento do cliente tomador de recursos ou de aplicador.

Com a classificação foi possível identificar hábitos e características comuns e as instituições financeiras passaram a oferecer produtos padrão, o que torna mais eficiente e permite elevar o volume de produtos adotados para um mesmo cliente.

2.5.1. Pessoas Físicas

As linhas de crédito para pessoas físicas atendem as necessidades básicas conforme segue:

- a) Créditos emergenciais. Objetiva atender as necessidades imediatas da pessoa, como cobrir eventuais desequilíbrios orçamentários ou financiamento de compras. Caracteriza por serem operações de prazo inferior a 30 dias, com o pagamento total na data do vencimento.
- b) Financiamentos de compras consentem ao interessado em adquirir produtos e serviços para consumo e bem estar, exemplo: alimentos; vestuário e bens eletrodomésticos, de prazo inferior a 12 meses. A amortização pode ser parcelada ou concentrada na data do vencimento.
- c) Investimentos. São créditos destinados a pessoas para adquirir bens de maior valor para integrar seu patrimônio ou para exercer atividades profissionais, como: imóveis, veículos, máquina e equipamentos. As operações possuem prazo superior a 12 meses, com a amortização parcelada.

2.5.2. Empresas

As empresas recorrem a linhas de crédito para:

- a) *Hot Money*, são recursos para cobrir eventuais descasamentos de caixa entre os prazos de recebimento e pagamento advindos por poucos dias.
- b) Capital de giro. Visa financiar o ciclo operacional das empresas, que vai desde a aquisição da matéria-prima até o recebimento da venda do produto acabado ou serviço oferecido. Os recursos adquiridos são para amortizar dívidas com os fornecedores, colaboradores e governo.
- c) Investimento. Geralmente utilizados para financiar o imobilizado com instalações, máquinas, equipamentos e veículos, propondo o aumento da capacidade produtiva da empresa.

Relata SANTOS:

Para o financiamento das necessidades básicas, os clientes podem recorrer à obtenção de duas modalidades de linhas de crédito: **as linhas rotativas** e **as linhas pontuais**. As **linhas rotativas** compreendem os limites de crédito que ficam à disposição do cliente para o financiamento de suas necessidades, dentro de valores, prazos e garantias previamente definidos por políticas de crédito. Respeitadas as condições da aprovação do crédito (valor, prazo e garantia), o cliente poderá utilizar a linha, a seu critério, por quantas vezes necessitar. Em parte, essa modalidade é mais arriscada, tendo em vista as incertezas quanto ao real direcionamento que o cliente data para a utilização dos recursos financeiros. As **linhas pontuais** destinam-se a financiar necessidades com caracterização previamente definida quanto a finalidade, valor, prazo e garantia. Essa modalidade de crédito apresenta forma de amortização parcelada ou concentrada na data de vencimento. (SANTOS 2006, p. 25)

2.6. PROCESSO PARA A CONCESSÃO DE CRÉDITO

A concessão de crédito tem o objetivo em avaliar a capacidade de pagamento do tomador para assegurar a reputação, a solidez do banco e a garantir o retorno para os acionistas.

Com a implantação de uma metodologia de cadastro positivo sobre o crédito, possibilitará aos estabelecimentos maior segurança na seletividade dos tomadores de crédito, tanto para pessoa física quanto para jurídica.

Subsidiar o setor, pois no processo de análise de crédito o objetivo é o de apurar se o tomador possui idoneidade e capacidade financeira de pagar o empréstimo.

É através do crédito que as pessoas físicas podem satisfazer as necessidades de consumo e de adquirir bens. As empresas suprem as necessidades de capital de giro ou de investimentos permanentes, além da obtenção de recursos mediante a venda de parcela de seu capital social e na colocação de papéis como debêntures.

Para SILVA;

O crédito, sem dúvida, cumpre importante papel econômico e social, a saber: (a) possibilita às empresas aumentarem seu nível de atividade; (b) estimula o consumo influenciando na demanda; (c) ajuda as pessoas a obterem moradia, bens e até alimentos; e (d) facilita a execução de projetos para os quais as empresas não disponham de recursos próprios suficientes. (...) que o crédito pode tornar empresas ou pessoas físicas altamente endividadas, assim como pode ser forte componente de um processo inflacionário. (SILVA, 2000. p. 68).

Com a globalização da economia, as empresas compram e vendem no mundo todo, inclusive pela *internet*, sem que as pessoas saibam quem está na outra ponta da transação o que pode aumentar o risco do não recebimento.

As pessoas físicas necessitam de recursos para atender necessidades: fisiológicas; segurança; sociais; de *status* ou estima e de auto-realização. Já as pessoas jurídicas precisam de recursos para o capital de giro e investimentos.

Os produtos de compra e venda, geralmente são financiados pelas instituições financeiras e para superar o desconhecido, o mercado passou a utilizar técnicas que permitem que as empresas possam operar com a possibilidade de risco reduzido.

A análise de crédito torna consistente quanto mais forem a quantificação dos riscos identificados e a viabilidade e praticidade das conclusões e recomendações

realizadas. A decisão de conceder crédito deve ser fundamentada nas informações atualizadas e consistentes do cliente, ou do fornecedor.

CENTA (2005, p. 55) destaca; “De que o mercado é instável, situações novas podem levar empresas tradicionais e sólidas ao caos, assim como pessoas, bem empregadas, podem perder seu emprego e ficar fora do mercado por um longo tempo. Portanto, não existe uma regra única, existem técnicas... que é o bom senso”.

As principais ações para decidir sobre crédito são: concessão de limites de crédito e empréstimos; prorrogação da validade dos limites; aumentos e revisões dos limites; modificações nas condições originais de aprovação (modalidade, valores, prazos e garantias); cessão de créditos; venda de crédito. Nunca se deve perder de vista a liquidez, a segurança e a rentabilidade das operações.

2.6.1. Análise do Crédito

No processo da análise do crédito é essencial que as informações sejam confiáveis, já que o competente tratamento das mesmas constitui uma base sólida para uma decisão segura. Portanto, a ficha cadastral é um instrumento valioso para auxiliar na análise e decisão de crédito, propiciando aos gestores de crédito informações relevantes sobre a empresa e outros fatores que afetam o seu desempenho. Nela devem conter as informações efetivamente importantes para a análise e concessão de crédito.

As decisões para aprovar ou recusar crédito são delegadas aos órgãos e pessoas gestoras de crédito, sem a necessidade de aprovações superiores, mas não deverá perder a segurança na decisão e no controle de crédito. Nos bancos a

alçada começa na agência e tem por objetivo dar agilidade nas decisões. É comum em alguns bancos delegarem alçadas em dobro quando a garantia for composta por papéis liquidáveis, exemplo: duplicatas e cheques, restringindo os títulos emitidos contra coligadas, controladas ou controladoras.

SILVA, destaca:

A qualidade humana é, sem dúvida, o fator mais relevante para obtenção da qualidade no crédito. Com uma equipe de gerente de negócios e gerentes de crédito bem preparada, temos um grande alicerce para construirmos uma carteira de crédito saudável e lucrativa. (...). A função de crédito envolve o aspecto da negociação e do relacionamento com o cliente e a análise do risco decorrente do próprio negócio. (SILVA, 2000, p. 123).

O responsável por obter toda a informação que viabilize e sustente as decisões de crédito é elemento essencial no processo. A capacidade de tomar decisões é fundamental para os resultados da empresa, pois quando o cliente cota uma operação é necessário que os instrumentos disponíveis auxiliem na tomada e decisão, já que profissionais medrosos fazem o banco perder oportunidades de negócios e os que emprestam errado fazem perder dinheiro. As informações devem ser consistentes e relevantes com os respectivos registros.

A análise de crédito é um conjunto de dados que permite determinar o grau de risco que o tomador e o objeto oferecem.

SCHRICHEL, diz que:

O principal objetivo da análise de crédito numa instituição financeira (como para qualquer prestador) é o de identificar os riscos nas situações de empréstimo, evidenciar conclusões quanto à capacidade de repagamento do tomador, e fazer recomendações relativas à melhor estruturação e tipo de empréstimo a conceder, à luz das necessidades financeiras do solicitante, dos riscos identificados e mantendo, adicionalmente, sob perspectiva, a maximização dos resultados da instituição. (SCHRICHEL, 1998, p. 25)

Com relação ao pessoal administrativo, SCHRICHEL, relata:

Não raro, as equipes de vendas consideram o pessoal administrativo como não produtivo (ou seja, um “mal necessário”) e que apenas consome o esforço e os resultados alcançados da ação mercadológica. Por outro lado, o staff administrativo considera a área mercadológica filosófica e factualmente indisciplinada e não aderente às normas e aos preceitos de

segurança, já que a linha de frente sempre almeja a consecução de negócios, quaisquer que eles sejam em termos de condição e formatação objetiva. (SCHRICKEL, 1998, p. 30)

Em crédito o risco está ligado a algum evento desconhecido e possivelmente indesejado que possa vir a ocorrer. Não existe crédito sem risco.

O objetivo da análise de crédito é definir o risco do cliente e da operação para que o responsável pela análise possa decidir se está ou não disposto a assumir o risco.

Quando ficamos surpresos com o não pagamento de determinado crédito é porque alguns fatos ou informações foram ignorados durante a análise. É menos trabalhoso gastar um tempo para fazer a análise adequada do que ter problemas no futuro, ou seja, angariando bons negócios com a geração de receitas. O risco precisa ser conhecido e assumido conscientemente.

Os dados mostram que a avaliação das empresas com menos de cinco anos de existência devem ser cuidadosamente verificadas, pois o risco de quebra dessas entidades é elevado.

Os Bancos são os maiores usuários de soluções para automação de crédito, outros setores estão implantando sistema de análise, controle e gerenciamento.

As grandes Organizações voltadas para a venda no varejo utilizam o sistema *Credi Scoring* (pontuação de crédito) na análise de *Leasing* (significa aluguel em inglês) e CDC (Crédito Direto ao Consumidor).

A *Internet* e o Comércio Eletrônico procuram incorporar no dia a dia em toda a coletividade e as empresas usam essa facilidade para implementar sistemas de análise de crédito em seus endereços eletrônicos, simplificando assim a venda de produtos e serviços a prazo pela grande rede como se faz no mundo real.

A aplicação da tecnologia de análise de crédito para empresas é na avaliação de risco para a venda a prazo a pessoas jurídicas, são semelhantes às usadas pelos Bancos para análise de pessoa jurídica. É importante analisar com maior peso a relação mensal de faturamento nos últimos seis meses e o patrimônio pessoal dos sócios e seus cônjuges.

A capacidade de pagamento dos tomadores de crédito e o modo operacional na concessão são baseados em normas e critérios definidos pelas instituições financeiras, normalmente a decisão de crédito para as empresas é pautada em fatores ligados ao histórico financeiro, fluxos de caixa, qualidade dos administradores, histórico de relacionamento, comportamento do mercado, entre outros.

Para o segmento de pessoa física em que o volume de solicitações é considerável e de pequenos valores, são utilizados instrumentos estatísticos para avaliação de forma automatizada.

Para o atendimento aos tomadores de crédito são expedidas orientações uniformes para os gestores responsáveis em analisar e conceder crédito, chamadas de Política de Crédito. Entre os principais componentes temos: as normas legais; a definição estratégica do banco; os objetivos a serem alcançados; a forma de decisão e de delegação de poder; os limites de crédito; a análise de crédito; a composição e a formalização dos processos e a administração e o controle de crédito. Portanto, a Política de Crédito deverá definir o tipo de risco que a instituição financeira está disposta a assumir.

SILVA, relaciona;

A política de crédito (...) “padrões de crédito”, sendo seu objetivo básico a orientação nas decisões de crédito, em face dos objetivos desejados e estabelecidos. Podemos dizer que a política de crédito é:

- Um guia para a decisão de crédito, porém não é a decisão;
- Rege a concessão de crédito, porém não concede o crédito;
- Orienta a concessão de crédito para o objetivo desejado, mas não é objetivo em si.

A política de crédito está relacionada diretamente com as aplicações de recursos de natureza operacional e pode envolver expressivos volumes de investimento. (SILVA, 2000. p. 103).

O crédito é feito na base da segurança, as questões relacionadas à generosidade ou a magnanimidade necessita ser excluída, pois ninguém que tem dinheiro consente em privar-se dele senão com a garantia de sua restituição na época combinada.

O profissional de crédito busca, analisa, decide e concede crédito.

A concessão de crédito exige preparo técnico, análise setorial, regional, conhecimento dos mercados e do modo operacional de cada um, pois o tempo do “fio do bigode” até mesmo o *feeling* (sentido), não são mais fatores do retorno desejado.

Para SCHRICKEL.

Em termos das atividades relacionadas à concessão de crédito, gerentes, administradores, analistas e aprovadores de crédito não devem agir unicamente no sentido de “matar” todos os negócios, a bem da segurança da empresa, através da fixação de políticas de crédito inexecutáveis, ou de procedimentos que apenas procrastinem os negócios no plano concreto. Por seu lado, os gerentes de contato não devem tentar amoldar negócios ou condições atípicos às regras vigentes, no sentido de adaptar as normas às oportunidades, em vez de selecionar as oportunidades à luz das normas existentes. (SCHRICKEL, 1998, p. 32).

O profissional de crédito atual tem que ter a capacidade de um negociador, a habilidade de um vendedor e o conhecimento técnico de um analista e necessita ser proativo e estar sempre atualizado.

2.6.2. Concessão

A análise de uma proposta objetiva atender a uma necessidade de um cliente, ou pode ser abrangente com a fixação de limite para o atendimento em diversos produtos e por um prazo determinado o que possibilita maior agilidade nas decisões.

A proposta para a concessão do crédito deve caracterizar com clareza o que está sendo proposto, geralmente são mencionados: unidade de origem e data; nome da empresa e do grupo; nome e dados dos garantidores; posição das operações já existentes com a empresa e com o grupo; especificação do relacionamento já existente; característica da operação proposta, com valor, prazos, formas de pagamento, taxas e garantias; fundamentação da proposta, mencionando os motivos da concessão e as fontes de repagamento; aprovações das alçadas competentes; classificação de risco da empresa e da operação e outros dados complementares.

SILVA, ressalta:

A estruturação de um empréstimo ou de um financiamento é uma das importantes partes do processo decisório do crédito. Conhecer a situação geral do cliente e de seu mercado; avaliar as relações de negócios já existentes com o cliente ou com suas partes relacionadas; identificar as necessidades dos clientes que possam ser satisfeitas com os produtos do banco; e buscar produtos adequados para o cliente são a parte fundamental da estruturação do empréstimo. É isso que faz o banco cumprir sua missão na sociedade. (...) A primeira fonte de informação para estruturação do empréstimo ou do financiamento é o próprio cliente. Durante as visitas realizadas ao cliente, é possível conhecermos as instalações, as pessoas e os processos de produção, comercialização ou de prestação de serviços. É possível identificarmos os níveis de produção do cliente e conhecermos seus planos futuros. (SILVA, 2000, p. 339).

No processo de concessão de crédito a análise consiste no levantamento de informações, conforme segue.

A entrevista é a primeira etapa do processo e proporciona a oportunidade de conhecer a pessoa, avaliar o caráter, a competência o juízo comercial da mesma.

O objetivo é obter o maior número de informações, e que servirão de subsídios para compreender as preocupações, interesses e limites do tomador de crédito.

Para tanto as perguntas importantes a serem feitas para Pessoas Físicas são: a pessoa realmente é quem ela diz ser; o endereço da pessoa realmente é o que ela forneceu; que atividade a pessoa exerce; qual a renda mensal; os demais membros da família possuem renda; a pessoa reside em casa própria ou alugada; se for casa própria financiada, qual o valor da prestação; se for casa alugada, qual o valor do aluguel pago mensalmente; possui dependentes; quantos são; a pessoa possui outros bens; exemplos: veículos ou imóveis; possui bens financiados e qual o valor da prestação mensal.

As informações a serem obtidas da Pessoa Jurídica são: localização da empresa; tempo de operação da empresa; produtos e serviços; posição da empresa no segmento de mercado; perspectiva para o segmento; proprietários e quanto tempo estão na empresa; administradores da empresa; principais concorrentes; principais clientes e qual o % de vendas em relação ao faturamento; principais fornecedores e qual a concentração de compras; matérias-primas utilizadas; matérias-primas importadas; a empresa exporta; para quais mercados; prazos de pagamento e recebimento; formação de estoque (% de matéria-prima e produtos acabados); últimos faturamentos (aberto mês-a-mês); projeção de faturamento para os próximos meses; número de empregados (fixos, temporários); valor da folha de pagamento; projeto futuro ou em andamento na empresa e se possui balanço.

Para as empresas possuidoras de frota, acrescenta as informações: quantidade de veículos e o valor de mercado; idade média da frota; quantidade e valor dos veículos com ônus e os sem ônus; % de faturamento que está

comprometido com as parcelas de financiamento da frota; faturamento médio por veículo.

Atualmente, com a mensuração do risco de crédito, as quais estão incorporadas aos recursos tecnológicos, tem se tornado uma ferramenta auxiliar para o analista tomar as decisões mais acertadas.

O bom ou mau cliente pode ser definido seguindo as descrições de variáveis de cadastros (pessoas físicas e de empresas) e de contratos de empréstimos, como:

- a) Características Pessoais, idade (anos) sexo; endereço residencial atual/anterior (CEP); profissão endereço do trabalho atual; estado civil; número de dependentes; número de telefones residenciais; propriedade da moradia (própria ou alugada).
- b) Características de Trabalho, natureza do empregador (ramo de atividade); tempo na ocupação atual/anterior; cargo/função; natureza da ocupação (assalariada, empresarial e/ou autônoma); endereço do empregador da atividade exercida (CEP).
- c) Características Econômicas, renda mensal/anual; origem da renda (salário, honorários etc.); outras rendas (valor e origem); patrimônio (valor natureza, abertura de bens móveis e imóveis); dívidas correntes (tipos e forma de amortização); gastos mensais; relação de gastos frente à renda (%); conta corrente; poupança; aplicações; seguros; referências bancárias, de fornecedores etc.
- d) Características da Atividade Empresarial ou Autônoma, ramo de atividade; localização geográfica; propriedade de imóvel (próprio ou alugado); capital do(s) proprietário(s) sócio(s) no financiamento dos negócios; faturamento mensal/anual; margem de lucratividade líquida; forma de recebimentos das

vendas (a vista, a prazo, mista); rotatividade e valor das contas a pagar, a receber e estoques; valor e prazo de amortização das dívidas bancária.

- e) Características da Investigação de Idoneidade, protestos cancelados (quantidade, valor, tempo); cheques devolvidos (código, valor tempo); denúncias e passagens em sistemas de proteção ao crédito.
- f) Características do empréstimo, tipo de crédito (cheque especial, cartão de crédito, contratos de empréstimos etc.); prazo para amortização; finalidade do empréstimo; garantias acessórias de pagamento; valor das amortizações totais sobre a renda líquida.

Para SCHRICKEL:

O negócio básico de uma instituição financeira é financiar atividades lícitas, saudáveis e produtivas. Em outras palavras, é conceder crédito, emprestar recursos e, ao final do prazo convencionado, receber os recursos de volta, acrescidos de sua remuneração. Este encadear de eventos permite à instituição, também, resgatar aplicações financeiras de seus clientes (não renovadas), o pagamento de despesas, a concessão de crédito a outros tomadores etc. (SCHRICKEL, 1998, p. 309).

Algumas atividades têm características próprias e que devem ser consideradas na análise de crédito, como:

- a) Construtoras e Incorporadoras a relação atualizada das obras, em andamento e a realizar, contendo: identificação do Cliente; tipo de obra (pública ou privada); estágio da obra; datas de início e término; valor contratado; adiantamentos recebidos: agente financeiro.
- b) Hospitais, Clínicas Médicas, Laboratórios e Assemelhados os convênios existentes e faturamento mensal por convênio; quantidade de conveniados; % de atendimentos pelo SUS (Sistema Único de Saúde); % de serviços terceirizados e área de abrangência; tipo de serviços oferecidos; % de inadimplência em relação ao faturamento.

- c) Estabelecimentos de Ensino os cursos existentes; quantidade de unidades; número de alunos; valor médio das mensalidades; % de inadimplência; e a % de evasão anual.
- d) Postos de Combustíveis a bandeira utilizada; quantidade de postos da rede; tamanho da frota; capacidade dos tanques e o estoque Médio.
- e) *Factoring* a relação da carteira de clientes; % de concentração por cliente; volume médio do giro; % de inadimplência; taxa média de captação dos recursos e a taxa média cobrada;
- f) Usinas de Açúcar e Alcool a área plantada e de corte; volume comprado de terceiros; distância média dos canaviais; toneladas moídas por período e créditos industriais e/ou agrícolas obtidos.
- g) Mineradoras e Posto de Areia o prazo de exaustão da jazida; existência ou não de autorização de lavra e seu prazo, além do laudo de impacto ambiental de órgão de proteção do meio ambiente.
- h) Cartórios e Notários o patrimônio do tabelião e as receitas e despesas mensais.

Com relação à operação pergunta-se a finalidade do empréstimo, o que vai fazer; valor solicitado atende as necessidades; condições do empréstimo (prazo, forma de pagamento etc.); como será feito o pagamento, os recursos virão de onde; se a principal fonte falhar, qual é a secundária; qual a garantia e onde está localizada; qual a liquidez da garantia; existem garantidores, se sim, qual a sua relação e qual é a força financeira dos garantidores;

Pela entrevista além de esclarecer dúvidas, pode-se entender qual será o uso dos recursos, conhecer o mercado atual e futuro e as expectativas do negócio. Se

as informações forem consistentes e atende a política de crédito da entidade decide se dá andamento à investigação.

Para os registros das informações básicas sobre o pretendente de crédito é necessário que este apresente alguns documentos de onde serão extraídos seus dados cadastrais de onde serão retiradas as informações, tanto internas como externas.

As entidades devem manter a ficha cadastral de seus clientes sempre atualizada e nelas constar todas as informações relevantes sobre a sua atividade, para avaliar a capacidade para operar em crédito e/ou conceder garantias.

O cadastro atende aos objetivos proposto, quando está completo, correto e atualizado. Já que: cadastro incompleto aponta parte da realidade do cliente; cadastro desatualizado reflete uma realidade que pode ter sido alterada.

As informações incompletas, incorretas e desatualizadas induzem ao erro nas decisões de crédito.

Em determinadas situações há a necessidade de buscar informações externas. As pessoas físicas e jurídicas dada a perfil de cada, existem fontes distintas para cada tipo, conforme segue:

- a) Pessoas Jurídicas na própria empresa com visita às instalações, nos fornecedores, porém, antes é preciso saber quem são os principais fornecedores da empresa. As informações que poderão ser obtidas são: tempo de relacionamento comercial; valor e a periodicidade das compras; os prazos e as formas de pagamento; se o cliente costuma pagar as contas em dia ou com atraso e se pagar atrasado, e quantos dias é o atraso. Os clientes, pois, sabendo quem são os principais clientes, os conhecimentos a serem extraídos são: o tempo de relacionamento comercial; a frequência de

compras; os prazos e as formas de pagamento e a qualidade e a satisfação no uso dos produtos ou serviços. Até mesmo na concorrência é possível obter informações importantes para comparar a forma de atuação e assim descobrir pontos de vantagens ou desvantagens; outras fontes são obtidas nas associações comerciais e de classe.

- b) Pessoa Física, a fonte de informações para esta classe estão mais restritas e específicas da atividade exercida, como: o empregador onde poderão ser confirmadas as informações prestadas pelo cliente, como: tempo de vínculo empregatício; função ou cargo que exerce, renda etc. No caso de autônomo, profissional liberal ou empresário, pode obter as informações de relacionamento com pessoas ou empresas para as quais presta serviços ou adquire mercadorias. As referências fornecidas são mais fáceis de serem confirmadas, principalmente se for de empresas com as quais a pessoa já teve algum tipo de relacionamento.

Quando se tratar de cliente novo ou não se conhece suficientemente determinado cliente, é necessário efetuar a checagem das informações, observando sempre a relação custo x benefício, as quais são fundamentais no processo de análise de crédito.

Para a obtenção das informações, as perguntas devem ser claras e objetivas e podem variar de acordo com o tipo de operação e até mesmo com valor que o cliente está solicitando.

Pelo 102 da concessionária de telefonia, é possível verificar se o telefone informado está instalado naquele endereço e em nome de que pessoa.

Ao checar qualquer tipo de informação, é necessário estar atento à maneira que a fonte de informações responde as perguntas, outro cuidado necessário é como são feitas as perguntas.

As restrições são indicadores de dificuldade financeira e há a necessidade de serem esclarecidas o que identifica suas causas e conseqüências. É importante saber quem apontou o cliente (banco, fornecedor, outros) e sempre que possível esclarece-las. Os esclarecimentos são informações necessárias para se fazer uma correta avaliação do cliente.

Os impedimentos e as restrições são obtidos nas diversas entidades de classes (Serasa, Associações Comerciais, e outras).

Ante de conceder novo crédito é necessário verificar a responsabilidade que o cliente e o grupo possuem com a entidade. Saber da responsabilidade existente é peça fundamental na decisão de aumentar a atual exposição de risco com o cliente e o grupo. É importante analisar o perfil da dívida e o nível de risco exposto com garantia real e pessoal. Torna-se sempre necessário verificar se a capacidade de pagamento está ou não comprometida.

No processo de concessão de crédito eventos inesperados podem acontecer e tomadores pontuais passam à condição de inadimplentes. Para minimizar os efeitos é fundamental que os profissionais de crédito analisem com cuidado as informações obtidas e fornecidas pelos tomadores e após a concessão do empréstimo façam o monitoramento de risco. Portanto, os modos operacionais a seguir descritos, merecem de cuidados especiais:

- a) Fechamento do negócio. Decorre depois de cumpridas os procedimentos da elaboração do cadastro para a aprovação/limite de crédito ao tomador,

inicialmente por visitas que permitem verificar a real situação da empresa e a formulação da consulta para a aprovação, ou seja, todas as operações e negócios propostos devem ser atentamente analisados antes da concretização. O objetivo da organização estudada é de conceder crédito a clientes que atendam a todas as normas da Política de Crédito, a qual orienta e fixa limites operacionais e/ou a concessão de crédito em conformidade com as normas do Banco Central do Brasil.

- b) Formalização das operações. A realização de acordo com as normas legais é fundamental para assegurar a efetiva recuperação do crédito, pois mesmo com uma boa concessão de crédito pode resultar em não recebimento, em face da ocorrência de fatores sistemáticos inesperados, que podem reverter à situação financeira do cliente. Portanto a constituição das garantidas e demais procedimentos deve ser corretamente aplicados, sempre, observando as normas jurídicas. A formalização da garantia é requisito essencial para que apresente validade, sirva de prova e seja eficaz contra terceiros. O mais importante do que emprestar é receber no prazo e nas condições negociadas.
- c) Assinatura do contrato. Ao conceder crédito é necessário saber que tipo de pessoa jurídica é, quem são as pessoas que têm o poder de assinar pela entidade e que tipos de responsabilidade essas pessoas podem assumir na assinatura de contratos de crédito. No caso de uma sociedade anônima, que não possui dono, as pessoas que assinam pela empresa precisam ter poderes específicos para a finalidade, sob pena de o contrato perder a sua validade. A assinatura do contrato de crédito deve ser acompanhada pelo profissional responsável pela angariação do negócio ou seu substituto.

Necessita ainda, assegurar que os recursos colocados à sua disposição sejam direcionados para as finalidades propostas e aprovadas.

- d) Constituição das Garantias. A garantia é um elemento secundário da operação de crédito e seu objetivo é assegurar melhor o cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador de crédito. Tem por finalidade de dar ao credor meios para recorrer caso a fonte de pagamento não se materialize. Os principais cuidados a serem observados na formalização e constituição das garantias são: quanto aos documentos, atentar para o correto preenchimento (contratos, notas promissórias, cédulas, aditamentos e outros) a fim de evitar erros e rasuras, e conferir as assinaturas dos devedores e garantidores; em relação as duplicatas verificar a qualidade dos títulos, devendo observar a idoneidade dos sacados, se os valores e prazos são compatíveis com a atividade do cedente e se os vencimentos estão em conformidade com o prazo da operação. Na definição da garantia fatores, como: risco representado pelo devedor e pela operação; praticidade na sua constituição; custos incorridos; valor da garantia em relação ao valor da dívida; liquidez e controle devem ser considerados. Entre os fatores que contribuem para a existência de pendências de crédito temos: Cheques sem Fundos CCF – Banco Central; Protesto de Título em Cartório; Ação Judicial – Execução de Títulos Judicial e Extrajudicial, Busca e Apreensão de Bens, Falência e Concordata; Dívida Vencida – Pendência Bancária ou Financeira e Ação de Execução Fiscal Federal.

2.6.3. Acompanhamento

Após a concessão do crédito, o comportamento de pagamento do cliente deve ser acompanhado com investigações internas e no mercado.

Com a observação do comportamento e as informações do cliente pode detectar fato que possa comprometer o retorno e assim tomar medidas preventivas.

SILVA, relata que:

Muitos bancos têm uma área de auditoria de crédito composta por especialistas no assunto. Estes profissionais examinam as operações de crédito quanto aos seus aspectos formais e técnicos e emitem seus relatórios. A auditoria de crédito, normalmente, é orientada com base nas normas e políticas de crédito, bem como nos exames relativos ao cumprimento das normas emitidas pelas autoridades monetárias no país (...). Adicionalmente, é preciso que os trabalhos de auditoria tenham também uma função pedagógica, voltada para a orientação dos gerentes e outros profissionais envolvidos no processo de crédito. Outros bancos, entretanto, não dispõem de uma auditoria especializada em crédito, cabendo a sua auditoria interna ou à inspetoria a função de examinar também os créditos. (SILVA, (2000, p.382).

Para assegurar a efetiva cobertura das operações de crédito e o seu enquadramento nas diretrizes das organizações é necessária a correta formalização dos contratos e das garantias das operações de crédito, além da manutenção dos documentos em local seguro para que, na eventual necessidade de execução, não existam entraves processuais.

São fatores evidenciadores da deterioração financeira dos tomadores que necessitam serem monitoradas pelos analistas durante o relacionamento são: aparecimento de apontamentos restritivos no mercado de crédito; deterioração de índices financeiros; vencimentos de dívidas de curto prazo descasadas das realizações a curto prazo (capital de giro negativo); constatação de que o mercado de crédito esteja recusando empréstimos ou concedendo-os em termos e condições rígidos; descumprimento ou violação de cláusulas contratuais; pedidos de prorrogação nos prazos de vencimento dos empréstimos; freqüentes saldos devedores em conta corrente; constantes renovações de principal e encargos;

solicitação de empréstimos urgentes e não previstos; aceitação de taxas ou condições contratuais diferentes dos habituais; significativa variação entre projeções e dados reais; diminuição nas vendas e nos pedidos; redução dos padrões de crédito para aumentar vendas; venda de ativos; relutância em facilitar visitas de analistas; repentina reversão de posição aplicadora para posição de devedora; dificuldade de obter informações financeiras para renovação cadastral; inesperada sucessão administrativa e solicitação de desvinculação de garantias acessórias do contrato de empréstimos.

Pela Resolução 3.258, de 28 de janeiro de 2005 promoveu alterações no item IX da Resolução 1.559, de 22 de dezembro de 1988, conforme segue:

“IX - É vedado às instituições financeiras:

- a) realizar operações que não atendam aos princípios de seletividade, garantia, liquidez e diversificação de riscos;
- b) renovar empréstimos com a incorporação de juros e encargos de transação anterior, ressalvados os casos de composição de créditos de difícil ou duvidosa liquidação;
- c) admitir saques além dos limites em contas de empréstimos ou a descoberto em contas de depósitos;
- d) realizar operações com clientes que possuam restrições cadastrais ou sem ficha cadastral atualizada;
- e) realizar operações com clientes emitentes de cheques sem a necessária provisão de fundos;
- f) conceder crédito ou adiantamento sem a constituição de um título de crédito adequado, representativo da dívida”.

2.6.4. Liquidação

É melhor que todo o processo de crédito termine no vencimento da operação.

Havendo constatação de que o tomador de crédito esteja passando por dificuldades financeiras comprometedoras da recuperação do empréstimo, os profissionais de crédito precisam analisar a possibilidade de renegociação do valor. Neste momento é essencial que os concessionários de crédito conheçam minuciosamente o tomador, para que as novas condições do contrato de

empréstimos estejam compatíveis com a real situação financeira e que levem na recuperação total do valor concedido. Portanto, a adoção de medidas preventivas sugere ser a melhor das soluções.

2.6.5. Cobrança

Ocorre quanto não liquidado no prazo combinado e é desgastante para ambas as partes. Além disso, pelas Resoluções 2.682 e 2.697 do Bacen, os créditos em atraso podem permanecer na própria carteira até a sua transferência para lucros e perdas, mas ocasiona provisão para devedores duvidosos o que influencia nos resultados da instituição financeira.

PEREIRA, salienta:

A cobrança no contexto da empresa desenvolve uma tarefa de real importância, pois é a encarregada de fazer com que o dinheiro que está na rua retorne o mais rapidamente possível para os cofres... Este dinheiro é o que garante a subsistência e a expansão de uma empresa. Dentro de um anonimato peculiar do setor, pois não recebe o devido valor ou destaque que merece, a cobrança é uma peça de grande significado, movendo as engrenagens da empresa, da sociedade e do país. Uma vez desenvolvendo um trabalho estruturado e programado, a empresa, por meio dela, promove novos empregos e o fortalecimento da indústria e do comércio. (PEREIRA, 1991, p. 55)

No processo de concessão de crédito eventos inesperados podem acontecer e tomadores pontuais passam à condição de inadimplentes. Para minimizar os efeitos é fundamental que os profissionais de crédito analisem com cuidado as informações obtidas e fornecidas pelos tomadores e após a concessão do empréstimo façam o monitoramento de risco.

Toda a carteira de crédito bem administrada possui suporte de uma política de cobrança que incorpore os procedimentos tradicionais utilizados para a recuperação total ou parcial do empréstimo. Os métodos de cobrança tradicionalmente utilizados são:

- a) Envio de Cartas. É o primeiro passo no processo de cobrança de empréstimos vencidos. O encaminhando é feito alguns dias após o vencimento e normalmente o conteúdo da carta é cortês, e lembra o cliente de sua obrigação. Se o empréstimo não for pago dentro de certo período de tempo após o envio da carta, uma segunda carta, mais enfática, é remetida.
- b) Telefonemas. Se com o envio das cartas não surtirem efeito, pode-se ligar para o cliente e insistir para que o pagamento seja efetuado imediatamente. Se o cliente apresentar um argumento convincente para o atraso na amortização do empréstimo, podem-se fazer acordos para estender o prazo de pagamento. Se todas as tentativas anteriores falharem, os profissionais jurídicos podem fazer uma ligação para o cliente, para alertar-lhe quanto às penalidades que serão aplicadas em caso de não-amortização do empréstimo.
- c) Visitas pessoais. É comum esta técnica para contatar o cliente e buscar a regularização do empréstimo. Em muitos casos, esse procedimento não funciona, tendo em vista as dificuldades para localizar o cliente, pois muitas vezes os devedores manipulam situações com o propósito de se manter incomunicáveis, para evitar reuniões com os credores.
- d) Uso de Agências de Cobrança, um banco ou uma empresa não financeira pode transferir os empréstimos problemáticos para agências de cobrança ou escritórios de advocacia, para receber seus créditos. Em geral, esse procedimento é muito caro para o credor, uma vez que está condicionado ao pagamento de encargos/comissão aos advogados.

e) Protesto Judicial. É o método mais severo no processo de cobrança, sendo uma alternativa que prejudica sensivelmente os negócios do cliente com a divulgação de sua falta de idoneidade no mercado de crédito.

Objetivando a evitar situações indesejáveis no trabalho de recuperação do crédito, os profissionais envolvidos necessitam convencer os clientes quanto aos maiores benefícios da boa reputação, como os decorrentes da obtenção de condições mais favoráveis na renovação ou solicitação de novos empréstimos.

É pelas demonstrações contábeis que pode avaliar a capacidade de pagamento do tomador de crédito, verificar a existência de bens e outras informações.

Para se manter o controle eficaz do processo de cobrança, quando o atraso entra numa fase grave, sugere a adoção de um dossiê, onde serão reunidos todos os documentos ou cópias como: contrato, ficha cadastral, certidão de imóveis, avisos, fichas de negativação, certidão de protestos, termos de acordo, duplicatas, cheques e em caso de ter avalista, junta também os documentos.

2.7. OS Cs DO CRÉDITO

Procura determinar os riscos nas diversas situações de crédito. A análise de crédito compreende os “C s” do Crédito, que são: caráter, capacidade, condições, capital, conglomerado e colateral.

2.7.1. Caráter

Caráter é à vontade e a determinação de uma pessoa cumprir com as suas obrigações, e é demonstrado por meio da integridade e honestidade.

Para SANTI;

A avaliação do caráter do tomador de crédito integra o que é denominado RISCO TÉCNICO. É conceituado como risco, pois é passível de verificação quanto às probabilidades objetivas de estimação, em contraposição a incerteza, que ocorre quando não existem dados históricos acerca do tomador. É técnico, à medida que as fontes disponíveis de informação podem ser pesquisadas, e o resultado apresentado indicará, com bastante segurança, o que se pretende avaliar. (SANTI, 1997, p. 16).

SCHRICKEL, completa:

(...), conhecer o Caráter de um potencial tomador de empréstimos é realmente conhecer este tomador na exata e não menor medida em que deve ser conhecido pelo emprestador. Isto porque é mais importante saber quem ele é do que o que ele faz. Falhas e negligências quanto à avaliação do Caráter do tomador de empréstimo conduz, inevitavelmente, a surpresas, muitas vezes inabsorvíveis pelo emprestador. O Caráter é o “C” insubstituível e nunca negligenciável. Se o Caráter for inaceitável, por certo todos os demais “C” também estarão potencialmente comprometidos, eis que sua credibilidade será também e por certo, questionável. (SCHRICKEL, 1998, p. 50).

Indivíduos sem caráter dão pouca prioridade ao pagamento das dívidas e, facilmente deixam de cumprir qualquer compromisso ao primeiro sinal de dificuldade financeira, situação inversa de pessoas de bom caráter que realizam todos os esforços possíveis para cumprir com as obrigações.

Nas entidades, o caráter a ser analisado é a dos proprietários, dirigentes e procuradores, ou seja, daqueles que controlam a empresa e responde pelos atos por ela praticados.

Informações a serem verificadas no processo de avaliação do caráter são:

- a) Pontualidade. Nas situações de registros de não pagamento em dia, é importante verificar a razão do atraso. Pois muitas vezes o atraso é motivado por problemas financeiros e não pela falta de caráter.
- b) Restrições. Faz necessário observar os tipos e graus de restrições definidos e aceitos pela entidade na concessão do crédito.
- c) Experiência em negócios. É bom considerar os fatos desabonadores que marcaram o relacionamento.
- d) Atuação na praça. São itens para a formação do caráter: o histórico da empresa; a tradição no ramo do negócio; as formas de relacionamento com a comunidade, meio ambiente e o governo; o respeito ao consumidor e a ética na condução dos negócios.

2.7.2. Capacidade

Capacidade está ligada à habilidade de gerar fluxo de caixa suficiente para satisfazer todas as obrigações.

Para SCHRICKEL, (1988, p. 50) "(...) a capacidade refere-se à habilidade de pagar. Esta capacidade é apreendida e desenvolvida pelo indivíduo através de seu processo de acultramento (conhecimentos gerais e técnico-específicos) desde os tempos dos bancos escolares até sua profissionalização".

SANTI, salienta;

O "C" capacidade refere-se à competência empresarial do cliente e constitui-se num dos aspectos mais difíceis de avaliação de risco. Integra o risco subjetivo e a responsabilidade por seu exame e verificação é do profissional que está em contato direto com o cliente: o gerente de operações ou o gerente de negócios. É considerado como aspecto subjetivo do risco, à medida que os instrumentos disponíveis para sua análise e os resultados obtidos

estão muito mais relacionados com a percepção de quem analisa do que com os dados e informações propriamente ditos. (...), que não é certamente o caso quando da análise de risco para fins de concessão de crédito. O exame da capacidade do cliente se constituiria num verdadeiro diagnóstico empresarial. (SANTI, 1997, p. 29).

São fatores internos determinantes na avaliação da capacidade:

- a) Habilidade é dada pela análise do currículo dos administradores que é identificado os conhecimentos do ramo em que atuam.
- b) Competência e estratégia empresarial, é necessário conhecer a missão que a empresa se propõe ao seu negócio, que podem ser: aumentar ou manter a fatia do mercado; maximizar os ganhos e o fluxo de caixa e obter vantagens competitivas em relação aos seus concorrentes.
- c) Potencial de produção, administração e comercialização da empresa, a atuação deve estar voltada para a gerência e para a gestão do negócio.

2.7.3. Condições

SANTI, diz:

O “C” condições envolve fatores externos à empresa. Integra o macroambiente em que ela atua e foge de seu controle. Medidas de política econômica (restrições ao crédito, política cambial e de juros, abertura do mercado mediante alteração nas alíquotas de importações etc.), fenômenos naturais e imprevisíveis (ligados ao clima, por exemplo) e riscos de mercado e fatores de competitividade são os principais aspectos que moldam a análise do “C” condições. (SANTI, 1997 p. 47).

SCHRICKEL (1998, p. 54), escreve: “É certo que os emprestadores tendem a ser mais liberais nos momentos em que se verifica uma recuperação da economia, quando os negócios dos indivíduos e empresas demonstram estar em fase de franca

recuperação e ascensão. Em sentido contrário, tal liberalidade desaparece nos momentos de depressão e recessão”.

Condições são os fatores externos à empresa, que integram o macroambiente no qual ela atua, mas sem controle sobre eles. Neste ambiente destacam-se:

- a) Medidas de política econômica, (restrições ao crédito, política cambial e de juros, abertura de mercado). A política cambial afeta diretamente as entidades que têm negócios ligados ao mercado externo, como importação e exportação e pode ser positiva ou negativa. A taxa de juros e os prazos de crédito atingem todas as empresas em diferentes proporções, mas fortemente aquelas que foram dependentes de capital de terceiros. A falta de financiamento ou o financiamento caro inibe os consumidores e reduz o faturamento das empresas. Importante observar a questão da sazonalidade do produto e da moda.
- b) Fatores ligados à atividade e à concorrência, são eles: a concorrência entre as empresas, o poder de barganha dos fornecedores e dos compradores, a ameaça de entrada de novas empresas no setor e de novos produtos e serviços.
- c) Fenômenos naturais e imprevisíveis, exemplos: enchentes, secas, geadas etc.

Na análise, além das informações sobre: mercado e os produtos, ambiente macroeconômico e setorial, ambiente competitivo e dependência do governo, é necessário observar os principais clientes e fornecedores, a concentração de vendas e de compras, os principais correntes e a participação no mercado, os produtos ou

serviços produzidos e comercializados, os canais de distribuição, as vendas mensais durante o ano, os dados sobre o mercado, taxas de crescimento e outros.

Os riscos crescem na medida em que o fornecimento do produto ou insumo esteja concentrado em um número pequeno de empresas, em que é difícil a sua substituição.

Os riscos de crédito aumentam na medida em que os produtos comercializados/fabricados pelas empresas tenham outros substitutos no mercado.

2.7.4. Capital

O capital são os fundos disponíveis para operar uma entidade. Neste contexto temos o montante de capital que os proprietários investiram na empresa e a eficiência com que o total do capital é nela empregado.

SCHRICKEL, diz que:

Nos casos das pessoas físicas, a figura do Capital não fica, talvez, tão evidente, eis que os empréstimos pessoais não são, em geral, fundamentalmente respaldados em Capital, mas em sua única renda ou ganhos mensais do indivíduo (salário, por exemplo) e no nível de seu comprometimento potencial na amortização das obrigações. (...) das empresas, o conceito de Capital é mais perceptível, eis que até intuitivamente nos vem à mente a figura do Capital Social constante em seu balanço patrimonial. (...), a idéia de Capital não deve restringir-se à mera rubrica Patrimônio Líquido do balanço, mas transcendê-la, alcançando toda estrutura econômico-financeira da empresa. (SCHRICKEL, 1998, p. 52)

Para Santi,

(...) a avaliação do risco técnico da empresa cliente é feita também com base nas informações econômico-financeira. Nas micro, e em boa parte das pequenas empresas, os relatórios contábeis fornecidos – base importante para a análise destes aspectos – não estão em completo acordo com a respectiva realidade. Geralmente, são elaborados por escritórios de contabilidade externos à empresa e cumprem finalidades basicamente fiscais. A avaliação de riscos relacionada ao “C” capital, nestes casos, é feita muito mais em função dos números inerentes aos proprietários – patrimônio etc. – do que a partir dos demonstrativos contábeis. (SANTI, 1997, p. 61).

As principais fontes para avaliação do capital são:

- a) Os Demonstrativos Contábeis, Representado pelo Balanço, Balancete e à Demonstração de Resultados.
- b) A Declaração do Imposto de Renda, com a aplicação de pesadas multas pela Receita Federal contra os fraudadores, este documento cada vez mais apresenta informações que aproximam da real situação financeira das pessoas e das entidades.

2.7.5. Conglomerado

SILVA, ressalta:

(...) C, que é o de Conglomerado, que se refere à análise não apenas de uma empresa específica que esteja pleiteando crédito, mas ao exame do conjunto, do conglomerado de empresas no qual a pleiteante de crédito esteja contida. (...) A tomada de recursos no mercado financeiro, por uma empresa, e o repasse interno desses recursos para outras empresas do grupo pode ser uma prática que acarreta perigo para os credores. (SILVA, 2000, p. 98).

O conglomerado está relacionado ao grupo econômico e a análise tem que abranger todo o conjunto de empresas. É necessário que se conheça a situação de uma empresa e de suas controladoras e suas controlas e coligadas para se formar um conceito sobre a solidez do conglomerado.

A Lei nº 6.404, de 15/12/1976, em seus artigos 255 a 277, trata dos aspectos formais e legais do “Grupo de Sociedades”.

Para conceder crédito, é necessário que se tenha uma medida de avaliação das empresas que compõem um conglomerado.

2.7.6. Colateral

O colateral está relacionado à capacidade de oferecer garantias, que é uma espécie de segurança adicional.

SCHRICKEL (1998, p. 54 e 55), completa que: “(...) “C”, servindo como uma espécie de “pronto-socorro” para o prestador, a fim de tornar mais “palatável” a idéia de “trocar dinheiro por papéis” e, ainda mais, incorrendo em riscos muitas vezes intranquilizadores a despeito de todas as salvaguardas eventualmente adotadas”.

Para SILVA,

O colateral refere-se à capacidade do cliente em oferecer garantias complementares. A garantia é uma espécie de segurança adicional e, em alguns casos, a concessão de crédito precisará dela para compensar as fraquezas decorrentes dos outros fatores de risco. Uma empresa com excelente classificação de crédito, provavelmente, não estará disposta a oferecer garantias em operações de curto prazo, podendo ocorrer o contrário, ou seja, a empresa solicitar o cadastro e as demonstrações financeiras do banco para avaliar se o mesmo é sólido o suficiente para merecer suas aplicações. Entretanto, mesmo a empresa merecendo uma excelente classificação de risco, em se tratando do financiamento de um projeto de longo prazo, a tendência é de que o banco solicite garantias, dada a incerteza em relação ao futuro. (SILVA, 2000, p. 98 e 99).

A finalidade da garantia é dar ao credor meio pelos quais poderá recorrer caso a fonte de pagamento não se materialize

2.8. GARANTIAS

Pela análise dos aspectos técnicos de crédito, o devedor deverá ter a capacidade de gerar recursos suficientes para cumprir o compromisso a ser

assumido na operação, a garantia é um elemento acessório, que tem o objetivo de melhor assegurar o cumprimento das obrigações assumidas.

Fatores a serem considerados na definição da garantia são: o risco representado pelo cliente e pela operação; a praticidade na sua constituição; os custos incorridos para sua constituição; o valor da garantia em relação ao valor da dívida, que deve ser suficiente para cobrir o principal mais os encargos; a liquidez, ou seja, a facilidade com que a garantia pode ser convertida em dinheiro; o controle do credor sobre a própria garantia.

Quanto maior for o risco do cliente, maior deverá ser o cuidado na definição e escolha da garantia.

2.8.1. Garantias Pessoais

Obrigam terceiros, que passam a responder com o seu patrimônio existente à época da cobrança da operação (exceção feita ao bem de família). As garantias pessoais são representadas por:

- a) Aval que é a garantia pessoal prestada mediante assinatura em um título de crédito (nota promissória, cheque, duplicata etc.). O avalista obriga-se a pagar o título em lugar do avalizado caso este não o faça. O aval deve ser conferido por meio de assinatura no anverso ou no verso do título, com a indicação por aval. O aval por ser em preto quando indicar o nome do avalizado, ou em branco quando não traz esta indicação. O aval pode ser prestado por pessoa física ou jurídica. Quando prestado por pessoa casada, é necessária a autorização do cônjuge, exceto na comprovação de casamento pelo regime

da separação absoluta de bens. A autorização deve constar do próprio título ou em documento separado. No caso de pessoa jurídica, é necessário verificar o contrato social ou estatuto para saber se não existe impedimento. O avalista responde solidariamente pela obrigação, podendo o credor cobrar diretamente o débito não liquidado, mesmo sem antes ter cobrado o devedor principal, ou executar todos ao mesmo tempo. O aval só tem validade se o avalista assinar o título de crédito. A obrigação do avalista é autônoma e independente, pois responde pela dívida do avalizado mesmo que a obrigação assumida por este seja considerada nula ou inválida. O avalista não tem direito ao benefício de ordem. Considerando o que prescreve a legislação de cada título de crédito o aval pode ser parcial.

- b) Fiança é a garantia pessoal pelo qual um terceiro assume, juntamente com o devedor, o compromisso do pagamento de uma obrigação contratual e pode ser prestada em contrato ou em documento a parte (carta). É uma obrigação acessória de uma principal, e existe em função desta. Portanto, se nula for a obrigação principal, nula também será a fiança, por ser esta acessória daquela. Se prestada por pessoa física, e esta for casada, é obrigatória a assinatura do cônjuge, salvo se casada pelo regime da separação absoluta de bens. Quando oferecida por pessoa jurídica, é necessário verificar se não há impedimento no estatuto ou contrato social da empresa. A fiança pode ser total ou parcial. O fiador tem o direito de benefício de ordem, ou seja, somente podem ser executados seus bens após a execução dos bens do devedor.
- c) Devedor Solidário é aquele que, juntamente com o devedor, responde igual e integralmente com relação ao pagamento da dívida frente ao credor.

2.8.2. Garantias Reais

São aquelas em que o(s) devedor (es) ou terceiro(s) vincula(m) um ou mais bem (ns) móvel (is), corpóreo(s) ou incorpore(s), ou ainda títulos ou créditos, todos pertencentes ao patrimônio, para garantir o pagamento de uma dívida. Os bens vinculados são aqueles que podem ser alienados e que têm valor comercial. Quando for o caso, o resultado da venda do objeto da garantia é que servirá para resgatar a obrigação líquida.

A Lei 11.101/05 (que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária – conhecida como Lei de Falências) conferiu preferência aos bens gravados de garantia real sobre os créditos fiscais, exemplos de garantias reais:

- a) Hipoteca é a vinculação de um bem imóvel (casa, apartamento, prédio, terreno etc.), embarcação ou aeronave em garantia do cumprimento de uma obrigação. As principais características são: não ocorre a transmissão de propriedade do bem hipotecado ao credor; se o bem pertencer a uma pessoa casada, é obrigatória a assinatura do cônjuge, salvo quando casada pelo regime da separação absoluta; o hipotecante pode dispor do bem hipotecado sem o prévio consentimento do credor, mas este poderá se previsto no contrato, considerar a dívida vencida antecipadamente. Sobre um mesmo bem poderá ser constituída mais de uma hipoteca, mas em graus sucessivos. O credor da hipoteca subsequente não poderá executar o bem hipotecado antes do beneficiário da hipoteca anterior. Pelo Código Civil Brasileiro e a Lei nº 8.009, de 29-03-1990, o imóvel residencial próprio do casal ou da entidade familiar (bem da família) é impenhorável e não responderá por qualquer tipo

de dívida civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de outra natureza, contraída pelos cônjuges, pelos pais ou filhos que sem seus proprietários e nele residem, salvo nas hipóteses previstas nesta lei, como na que o referido imóvel seja oferecido como garantia real (hipoteca) pelo casal ou entidade familiar. Só pode ser dada em hipoteca, imóvel do que se tenha escritura definitiva, devidamente registrada no Oficial de Registro de Imóveis. Pode ser dado em garantida hipotecária qualquer tipo de imóvel, seja urbano ou rural, terreno com ou sem benfeitorias. A hipoteca é constituída por escritura pública, lavrada em Serviço de Notas e deverá ser registrada no Serviço de Registro de Imóveis no qual o bem oferecido em garantia encontra-se matriculado. Caso a hipoteca abranger mais de um imóvel, o registro será efetivado em todos os Serviços de Registros de Imóvel onde esteja registrado cada um dos imóveis. Tratando-se de navios, a escritura pública de constituição de hipoteca será registrada no Cartório Marítimo da Capitania dos Portos, onde a embarcação estiver inscrita. No caso de aeronaves (aviões e helicópteros), o registro se faz no DAC – Departamento de Aviação Civil.

- b) Alienação Fiduciária consiste na transmissão, ao credor, da propriedade resolúvel de um bem móvel ou imóvel, para garantir-lhe o cumprimento de uma obrigação, permanecendo o devedor com a posse direta do bem e respondendo, em caso de sua perda ou deterioração, pela reposição do bem ou pagamento do seu valor correspondente. Esta garantia oferece ao credor mais eficácia e celeridade na recuperação do crédito quando comparada com as demais. Ocorrendo a inadimplência, o credor poderá promover um simples procedimento de cobrança extrajudicial em face do devedor, se o mesmo não

pagar a dívida em atraso acrescido dos encargos legais exigidos, consolida-se plena e extrajudicialmente em nome do credor. O credor poderá também, requerer em juízo a busca e apreensão do bem alienado, no caso do bem móvel não ser encontrado, essa medida converte-se em ação de depósito, podendo o devedor ser penalizado com a prisão civil. Na alienação fiduciária a recuperação de crédito se desenvolve mais rapidamente, pois a propriedade fiduciária transforma o credor em proprietário fiduciário. Podem ser objeto de alienação fiduciária os bens que o devedor esteja adquirindo com o produto do financiamento e aqueles que já integram seu patrimônio. A alienação de veículo automotor o instrumento deverá ser registrado junto ao órgão de trânsito competente e constar o gravame no respectivo certificado de propriedade. Já para imóvel, a alienação deverá ser registrada no Serviço de Registro de Imóveis onde se encontra matriculado o respectivo bem.

- c) Penhor trata-se de uma espécie de garantia real incidente sobre bens móveis e títulos de crédito. No penhor, quando da impossibilidade do credor em permanecer com a posse do bem outorgado em garantia, nomeia-se um depositário, que pode ser o próprio devedor, se este for pessoa natural, que assume o encargo de guardar o objeto até que a obrigação seja cumprida ou até que ocorra a execução. O penhor rural divide-se em agrícola e pecuário e é representado por cédula rural pignoratícia, lavradas em instrumento público ou particular, emitida pelo devedor a favor do credor. Para validade deverá ser registrado junto ao Serviço de Registro de Imóveis da circunscrição em que estiverem situadas as coisas empenhadas. Exemplos de penhor agrícola: máquinas e instrumentos de agricultura, colheitas pendentes ou em via de formação, frutos acondicionados ou armazenados, lenha cortada e carvão

vegetal. Podem ser objeto de penhor pecuário: animais que integram a atividade pastoril, agrícola ou de laticínios. O penhor agrícola poderá ser prorrogado por um prazo máximo de três anos e o pecuário por quatro anos, podendo ser prorrogados uma única vez até o limite de igual tempo. Já o Penhor Industrial e Mercantil é representada por cédula de crédito industrial ou comercial, constitui-se por instrumento público ou particular, que deverá ser registrado junto ao Serviço de Registro de Imóveis da circunscrição onde estiverem situadas as coisas empenhadas. São objetos de Penhor Industrial e Mercantil: máquinas, aparelhos, materiais, instrumentos instalados e em funcionamento, com os acessórios ou sem eles, animais utilizados na indústria, sal e bens destinados à exploração das salinas, produtos de suinocultura, animais destinados à industrialização de carnes e derivados, matérias primas e produtos industrializados. O Penhor de Direitos e Títulos de Crédito são constituídos mediante instrumento público ou particular, devidamente registrado no Serviço de Registro de Títulos e Documentos do domicílio do devedor. O penhor de direitos dá-se quando o crédito não é representado por nenhum título de crédito especificadamente ou quando sua existência decorre de um contrato. Podem ser objeto de penhor de direitos: aqueles decorrentes da realização de qualquer negócio jurídico, desde que suscetíveis de cessão ou não personalíssimos, os direitos que o devedor detém em função de um contrato ou outro documento, não corporificado por um título de crédito, aplicações financeiras. O penhor de títulos de crédito recai sobre os próprios títulos de crédito (nota promissória, cheque, duplicata etc.) e são constituídos com o endosso pignoratício (endosso garantia) lançado no respectivo título.

2.8.3. Necessidade de registro das garantidas

O credor deve sempre registrar as garantidas. O registro da garantia constitui requisito de validade e eficácia. As garantias são registradas junto aos Cartórios de Títulos e Documentos e Serviços de Registros de Imóveis e Órgãos de Trânsito, pois se não houver o registro a garantia sequer será constituída. Quando o bem for veículo, basta o registro do gravame junto ao Detran.

2.9. CLASSIFICAÇÃO DO CRÉDITO

Rating é uma classificação de risco de crédito que pode ser atribuída a um país, a uma empresa, a uma pessoa, a um título ou a uma operação de crédito e é dada por uma escala de letras definidas pelo órgão classificador.

No Brasil, a atribuição de *rating* pelos bancos, nas operações de crédito, tornou-se obrigatória a partir da Resolução 2682/1999.

2.9.1. *Rating* (classificação) dos Tomadores de Crédito

O cliente é classificado considerando os seguintes aspectos:

- a) Quantitativos e a avaliação é feita com base em indicadores econômicos e financeiros do desempenho passado, exemplo: liquidez; endividamento; qualidade dos ativos; no setor em que atua e outros.

- b) Qualitativos que é avaliado com base em dados cadastrais e comportamentais.

Para pessoa física os itens de maior peso são: a renda e o patrimônio.

O *Rating* deve ser revisto quando fatos relevantes ocorrerem, sendo a revisão obrigatória no mínimo a cada 12 meses e é concedido em ordem crescente de risco e classificado nos seguintes níveis:

- a) “AA”, excelente, aplicado a empresa ou grupo econômico (pessoas físicas e jurídicas) direta ou indiretamente controlado por grupo multinacional de primeira linha, com classificação na faixa superior de *Investment Grade* (grau de investimento) no exterior ou cliente controlado por grupo nacional também de primeira linha, ambos com tradição e/ou posição de liderança no mercado.
- b) “A”, ótimo, concedido a empresa ou grupo econômico (pessoas físicas e jurídicas) controlado por grupo multinacional de expressão, com classificação de *rating* externo em *Investment Grade* (grau de investimento), ou grupo nacional de porte, ambos atuando em mercados com perspectivas positiva e potencial de expansão.
- c) “B”, bom, conferido a empresa ou grupo econômico (pessoas físicas e jurídicas) que, independentemente do porte e/ou origem de capital, possui boa situação econômico-financeira e balanços consistentes em seus números no País.
- d) “C”, aceitável, outorgado a empresa ou grupo econômico (pessoas físicas e jurídicas) com situação econômico-financeira aceitável. Seu desempenho é sensível às variações conjunturais da economia, merecendo acompanhamento.

- e) “D”, regular, aplicado a empresa ou grupo econômico com situação econômico-financeira declinante ou sem dados contábeis adequados e com notas desabonadoras.
- f) “E”, deficiente, aferido aos clientes que possuem crédito em curso anormal (inadimplência) classificado exclusivamente segundo a perspectiva de perda.
- g) “F”, ruim, medido a clientes que possuem crédito em curso anormal (inadimplência) classificado exclusivamente segundo a perspectiva de perda.
- h) “G”, crítico, regulado a clientes que possuem crédito em curso anormal (inadimplência) classificado exclusivamente segundo a perspectiva de perda.
- i) “H”, péssimo, adequado a clientes que possuem crédito em curso anormal (inadimplência) classificado exclusivamente segundo a perspectiva de perda.

2.9.2. Classificação da Operação

Cada operação é avaliada pela classificação do cliente (*Rating* Cliente) associada ao grau de liquidez e suficiência da garantia. Considera o melhor entre os dois. As principais garantidas recebem os seguintes *Rating*:

GARANTIA	RATING
Aplicação Financeira	AA
Fiança Bancária	AA
Cheques	A
Duplicatas	A
Nota Promissória de Consignados	A
Hipoteca	C
Alienação Fiduciária de Imóveis	C

Fonte: Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF

2.9.3. Provisão para Devedores Duvidosos

Os créditos de liquidação duvidosa são os empréstimos realizados pelos bancos e que estão com problemas de retorno.

Desde 01/97, a Secretaria da Receita Federal permite aos bancos deduzirem como despesas todo o crédito vencido há mais de um ano sob cobrança judicial.

No setor bancário o *Rating* da operação que define o seu risco e é a base para fazer inicialmente a Provisão para Devedores Duvidosos (PDD), conforme tabela:

RATING DA OPERAÇÃO	PROVISÃO %
AA	0,0
A	0,5
B	1,0
C	3,0
D	10,0
E	30,0
F	50,0
G	70,0
H	100,0

Fonte: Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF

A provisão é proporcional ao *Rating* da operação.

Quando ocorre atraso na liquidação de uma operação o *Rating* é reclassificado e poderá haver uma provisão adicional.

Desde o ano de 2000, vigora a Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro 1999, do Conselho Monetário Nacional, a qual estabelece regras para o provisionamento de créditos em liquidação. Portanto, ocorrendo atraso no pagamento das prestações de operações com prazo superior a 36 meses há tratamento diferenciado na nova classificação, além da provisão para devedores duvidosos, conforme tabela a seguir:

Prazo a decorrer da Operação		Classificação do Atraso	Provisão
De 0 a 36 meses	> 36 meses		
Dias de atraso	Dias de atraso	Níveis de Risco	%
15 a 30	30 a 60	B	1
31 a 60	61 a 120	C	3
60 a 90	121 a 180	D	10
91 a 120	181 a 240	E	30
121 a 150	241 a 300	F	50
151 a 180	301 a 360	G	70
> 180	> 360	H	100

Fonte: Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF

A provisão de 100%, ocorre quando o atraso for superior a 360 dias e para fazer frente aos créditos de liquidação duvidosa, as casas bancárias, constitui reservas de capital próprio como proteção contra o risco de inadimplência.

A nova regra permitiu a:

- a) Eliminação do nivelamento atual entre o bom e o mau pagador, permitindo assim, que o bom pagador não pague a conta do inadimplente.
- b) A análise do crédito passou a ter um enfoque proativo e não mais reativo.
- c) Maior precaução na concessão do crédito.
- d) Redução das possibilidades dos bancos esconderem as dificuldades de recebimento.
- e) Criação de um padrão constante de classificação de risco para todo o sistema bancário.
- f) Aplicação de melhores taxas para os clientes pontuais, criando assim um diferencial competitivo na concessão de crédito e pela busca dos melhores clientes.
- g) Produz um ambiente favorável a um aumento seguro da oferta de crédito.

h) Força os tomadores de crédito a melhorarem as informações.

i) Reduz a inadimplência.

Quando o cliente ou o grupo econômico possuir mais de uma operação, a provisão é sempre da operação de maior atraso, afetando todas as operações que não possui garantia.

3. METODOLOGIA DE PESQUISA

O trabalho consistirá na obtenção de informações que satisfaça as necessidades no embasamento na concessão e monitoramento de crédito, a fim de atender os princípios da segurança e confiabilidade.

Os objetivos específicos serão abordados pela técnica da pesquisa bibliográfica, seguindo a literatura específica e atual da área, para se obter uma visão clara e a compreensão do assunto focado. Entre os autores destacamos: SCHIRICKEL, Wolfgang Kurt e SANTOS, José Odálio dos.

Posteriormente, pretende-se apresentar a política de crédito utilizada na instituição financeira e as ferramentas e diretrizes e serem observadas na tomada de decisão.

Assinalar em que situações ocorrem o risco na concessão de crédito, tanto internos com externos. Quais os interesses das pessoas envolvidas, como: o vendedor de crédito, do analista e do tomador e a importância das fontes de informações.

Avaliar se os métodos utilizados são eficazes para reduzir as perdas financeiras com a inadimplência. A opção dessa metodologia enfatiza em oferecer exposição atuais e fundamentadas além de permitir o avanço no conhecimento do assunto.

Para o desenvolvimento do trabalho foi realizada revisão bibliográfica com o objetivo de aprimorar as bases teóricas do trabalho envolvendo temas de análise, concessão e monitoramento de crédito. A metodologia de pesquisa foi guiada por abordagem exploratória e investigativa, ligadas a instituições financeiras.

4. ESTUDO DE CASO

O crédito nas instituições financeiras é o elemento tradicional na relação cliente-banco, ou seja, o próprio negócio, pois não há como fazer um empréstimo ou um financiamento a vista. Daí, a principal fonte de receita de um banco deve ser proveniente de sua atividade da intermediação.

Entre os papéis da intermediação financeira temos:

- a) Volumes de recursos. Que são captados em valores e quantia diferentes e aplicados em volumes compatíveis com as necessidades dos tomadores.
- b) Adequação de prazos. Os recursos são captados em prazos variados e aplicados em prazos que atendem os objetivos dos tomadores.
- c) Diversificação de risco. Avalia o risco e ao mesmo tempo diversifica suas aplicações.
- d) Maior liquidez. É a facilidade com que os ativos podem ser convertidos em dinheiro.
- e) Menor custo. É a capacidade de produzir ativos financeiros a um custo inferior ao praticado individualmente.

Na análise para a concessão de crédito geralmente são solicitados os seguintes documentos:

- a) Para Pessoas Jurídicas; ficha cadastral da empresa e dos sócios, totalmente preenchida; contrato social (quando Ltda.) e alterações ou estatuto e ata de assembléia (quando S/A); os dois últimos balanços e balancetes recentes, ambos analíticos; posição atualizada do passivo bancário; relação de faturamento dos últimos 12 meses; relação dos três principais clientes e fornecedores; relação dos bens das empresas e dos sócios; cópia do imposto

de renda dos sócios com declaração de bens anexada; relação de frota, especificando ano de fabricação dos veículos, modelo, valor de mercado, veículos alienados e saldo das obrigações de *Leasing*, CDC, FINAME ou FINAME *Leasing*, informações estas totalmente necessárias e que também deverão ser detalhadas; dados e informações de todas as empresas que tenham participação a proponente e/ou do grupo econômico (se for o caso); imposto de renda de pessoa Jurídica; cartão do CNPJ; procurações (se for o caso).

- b) Para Pessoas Físicas, ficha cadastral totalmente preenchida conforme cada Agente Financeiro; CPF/RG/comprovante de residência (cópia); cópia do imposto de renda com declaração de bens anexada; comprovante de rendimentos; relação de bens; carteira de habilitação modelo E, somente para transportador autônomo (cópia); certificado de registro de transportador autônomo (se for o caso).

A elaboração da ficha cadastral atende aos objetivos de registrar as informações que servirão de base para investigar a idoneidade e a capacidade econômico-financeira do cliente, a fim de auxiliar a dotação de crédito, além de atender as exigências do Banco Central que veda às instituições financeiras a realizar operações a clientes sem ficha cadastral atualizada.

4.1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

No processo de crédito a estrutura organizacional está dividida conforme segue:

- a) Gerentes de Negócios. Responsáveis em contatar as empresas já clientes e a prospectar novas empresas no perfil de mercado do banco; propor a aprovação e a manutenção de linhas de crédito e realização de negócios; dar assistência à diretoria com relação à determinação de políticas operacionais, visando ao cumprimento das metas preestabelecidas; maximizar a rentabilidade da carteira e criar novas oportunidades de negócios; assegurar a constante atualização das informações do cliente, por meio de contatos freqüentes; contribuir para o processo decisório, subsidiando informações a outras áreas.
- b) Gerente Geral. Possui atribuições para coordenar as atividades de crédito e cadastro; assegurar as análises de crédito das empresas clientes, por meio de uma política adequada a minimização do risco das operações de crédito; elaborar análises de crédito de clientes, analisando a situação econômico-financeira e verificando a validade das operações propostas; administrar os recursos humanos sob sua supervisão, acompanhamento e implementação de programas de treinamento e desenvolvimento que atendam às necessidades e prioridades da organização; cumprir as metas de trabalho compatíveis com a capacidade dos seus recursos disponíveis; acompanhar os créditos concedidos, observando o correto cumprimento das normas e procedimentos para a concessão de crédito.
- c) Maior Cargo Administrativo. Responsável pela correta formalização dos contratos e garantias das operações de crédito de acordo com as exigências da Política de Crédito da Organização e dos órgãos reguladores. Além disso é de sua competência a guarda do dossiê em local seguro e de acesso restrito.

- d) **Serviços de auditoria.** A principal função deve ocorrer após a efetivação das operações de crédito e tem a finalidade de assegurar que as mesmas foram processadas dentro das normas estabelecidas pela administração. O exame das operações concedidas visa saber se as mesmas foram efetuadas dentro dos padrões de qualidade de risco aceitáveis pela organização. Permite também, a adoção de medidas corretivas no caso de ocorrência de mudanças nas condições de empresa ou de seu mercado de atuação. Na utilização dos recursos da informativa possibilitam maior amplitude do acompanhamento de crédito, sendo possível o cadastramento de determinados sinais de alertas que são disparados automaticamente quando necessário.
- e) **Área de Cobrança.** Quando o devedor deixa de pagar sua dívida, o primeiro passo é a cobrança amigável que é realizada pela unidade concessora do crédito. O objetivo da área de cobrança é de auxiliar no processo, já que o quadro funcional é composto por colaboradores com experiências em renegociar dívidas. Os gestores de cobrança procuram convencer os clientes quanto aos benefícios da boa reputação no mercado de crédito. Nos contatos o pessoal da área de cobrança deve apresentar argumentos como: dificuldades de obtenção de novos financiamentos; acesso a novos financiamentos condicionados à vinculação de garantias patrimoniais; pagamento de preços e taxas de juros elevados entre outros.
- f) **Serviços Terceirizados.** Além do processo de cobrança interno a instituição financeira recorre à ajuda externa para aquelas situações que tiver sido esgotado os esforços na negociação para a concretização de um acordo satisfatório entre os envolvidos.

- g) Cobrança Judicial. Se a cobrança extrajudicial tornar insuficiente é realizada a cobrança judicial. A escolha do tipo de cobrança depende do instrumento de crédito utilizado na formalização do contrato. Trata-se de processo litigioso representando por protestos e/ou ação judicial. Esta alternativa prejudica os negócios do cliente, via divulgação de sua ausência de idoneidade no mercado de crédito.

A Instituição atua no acompanhamento dos processos das atividades de crédito, nos aprimoramentos, aferição e elaboração de inventários dos modelos de concessão e recuperação de crédito, no monitoramento de concentrações e na identificação de novos elementos que apresentam riscos de crédito.

Atua também na utilização de modelos para mensuração de riscos e no progresso contínuo dos processos e tem por objetivo a melhoria no desempenho da carteira de crédito, para tanto as seguintes ações são realizadas continuamente:

- a) Realização de reunião mensal do Comitê Executivo de Gestão de Risco de Crédito, para propiciar o acompanhamento e participação da Alta Administração nos principais fatos e decisões pertinentes a risco de crédito.
- b) Participação ativa no processo de melhoria de modelos de classificação de riscos de clientes, observando-se as características particulares dos segmentos de negócio e produtos que o Banco atua e na avaliação de riscos de crédito, quando da criação ou revisão de produtos.
- c) Implementação da sistemática para cálculo das perdas esperadas e inesperadas, além da alocação de capital correspondente.
- d) Otimização dos sistemas de informações gerenciais, de modo a atender a atual abordagem de segmentação dos clientes e departamentos, com ênfase na tomada de decisões e gerenciamento da carteira de crédito.

- e) Acompanhamento de grandes riscos: monitoramento periódico dos principais eventos de inadimplência, por meio de análises individuais, baseadas na evolução dos saldos dos clientes e estimativas de recuperação.
- f) Contínua revisão e reestruturação de processos internos, inclusive papéis e responsabilidades, capacitação, revisão de estruturas organizacionais e demandas de tecnologia da informação.
- g) Revisão periódica dos projetos voltados para o atendimento das melhores práticas e aos requerimentos de Novo Acordo de Capitais de *Basiléia*, com monitoramento das ações em andamento e identificação de novas lacunas e necessidades que surjam para aprimoramento do processo de gestão, elaborando planos de ação.

Para a concessão de crédito a instituição orienta seus colaboradores para que na análise seja: minuciosa, criteriosa e imparcial, devendo o analista evidenciar os itens: comprovação de dados por documentos; emprego, tempo de serviço, cargo que ocupa; residência tempo, localização e se é própria; rendas devidamente comprovadas; consultas SPC e de referências, endividamento existente, visitar as instalações das pessoas jurídicas. Além da análise da capacidade econômico-financeira o responsável deve estar atento ao fluxo de caixa do tomador e a crise envolvendo setor de atividade, além de avaliar a capacidade de pagamento do tomador. Determina a confirmar se as garantias estão compatíveis e devidamente formalizadas.

4.2. CARACTERÍSTICA

A instituição financeira com base do estudo, apresenta os números a seguir em seu balanço datado de 31/12/2007, (anexo I)

Total de ativos: R\$ 341.184 milhões.

Patrimônio Líquido: R\$ 30.357 milhões.

Total de correntistas: 18.809 milhões.

Quantidade de Agências: 3.160.

Pontos de atendimentos: 26.459.

Quantidade de funcionários: 82.773.

Total de recursos captados e administrados: R\$ 484.265 milhões.

Operações de crédito e Arrendamento Mercantil: R\$ 131.184 milhões.

Em relação a do setor financeiro a instituição participa com 13,1% do total dos ativos de R\$ 732.311. Durante o ano de 2007 o crescimento da carteira de crédito da organização estudada foi de 36,5%, enquanto que a do setor houve um decréscimo de 0,03%.

A Política de Crédito tem por base negócios diversificados, pulverizados, amparados por garantias adequadas e destinados a pessoas e empresas idôneas e que demonstram capacidade de pagamento. As operações devem ser realizadas com agilidade, segurança, rentabilidade, configurando qualidade e liquidez na aplicação dos ativos. As alçadas são variáveis, com limites operacionais para a concessão de crédito fixado de forma a minimizar os riscos, são atribuídas às Agências, com conformidade com o seu porte e modalidade de garantia. Os créditos que ultrapassam as alçadas das Agências são analisados e deliberados por Comitê de Crédito, observando também as alçadas.

4.3. PERFIL DOS CLIENTES

Os clientes são atendidos por segmentos. Para pessoa jurídica a classificação é atribuída de acordo com o faturamento anual, conforme segue:

Atendimentos/Classificação	Faturamento/anual
Varejo	Até 30 milhões
Empresas	Entre R\$ 30 milhões e R\$ 180 milhões
Corporate	Acima de R\$ 180 milhões

Situação semelhante se estende as concessões realizadas para clientes pessoas físicas. Para esses, os critérios são determinados pela renda mensal e aplicações existentes, demonstrados no quadro abaixo:

Atendimento/Classificação	Renda – mensal	Investimento
Varejo	Até R\$ 4 mil	Até R\$ 50 mil
Prime	Superior a R\$ 4 mil	Superior a R\$ 50 mil
Private	-	Superior a R\$ 1 milhão

4.4. LINHAS DE CRÉDITO

As principais linhas de crédito da instituição financeira são: capital de giro; limite rotativo; cheque especial; comprar; conta garantida; crédito direto ao consumidor; crédito pessoal; crédito rural; desconto de cheques, duplicatas, nota promissória, nota promissória rural – NPR, recebíveis; leasing; microcrédito; finame agrícola, BNDES – programas agropecuários; automático, *leasing*, câmbio e vendor .

4.5. GARANTIAS EXIGIDAS

As operações de empréstimos concedidas pelo banco normalmente são exigidas garantias que assegurem o reembolso em caso de inadimplência dos tomadores.

As principais garantias constituem-se em: cessão fiduciária de duplicatas, cheques, direitos creditórios, aplicação financeira e de recebíveis de cartões de crédito; alienação fiduciária de bens móveis; aval; penhor rural, mercantil; fiança; warrant; letra de câmbio; ações; fiança bancária; carta de crédito; penhor caução; hipoteca; nota promissória e cédula de crédito bancário.

4.6. MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO

O monitoramento é uma ferramenta para controlar determinada atividade e, na medida em que se tem conhecimento do que está sendo realizado e de que forma. Diante disso há condições de saber se as unidades seguem o padrão estabelecido pelas regras internas quanto por aquelas estabelecidas pelos órgãos reguladores.

Monitorar é acompanhar e avaliar se a atividade é realizada dentro do prometido.

Na prática a instituição financeira desenvolve sistemas para o monitoramento de operações de crédito, com listas de restritivos atualizados. Os principais critérios utilizados pelo sistema são: acompanhamento dos processos das atividades de crédito de valores acima da capacidade financeira e patrimonial do tomador; quantidade de operações em determinado período; operações fora do

comportamento normal do cliente, na identificação de novos componentes que podem oferecer riscos de crédito.

Para fins de identificação da finalidade do empréstimo ou do financiamento, é preciso conhecer o destino que o cliente pretende dar aos recursos obtidos, já que os fundos destinam-se a atender às necessidades de giro ou de investimento.

O sistema do banco pesquisado permite o acompanhamento continuado de tomadores de crédito pessoas físicas e jurídicas em decorrência como: falências; concordatas; protestos; ações judiciais executivas; ações judiciais de busca e apreensão; ações de execução fiscal de justiça federal; cheques sem fundos; participação em empresas falidas; pendências financeiras e de dívidas vencidas, no momento da inclusão ou baixa no Sisbacen.

A antecipação dessas informações permite a adoção de medidas preventivas ou corretivas para a redução de riscos, ou na assimilação de oportunidades de novos negócios.

4.7. RISCO DA INADIMPLÊNCIA

Toda vez que a instituição financeira concede um empréstimo ou um financiamento assume o risco de não receber. O não cumprimento da obrigação pode estar relacionado ao seu caráter, a sua capacidade de conduzir os negócios, aos fatores externos ou da incapacidade de gerar fluxo de caixa suficiente. Portanto, alguns tipos de operações devem ser respaldados por garantias que compensam as demais variáveis implícitas no risco de crédito.

Pode ser marcante como o risco de perda pela incapacidade de pagamento do tomador de um empréstimo e expõe o credor a uma perda de parte ou do total do

principal do empréstimo. Os principais fatores da inadimplência caracterizam por: dificuldades financeiras pessoais, que impossibilitam o cumprimento das obrigações; desemprego; ausência de controle nos gastos; empréstimos para terceiros; atraso de salário; comprometimento da renda; doenças, utilização do dinheiro para outras finalidades e má fé.

No processo de concessão de crédito a instituição financeira deverá ter presente, que, na identificação de um potencial aumento da carteira, ocorrerá com riscos no recebimento de seus valores a receber e serão contabilizados em perdas.

A relação risco/retorno numa instituição financeira constitui-se no próprio negócio e pode estar relacionada aos efeitos de sua política de crédito e dos critérios na concessão. Portanto, os resultados decorrem de uma política de crédito eficiente associada a adequada cobrança.

4.8. PRINCIPAIS INDICADORES DE RISCO DO CRÉDITO

Primeiramente, é definir o conceito de risco, como sendo a possibilidade de perda. A instituição financeira também assume risco como intermediário financeiro que o é, fazendo a ligação entre aplicadores e tomadores de recursos e assume posições de risco por sua própria responsabilidade.

O gerenciamento de crédito tem obrigado a instituição financeira a adotar programas de avaliação constante dos métodos da concessão e monitoramento de crédito, motivados pelo: aumento da inadimplência, redução das margens de lucro.

Atualmente a instituição financeira conta com estruturas profissionalizadas e especializadas não só para evitar o calote, mas em buscar seus créditos não recebidos nos prazos estabelecidos. A recuperação do crédito inicia no momento em

que os responsáveis pela concessão notam sinais de insolvências e tomam as medidas preventivas.

O objetivo maior dos modelos para a mensuração do risco de crédito está em apresentar estimativas das probabilidades de os créditos serem liquidados nos respectivos vencimentos com a maximização das receitas e minimização das perdas.

Através da Resolução nº. 2.682, de 21-12-1999, do Banco Central do Brasil, que determinou as escalas de classificação de riscos e fixou os percentuais de provisionamento para créditos de liquidação duvidosa, conforme demonstrado no item 2.9.3.

A cultura de crédito necessita ser clara e objetiva para o controle dos riscos, já que o crédito é concedido mediante as informações da intenção e a capacidade de pagamento do tomador registrado na ficha de cadastro.

Os principais indicadores de risco de crédito, originados nas demonstrações financeiras; procedentes do próprio cliente; oriundos de terceiros e das próprias instituições financeiras, serão descritas a seguir:

- a) Provenientes das demonstrações financeiras: inadequada pontualidade e freqüência na publicação ou na entrega, pelas empresas, das demonstrações financeiras; variações expressivas nas vendas; modificações na representatividade dos custos dos produtos, mercadorias ou serviços, em relação às vendas; alterações expressivas na representatividade das despesas operacionais (administrativas, vendas e gerais), em relação às vendas; mudança da representatividade das despesas e receitas financeiras, em relação às vendas, às dívidas e às aplicações financeiras; resultado não operacional expressivo; equivalência patrimonial negativa, provisões para

contingências, distribuição de dividendos ou resultados em volumes incompatíveis com os lucros gerados, mudanças significativas nos volumes e prazos de duplicatas a receber, alterações significativas nos volumes e prazos de rotação dos estoques; variações significativas nos volumes e prazos de pagamento aos fornecedores; participação expressiva de contas com rubricas genéricas, do tipo, “outros valores a receber”, “outros créditos”, “outros valores a pagar”; crescimento e representatividade dos itens intangíveis; aumento dos valores a pagar relativos a impostos, tributos, salários e encargos sociais; ausência de valores a pagar relativos a impostos, tributos, salários e encargos; realizável a longo prazo expressivo e valores a receber de partes relacionadas; modificações na representatividade das contas do ativo permanente, mudança na representatividade do patrimônio líquido e na representatividade e na composição do exigível a longo prazo.

- b) Originário do tomador de crédito, hábitos relacionados a vícios que ponham em risco o patrimônio ou a vida do cliente, bem como jogos e outras práticas perigosas; costume e vida social incompatível com a condição financeira do cliente; alteração de comportamento ou nos hábitos das pessoas-chave; problemas conjugais e familiares que ponham em risco ou gerem instabilidade no gerenciamento dos negócios; mudança brusca de atitude com relação ao banco ou aos profissionais, demonstrada por meio de excesso ou da falta de cooperação; problemas financeiros pessoais demonstrados pelos sócios, conduta que põe em dúvida o caráter dos sócios ou dos administradores, alteração de controle do capital da empresa ou de sua direção, bem como troca de contador; ausência de uma estrutura que independa de uma única pessoa ou morte de algum membro da equipe-chave; composição da

estrutura organizacional frágil, quanto às pessoas, recursos materiais e instrumentos de administração, especialmente em situações de crescimento da empresa, fábrica, equipamentos e espaços inadequados ou mal conservados e pessoas deprimidas e desmotivadas, inexistência de um sistema de informação gerencial e de planejamento, com informações financeiras fracas e desatualizadas; falta de uma estrutura que identifique de forma clara as atribuições e responsabilidades dos sócios e diretores; ausência de visão estratégica e de competência para avaliar oportunidades de negócios e prever os riscos decorrentes; carência de formação acadêmica e de vivência prática para o desempenho das funções, omissão de visão mercadológica, quanto às linhas de produtos, ao mercado e aos clientes; pendências fiscais, trabalhistas e processos movidos por consumidores; perda de clientes importantes, de linhas e produtos-chave, franquias, direitos de distribuição ou fontes de suprimento; aceitação de encomendas ou contratos que possam ir muito além da capacidade de produção existente; postura especulativa com bolsa de valores ou de mercadorias, com estoque ou com outras atividades fora dos objetivos da empresa. Baixa qualidade dos estoques da empresa e de sua carteira de duplicatas a receber e declaração aberta do cliente quanto a sua incapacidade de pagamento.

- c) Atinentes de terceiros: pedido de informações por fornecedores atuais ou novos para avaliar fornecimento de mercadorias ou produtos; exigência, por parte de fornecedores, para pagamento antecipado, a vista ou contra apresentação, para fins de fornecimento de mercadorias ou produtos; evidência de atraso no pagamento a fornecedores, bem como solicitação de aumento de prazos; modificação ou ampliação dos credores e bancos,

especialmente com exigência adicional de garantia real; cancelamento de apólices de seguros, de contratos de assistência médica ou de fornecimento de vale refeição por não pagamento; ações judiciais de qualquer tipo, especialmente por desrespeito ao cliente, por questões trabalhistas ou por não cumprimento de obrigações contratuais; atraso no pagamento a funcionários ou pagamento com cheques sem fundos.

- d) Alarmes vindo das instituições financeiras: Aquisições freqüentes de cheques administrativos; declínio dos saldos bancários ou aumento no uso de contas garantidas; renovações sucessivas de empréstimos de curto prazo, pagamento no caixa de duplicata descontada de cliente; antecipação quanto à ocasião da solicitação de empréstimos sazonais e evidências de que foram dados cheques sem fundos.

4.8.1. Tipos de Risco

Os riscos de crédito das instituições financeiras estão classificados conforme segue:

- a) Risco do cliente. Decorre das características do tomador e está associada a um conjunto de fatores, ou seja, os Cs do crédito: caráter, capacidade, condições, capital e colateral.
- b) Risco da operação. A inadequada determinação do empréstimo do prazo ou do valor pode levar o tomador à inadimplência. Toda operação deve ter o prazo compatível com a capacidade de pagamento do cliente, assim como o produto; o montante; a forma de pagamento e as garantias.

- c) Risco de concentração. Está associada a composição da carteira de recebíveis do banco. Uma política adequada requer a diversificação nos diversos segmentos da atividade econômica e em vários produtos.
- d) Risco da administração do crédito. Está relacionada aos recursos humanos e materiais da casa bancária. Os colaboradores devem estar preparados e atualizados para analisar, avaliar, decidir, formalizar e acompanhar os créditos concedidos. A estrutura de crédito deve ser dotada das diversas áreas especializadas na coleta, na organização, no armazenamento, na análise e na utilização das informações dos clientes atuais e prospectos.

Os tipos de risco estão relacionados a fatores internos e externos. São características dos fatores internos: falta de experiência, à incompetência e a desonestidade dos administradores no gerenciamento da atividade operacional da empresa. Podem ser evitados, desde que os responsáveis possuem experiência e especialização técnica.

Os fatores externos estão ligados a eventos não controláveis, os quais afetam todo o conjunto econômico. Como exemplo: aumento das taxas de juros e câmbio, redução de linhas de crédito, aumento de impostos, diminuição de preços praticados por concorrentes e governo, escassez de matéria prima, elevação do preço do petróleo, guerras entre países e outros.

Risco de Crédito representa a possibilidade da perda pelo não pagamento de algum tipo de dívida que qualquer pessoa física ou jurídica tenha assumido com a instituição.

A atividade básica da maioria dos bancos é a concessão de crédito. Para tanto as instituições financeiras precisam fazer avaliações da capacidade dos tomadores de crédito.

Entre aos principais riscos citamos: a exposição excessiva a um único tomador ou grupos de tomadores interligados. Já que grandes concentrações surgem com relação a determinados segmentos industriais, econômicos e geográficos.

Os principais segmentos utilizados pelos fraudadores para a aplicação de golpes no sistema financeiro são: o comércio de confecções em geral, comércio de gêneros alimentícios, tanto no atacado quanto varejo e o de material de construção.

As principais características dessas quadrilhas ou golpistas constituem-se em:

- a) Nunca agem sozinhas, sempre fazem parte de quadrilhas organizadas.
- b) Mudam constantemente os laranjas, utilizam sempre nomes limpos na praça ou se fazem passar por pessoas que tiveram seus documentos roubados.
- c) Administram vários golpes simultâneos em locais diferentes, e possuem estrutura para distribuir o produto da fraude.
- d) Possuem avançado esquema para a aplicação de fraudes.
- e) Os principais alvos são: empresas que vendem produtos de fácil aceitação e que podem ser comercializados em qualquer parte do País, tais como material de construção, peças automotivas, alimentos não perecíveis, material de higiene e limpeza, aparelhos eletroeletrônicos e confecções.
- f) O perfil das empresas golpistas constitui em: isenção de ocorrência negativa conhecida em seus registros até o momento do golpe; Compram de fornecedores de diferentes ramos de atividade; desativada por vários anos e de repente começa a comprar com frequência; mudança na razão social da empresa e/ou alteração do ramo de atividade para outro mais abrangente; apresenta vários números de consultas de crédito; alteração de controle societário.

- g) Sinais de alerta: atenção ao volume de compras de um cliente com repentino salto em relação às experiências anteriores.
- h) Cuidados a serem observados: muitas vezes se tratam de empresas conhecidos com o número de telefone falso e atendidos pelos membros da quadrilha. Torna-se necessário a comparação se o ramo de atividade da empresa é compatível com os produtos que ela pretende adquirir.

Entre as diversas exposições ao risco temos:

- a) Risco País está associado aos ambientes econômico, social e político do país tomador. O risco país é mais visível nos empréstimos aos governos de outros países e suas agências, motivadas pela não garantia.
- b) Risco de Mercado decorre de perdas na movimentação nos preços de mercado, presentes também nas instituições financeiras. Pelos princípios de contabilidade geralmente aceitos esses riscos evidenciam em suas atividades mercantis, tanto nas posições que envolvem capital de terceiros como naquelas de capital próprio, ou nas posições de mercados de câmbio ou de commodities.
- c) Risco de Taxa de Juros está relacionada a exposição da situação financeira de um banco a movimentos adversos nas taxas de juros. Esse risco está ligado aos ganhos de um banco e o valor econômico de seus ativos e passivos. Os riscos de taxa de juros, quando excessivos, podem representar uma ameaça para os resultados e para a estrutura de capital de uma casa bancária. O seu controle tem importância em mercados financeiros sofisticados, onde os clientes administram ativamente suas exposições a taxa de juros.

- d) Risco de Liquidez. Decorre da incapacidade de promover reduções em seu passivo ou de financiar aumento nos ativos. No momento em que um banco apresenta liquidez inadequada, perde a capacidade de obter recursos, seja por meio de aumento dos exigíveis, ou pela conversão de ativos, a custos aceitáveis o que afeta sua rentabilidade. Liquidez insuficiente pode causar a insolvência de uma instituição financeira.
- e) Risco Operacional. É qualquer possibilidade de perda originada por falhas na estrutura organizacional da instituição financeira, sejam em nível de sistemas, procedimentos, recursos humanos e recursos de tecnologia, ou pela perda dos valores éticos e corporativos que unem os diferentes elementos dessa estrutura. Está ligado diretamente aos controles internos e do domínio corporativo. As irregularidades podem acarretar perdas financeiras por meio de erros, fraudes ou omissão no desempenho das atividades, ou pela condução dos negócios de maneira antiética ou arriscada. O risco operacional incluiu ainda deficiências graves nos sistemas tecnológicos de informação ou na ocorrência de grandes incêndios ou outros desastres.
- f) Risco Legal. Ocorre pelo descuido ou pela incompetência da instituição financeira em cumprir determinações legais ou regulamentares relacionadas as suas operações ativas e passivas ou, pela quebra de regras contratuais. Inclui o da desvalorização de ativos ou de valorização de passivos em veemência inesperada. Adicionalmente, a legislação pode falhar na solução de questões legais envolvendo um banco, podendo apresentar complicações a todo segmento financeiro. Os bancos correm os riscos a atividade competitiva como: risco de mudanças na organização de seu mercado; risco de mudanças significativas nas estruturas regulatória e tributária da atividade;

risco mercadológico da perda dos consumidores de seus produtos; risco de perda de competitividade seja de preços, qualidade de serviços, nível de tecnologia, atendimento diferenciado ou de imagem e risco no ambiente global relacionado aos negócios bancários.

- g) Risco de Reputação, sua origem está ligada a falhas operacionais e de deficiências no cumprimento das leis e de normas. São prejudiciais para bancos, pois a natureza de seus negócios necessita da manutenção da confiança de aplicadores, de credores e do mercado em geral.

4.8.2. Causa

Representa a possibilidade de insolvência dos devedores, podendo acarretar perda no recebimento de ativos. O profissional de crédito deverá ter em mente que ele é o guardião do capital da empresa para a qual ele trabalha e que jamais poderá expor a mesma a riscos desnecessários. Para tanto, para minimizar os prejuízos, ele deve estar sempre atento aos tipos de créditos que oferecem riscos, além de verificar os motivos da falta de capacidade de pagar como: o insucesso no projeto ou no emprego e a instabilidade econômica.

Nas situações de inadimplências, os gestores necessitam incentivar para que eles paguem suas obrigações, apresentando propostas de incentivos, como: abatimento dos encargos, dilatação dos prazos entre outros e a exclusão do nome em listas negras (SPC, SERASA etc.).

Para reduzir a inadimplência torna-se necessário selecionar adequadamente os devedores. Melhorar a qualidade das garantias pessoais e reais. Possuir um

banco de dados com informações negativas e positivas e fazer uso dessas informações. Além de treinar constantemente os colaboradores.

A identificação das causas que levam os clientes a se tornarem inadimplentes é o ponto de partida para a orientação das pessoas e o ajustamento da estrutura para a adequação as normas e políticas de crédito.

As principais causas são:

- a) Erros na concessão. Decorre da obtenção de informações impróprias. Da análise financeira inadequada, decorrente do desconhecimento e do descrédito de profissionais não capacitados. Empréstimos sem a identificação das necessidades de recursos com prazos incompatíveis com a capacidade de pagamento. Aceitação de garantias sem a adequada avaliação, quanto aos fatores relevantes, do tipo valor, controle e liquidez. Falta de gerenciamento, a qual consiste na ausência de visitas e revisões periódicas da análise financeira. Interferência políticas na aprovação do crédito.
- b) Práticas fracas de negócios. Mau gerenciamento pela falta de planejamento de curto e longo prazo. Deterioração dos produtos pela ausência de preços competitivos ou de qualidade inferior ao praticado pela concorrência. Inexistência de controles financeiros das contas a receber, estoques, despesas. Falta de instrumentos para prevenir fraudes e roubos.
- c) Eventos externos. Neste ambiente estão o governo, a conjuntura nacional e internacional, os concorrentes e a globalização. Esses macroambiente podem representar oportunidades para as empresas, ou ameaças, trazendo dificuldades. Com exemplo temos: desaquecimento de determinado setor da economia, comportamento do mercado. Os principais fatores são: ambientais,

econômicos; competitivos; reguladores; tecnológicos. Diante das ameaças é necessário identificar as oportunidades de negócios.

4.8.3. Consequência

É a perda dos valores emprestados ou dos financiamentos concedidos aos clientes. Pode ser total do principal mais os encargos ou apenas parcial.

Por parte do governo temos o controle da oferta de crédito, com a elevação dos depósitos compulsórios e a redução dos prazos de financiamentos.

As instituições financeiras procuram melhor selecionar seus clientes, exigir garantias adicionais, neutraliza a queda dos juros e passa a aumentar as taxas praticadas, além, de elevar a provisão para crédito de liquidação duvidosa.

Neste contexto, os clientes com riscos maiores pagarão uma taxa de juros maior, a qual deverá ser capaz de compensar um maior percentual de inadimplência. Esta não pode representar um desastre para o credor, desde que mantida em níveis suportáveis.

Quando ocorre o aumento da inadimplência nas instituições financeiras são designadas equipes especiais de diretores, gerentes, advogados e colaboradores de outras áreas para cobrarem e negociarem créditos problemáticos. O fato acrescenta os custos diretos com salários e encargos e na alocação na busca de resolução desses créditos. Adicionalmente, há o custo de oportunidade, já que a equipe de profissionais deixa de fazer suas atividades em gerar receitas para o banco.

A inadimplência acarreta uma sobrecarga de trabalho como:

- a) Equipes realizam: levantamentos; controles; estatísticas e processos para a apreciação de comitês formados. Além de atender a auditores internos e externos e inspetores do BACEN.
- b) Elaboração de novos contratos à formalização e registro de novas garantias, envio de títulos para protesto, execução de garantias e contratos. Caso o devedor pedir concordata, o credor quirografário necessita subscrever seus créditos. Além dos gastos adicionais com custas processuais e honorários advocatícios.
- c) Comumente clientes inadimplentes movem ações contra o credor sob a alegação que este é o culpado pela sua desgraça, que pode ter decorrido de elevadas taxas de juros cobrados pelo banco, entre outras.

Os bancos na qualidade de depositário dos recursos de terceiros necessita de uma carteira de crédito saudável para manter a imagem positiva perante o mercado.

4.8.4. Tabela

Nas tabelas serão apresentado os principais risco na concessão de crédito, a análise dos Cs do Crédito e as fases do processo para a análise.

RISCO NA CONCESSÃO DE CRÉDITO	
Fatores Internos	Profissionais não qualificados
	Controles de riscos inadequados
	Concentração de crédito.
Fatores Externos	Concorrência
	Taxa de Juros
	Caráter dos tomadores
	Carga Tributária
	Câmbio

ANÁLISE DOS Cs DO CRÉDITO	
Caráter	Pertinente a idoneidade
Capacidade	Agilidade na conversão dos negócios em receitas.
Capital	Composição quantitativa e qualitativa dos recursos.
Condições	Está ligada a fatores externos, como crises econômicas, taxa de juros.
Colateral	Circunstância do patrimônio do cliente.
Conglomerado	Relacionado ao grupo econômico ou conjunto de empresas.

PROCESSO DE ANÁLISE DE CRÉDITO	
Fases da Análise de Crédito	Análise Cadastral.
	Análise de Idoneidade.
	Análise Financeira.
	Análise de Relacionamento.
	Análise Patrimonial.
	Análise de Sensibilidade.
	Análise do Negócio.
Etapas da Liberação dos Recursos	Contato com as Empresas/Clientes.
	Análise do Crédito.
	Formalização dos Contratos.
	Constituição das Garantias.
	Guarda do dossiê.
	Exame das Operações Concedidas.
	Acompanhamento dos tomadores.
	Cobrança.

Produzido pelo autor

5. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

No trabalho estudamos o conjunto de critérios e procedimentos a serem adotados na análise de concessão e no monitoramento de crédito para reduzir as perdas, decorrentes da inadimplência. Focamos os atendimentos dentro dos parâmetros da qualidade, agilidade e segurança.

A economia brasileira passou por intensas transformações e entre os planos econômicos praticados no Brasil, o plano real em 1994, foi o mais importante. Com a sua implantação houve o controle da inflação e as instituições financeiras aumentaram a oferta de crédito o que compensou o retorno desejado para os seus negócios.

Com a abertura econômica e a adesão do Brasil ao acordo de Basiléia, iniciou uma revolução nos métodos e práticas das atividades bancárias que tem por objetivo captar recursos dos poupadores e de emprestar aos tomadores de crédito.

Para reduzir as perdas decorrentes da inadimplência, os bancos utilizam sistemas bem elaborados para detalhar situações de risco, porque além do bom-senso, a concessão de crédito estabelece preparo técnico, análise macro e micro econômica e conhecimento dos diversos mercados.

Abordamos a origem do crédito, os Bancos no Sistema Financeiro, as principais operações de crédito, os princípios de Basiléia aplicados nos sistema financeiro, o processo na concessão de crédito, os Cs de crédito, as garantias e a classificação do crédito.

O entendimento dos Bancos e as diversas modalidades de créditos para atender o público em geral nos deram uma visão geral das normas e dos mercados em que operam e descrevemos as principais operações de crédito utilizadas pelo mercado.

O conceito de crédito descrito pelos diversos autores, oferece ao leitor uma gama de informações úteis de como se deve trabalhar com as informações obtidas dos clientes e das fontes de informações internas e externas para a concessão de crédito segura.

A Política de Crédito tomada por base no trabalho, verificamos que ela preza pela diversificação dos negócios e devem ser amparados por garantias adequadas e

destinados a pessoas e empresas idôneas e que demonstram capacidade de pagamento, procedimentos esses, que servem para reduzir a inadimplência e permitem o crescimento dos negócios com segurança. A aprovação das operações é variável e em cada nível decisório e se tornam as análises impessoais e profissionais.

No estudo de caso, apresentamos os parâmetros e os critérios para a concessão e monitoramento de crédito, tanto pelos manuais de procedimentos normativos da instituição financeira, quanto pelos citados pela literatura.

Ao estudar o assunto verificamos que o preparo dos profissionais da área deve ser continua, pois o crédito exige conhecimento técnico e acompanhamento constante e níveis de informação sempre atualizados.

Pela exigência do mercado é necessário que as instituições financeiras capacitem seus profissionais de nível gerencial na elaboração, análise, concessão e monitoramento de crédito, pois a avaliação de crédito constitui um processo dinâmico e exige revisões periódicas.

Na análise para a concessão e o monitoramento de crédito de uma instituição financeira recomenda-se a participação de toda a equipe envolvida com os atuais e futuros clientes, já que a quantidade e a qualidade de informações necessárias para uma administração eficiente da carteira de clientes dependem do nível de comprometimento dos responsáveis diretos e da interação dos demais membros de relacionamento com o cliente. Neste contexto o avanço tecnológico auxilia as equipes em melhor análise dos objetivos propostos, como: agilidade na troca de informações e maior facilidade no seu acesso.

As equipes de negócios responsáveis pelo cumprimento das metas preestabelecidas e na busca de novas oportunidades negócios para obter melhor rentabilidade, muitas vezes por falta de preparo técnico e cobrança do superior, concedem crédito fora da Política de Crédito e fazem as instituições perderem dinheiro e culpam o pessoal administrativo como não produtivos. Estes por sua vez consideram a área mercadológica indisciplinada que não cumprem as normas. Portanto, a adaptação dos negócios as normas tem que ser constante e a qualidade humana é o fator relevante no processo decisório.

Para arrecadar bons negócios é necessário que as atividades da concessão de crédito estejam voltadas na construção de uma carteira de crédito saudável e lucrativa e que atenda as necessidades dos clientes e das instituições financeiras.

Sendo imprescindível buscar todas as fontes de informações disponíveis e os negócios realizados de forma diversificada, pulverizada com garantias adequadas e a tomadores idôneos com real capacidade do retorno.

Este é um trabalho inacabado, pois ainda há espaço para novos desenvolvimentos de pesquisas nessa área. Esperamos ter deixado a nossa contribuição.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SANTOS, José Odálio dos. **Análise de crédito, empresas e pessoas físicas**. São Paulo; Atlas, 2006.

SCHIRICKEL, Wolfgang Kurt. **Análise de crédito, concessão e gerência de empréstimos**. São Paulo; Atlas, 1998.

SANTI FILHO, Armando de, **Avaliação de riscos de créditos pra gerentes de operações**. São Paulo; Atlas, 1997.

PAIVA, Carlos Alberto de Carvalho, **Administração do Risco de Crédito**. Rio de Janeiro, Qualitymark Editora Ltda, 1997.

SILVA, José Pereira da. **Gestão e Análise de Risco de Crédito**. São Paulo; Atlas, 2000. – 3º Edição.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro: produtos e serviços**. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora, 2007.

TAVARES, Ricardo Ferro. **Crédito e Cobrança**. São Paulo: Atlas, 1988.

COLLI, José Alexandre. Fontana, Marino. **Contabilidade Bancária**. São Paulo; Atlas, 1994.

CENTA, Sérgio Alexandre. **Análise de Crédito**. Curitiba, IBPEX, 2005.

PEREIRA, Airton Gil Paz. **Cadastro, Crédito e Cobrança**. São Paulo; Nobel, 1991.

CAOQUETTE, John B., ALTMAN, Edward I., NARAYANAN, Paul. **Gestão de Risco de Crédito: o próximo desafio financeiro**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

MELLAGI, Armando Filho., ISHIKAWA, Sérgio. **Mercado Financeiro e de Capitais**. São Paulo; Atlas, 2000.

www.bradesco.com.br – Acesso em 01/03/2008 às 18h40.

7. ANEXOS

7.1. ANEXO – I – BALANÇO

**Bradesco****Banco Bradesco S.A.**

Companhia Aberta
1.367.719 Acionistas
2.018.673.956 Ações em circulação
CNPJ 60.746.948/0001-12
Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro - Em Reais mil

ATIVO	BRADESCO MÚLTIPLO		BRADESCO CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006
CIRCULANTE	178.280.895	140.497.757	259.884.466	197.385.329
DISPONIBILIDADES (Nota 6a)	5.341.369	4.567.190	5.486.606	4.761.972
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Notas 3b e 7)	55.212.180	36.967.946	36.967.044	25.538.077
Aplicações no Mercado Aberto	32.000.907	21.270.494	31.950.677	20.617.520
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	23.221.422	15.698.440	5.026.516	4.921.545
Provisões para Perdas	(10.149)	(988)	(10.149)	(988)
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Notas 3c, 3d, 8 e 32b)	17.707.014	21.932.150	98.133.256	72.854.434
Carteira Própria	6.477.173	2.445.309	75.919.673	53.523.157
Vinculados a Compromissos de Recompra	598.625	11.554.186	6.789.392	12.258.492
Instrumentos Financeiros Derivativos	421.371	523.229	608.202	520.635
Vinculados ao Banco Central	7.755.647	216.812	7.771.857	440.235
Vinculados à Prestação de Garantias	992.345	153.650	3.234.762	750.260
Títulos Objeto de Operações Compromissadas com Livre Movimentação	1.461.853	7.038.964	3.809.370	5.361.655
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	23.574.023	18.712.302	23.589.375	18.726.069
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	36.330	50.919	36.332	50.945
Créditos Vinculados: (Nota 9)				
- Depósitos no Banco Central	23.527.133	18.651.220	23.538.587	18.664.706
- Tesouro Nacional - Recursos do Crédito Rural	578	578	578	578
- SFH - Sistema Financeiro da Habitação	5.711	6.678	5.760	6.728
Correspondentes	4.271	2.907	8.118	3.112
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	426.748	181.867	429.362	186.338
Transferências Internas de Recursos	426.748	181.867	429.362	186.338
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Notas 3e, 10 e 32b)	53.348.122	41.325.651	66.400.261	51.697.772
Operações de Crédito:				
- Setor Público	68.582	73.840	70.330	73.840
- Setor Privado	57.846.468	45.204.122	71.655.801	56.258.898
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa (Notas 3e, 10f, 10g e 10h)	(4.566.928)	(3.952.311)	(5.325.870)	(4.634.966)
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Notas 2, 3e, 10 e 32b)	-	-	3.056.428	1.798.326
Operações de Arrendamento a Receber				
- Setor Público	-	-	44.401	44.017
- Setor Privado	-	-	5.427.991	3.461.812
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	-	-	(2.306.176)	(1.632.031)
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa (Notas 3e, 10f, 10g e 10h)	-	-	(109.788)	(75.472)
OUTROS CRÉDITOS	22.032.984	16.495.096	23.951.895	20.626.867
Créditos por Avals e Fianças Honorados (Nota 10a-2)	12.181	38	12.181	38
Carteira de Câmbio (Nota 11a)	9.836.668	7.945.987	9.836.732	7.946.062
Rendas a Receber	4.765.463	1.626.582	368.622	174.072
Negociação e Intermediação de Valores	483.166	359.770	682.879	598.350
Prêmios de Seguros a Receber	-	-	1.276.612	1.257.298
Diversos (Nota 11b)	7.012.047	6.621.385	11.877.255	10.744.251
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (Notas 3e, 10f, 10g e 10h)	(76.541)	(58.666)	(102.386)	(93.204)
OUTROS VALORES E BENS (Nota 12)	638.455	315.555	1.870.239	1.195.474
Outros Valores e Bens	185.970	189.302	385.251	360.925
Provisões para Desvalorizações	(104.780)	(114.996)	(178.581)	(188.825)
Despesas Antecipadas (Notas 3g e 12b)	557.265	241.249	1.663.569	1.023.374
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	103.131.791	71.539.794	77.629.777	64.669.494
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Notas 3b e 7)	14.890.208	9.088.934	655.081	451.113
Aplicações no Mercado Aberto	64.184	-	64.184	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	14.826.024	9.088.934	590.897	451.113
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Notas 3c, 3d, 8 e 32b)	49.685.723	36.315.780	16.318.453	24.395.525
Carteira Própria	4.099.639	9.456.471	8.159.498	18.529.693
Vinculados a Compromissos de Recompra	38.590.441	25.755.346	4.942.035	3.093.581
Instrumentos Financeiros Derivativos	544.796	28.381	598.838	28.430
Vinculados ao Banco Central	511.263	223.423	501.805	-
Moedas de Privatização	9.071	5.964	79.535	70.716
Vinculados à Prestação de Garantias	2.381.702	445.803	835.448	14.869
Títulos Objeto de Operações Compromissadas com Livre Movimentação	3.548.811	400.392	1.201.294	2.658.236
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	447.139	398.737	447.139	398.737
Créditos Vinculados: (Nota 9)				
- SFH - Sistema Financeiro da Habitação	447.139	398.737	447.139	398.737
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Notas 3e, 10 e 32b)	31.890.916	21.595.574	41.895.366	28.017.197
Operações de Crédito:				
- Setor Público	687.609	711.029	693.643	711.030
- Setor Privado	32.766.733	22.292.183	43.345.801	29.056.350
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa (Notas 3e, 10f, 10g e 10h)	(1.563.426)	(1.407.638)	(2.144.078)	(1.750.183)
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Notas 2, 3e, 10 e 32b)	-	-	4.905.967	1.953.232
Operações de Arrendamento a Receber				
- Setor Público	-	-	89.796	108.108
- Setor Privado	-	-	8.374.126	3.769.707
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	-	-	(3.422.375)	(1.840.215)
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa (Notas 3e, 10f, 10g e 10h)	-	-	(135.580)	(84.368)
OUTROS CRÉDITOS	5.310.154	3.646.023	11.878.015	8.675.350
Rendas a Receber	-	-	2.805	1.498
Negociação e Intermediação de Valores	695.251	110.684	695.251	110.684
Diversos (Nota 11b)	4.617.791	3.538.752	11.188.073	8.571.013
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (Notas 3e, 10f, 10g e 10h)	(2.888)	(3.413)	(8.114)	(7.845)
OUTROS VALORES E BENS (Nota 12)	907.651	494.746	1.529.756	778.340
Outros Valores e Bens	-	-	4.605	8.174
Provisões para Desvalorizações	-	-	(516)	(766)
Despesas Antecipadas (Notas 3g e 12b)	907.651	494.746	1.525.667	770.932



Balanço Patrimonial em 31 de dezembro - Em Reais mil

ATIVO	BRADESCO MÚLTIPLO		BRADESCO CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006
PERMANENTE	32.620.411	28.088.076	3.670.161	3.492.450
INVESTIMENTOS (Notas 3h, 13 e 32b)	30.751.361	26.273.755	604.076	696.582
Participações em Coligadas:				
- No País	29.742.920	25.254.144	467.944	403.033
- No Exterior	994.795	989.275	-	-
Outros Investimentos	60.671	86.062	487.365	651.568
Provisões para Perdas	(47.025)	(55.726)	(351.233)	(358.019)
IMOBILIZADO DE USO (Notas 3i e 14)	1.241.230	1.249.297	2.284.078	2.136.783
Imóveis de Uso	-	261.090	1.076.053	1.055.640
Outras Imobilizações de Uso	3.182.043	2.915.957	4.347.693	4.101.918
Depreciações Acumuladas	(1.940.813)	(1.927.750)	(3.139.668)	(3.020.775)
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO (Nota 14)	-	-	11.421	16.136
Bens Arrendados	-	-	20.777	25.142
Depreciações Acumuladas	-	-	(9.356)	(9.006)
DIFERIDO (Notas 2, 3j e 15)	627.820	565.024	770.586	642.949
Gastos de Organização e Expansão	1.516.778	2.183.141	1.850.219	1.593.771
Amortização Acumulada	(888.958)	(1.618.117)	(1.079.633)	(950.822)
TOTAL	314.033.097	240.125.627	341.184.404	265.547.273

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro - Em Reais mil
PASSIVO

	BRADESCO MÚLTIPLO		BRADESCO CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006
CIRCULANTE	177.289.245	125.486.678	213.446.966	161.255.821
DEPÓSITOS (Notas 3k e 16a)	88.842.831	68.748.827	75.797.142	60.529.761
Depósitos à Vista	28.429.110	20.304.697	28.495.555	20.526.800
Depósitos de Poupança	32.812.974	27.612.587	32.812.974	27.612.587
Depósitos Interfinanceiros	13.041.536	9.078.640	364.508	290.091
Depósitos a Prazo (Nota 32b)	13.589.722	11.195.179	13.198.839	11.549.089
Outros Depósitos	969.489	557.724	925.266	551.194
CAPTACÕES NO MERCADO ABERTO (Notas 3k e 16b)	54.653.241	32.504.927	54.693.633	32.423.179
Carteira Própria	18.685.269	21.424.762	18.924.688	21.343.014
Carteira de Terceiros	29.777.227	3.471.383	29.578.200	3.471.383
Carteira Livre Movimentação	6.190.745	7.608.782	6.190.745	7.608.782
RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS (Notas 16c e 32b)	1.574.664	1.896.595	1.733.135	1.964.401
Recursos de Aceites Cambiais	-	-	406	-
Recursos de Letras Hipotecárias	866.725	839.336	901.490	856.490
Recursos de Debêntures (Nota 16c-1)	-	-	42.821	51.094
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	707.939	1.057.259	788.418	1.056.817
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	16.632	7.361	16.632	5.814
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	-	30	-	-
Repasse Interfinanceiros	-	1.517	-	-
Correspondentes	16.632	5.814	16.632	5.814
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	2.519.618	2.224.292	2.521.233	2.225.711
Recursos em Trânsito de Terceiros	2.519.618	2.224.292	2.521.233	2.225.711
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Notas 17a e 32b)	7.824.178	5.554.606	7.718.270	5.545.103
Empréstimos no País - Instituições Oficiais	-	-	154	267
Empréstimos no País - Outras Instituições	-	-	373	44.447
Empréstimos no Exterior	7.824.178	5.554.606	7.717.743	5.500.389
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Notas 17b e 32b)	5.168.629	4.603.586	5.360.030	4.702.433
Tesouro Nacional	50.260	99.073	50.303	99.073
BNDES	2.490.548	2.188.507	2.490.548	2.188.507
CEF	13.468	8.470	14.760	10.065
FINAME	2.613.980	2.306.767	2.804.046	2.404.019
Outras Instituições	373	769	373	769
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR (Notas 17b e 32b)	1.270.361	170	1.257.281	170
Repasse do Exterior	1.270.361	170	1.257.281	170
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Notas 3d e 32)	544.636	512.226	668.954	510.881
Instrumentos Financeiros Derivativos	544.636	512.226	668.954	510.881
PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGUROS, PREVIDÊNCIA E CAPITALIZAÇÃO (Notas 31 e 21)	-	-	42.055.115	38.427.352
OUTRAS OBRIGAÇÕES	14.874.455	9.434.088	21.625.541	14.921.016
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assementados	171.163	116.472	228.722	175.838
Carteira de Câmbio (Nota 11a)	3.466.147	2.385.341	3.467.189	2.386.817
Sociais e Estatutárias	2.176.200	171.242	2.195.653	190.916
Fiscais e Previdenciárias (Nota 20a)	760.408	861.870	2.356.153	2.800.684
Negociação e Intermediação de Valores	392.306	129.512	657.700	422.232
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	1.851	876	1.851	876
Dívidas Subordinadas (Notas 19 e 32b)	34.402	39.955	650.635	59.411
Diversas (Nota 20b)	7.871.978	5.728.820	12.067.638	8.884.242
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	106.276.846	89.912.439	97.035.535	79.417.190
DEPÓSITOS (Notas 3k e 16a)	54.475.007	51.547.840	22.526.304	23.375.452
Depósitos Interfinanceiros	30.625.773	28.172.259	7.965	-
Depósitos a Prazo (Nota 32b)	23.849.234	23.375.581	22.518.339	23.375.452
CAPTACÕES NO MERCADO ABERTO (Notas 3k e 16b)	20.459.048	15.685.413	18.940.016	15.252.254
Carteira Própria	20.459.048	15.685.413	18.940.016	15.252.254
RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS (Notas 16c e 32b)	2.211.547	1.139.883	4.763.647	3.671.878
Recursos de Letras Hipotecárias	151	1.207	151	1.207
Recursos de Debêntures (Nota 16c-1)	-	-	2.552.100	2.552.100
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	2.211.396	1.138.676	2.211.396	1.118.571
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Notas 17a e 32b)	347.921	240.123	347.560	232.803
Empréstimos no País - Instituições Oficiais	-	-	296	511
Empréstimos no Exterior	347.921	240.123	347.264	232.292
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Notas 17b e 32b)	8.393.302	6.775.471	8.726.406	6.938.536
Tesouro Nacional	-	-	578	-
BNDES	3.657.155	3.343.511	3.657.155	3.343.511
CEF	81.604	53.768	86.520	59.844
FINAME	4.653.691	3.377.029	4.981.301	3.534.018
Outras Instituições	852	1.163	852	1.163
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Notas 3d e 32)	282.779	8.123	282.779	8.123
Instrumentos Financeiros Derivativos	282.779	8.123	282.779	8.123
PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGUROS, PREVIDÊNCIA E CAPITALIZAÇÃO (Notas 31 e 21)	-	-	16.471.150	10.701.862
OUTRAS OBRIGAÇÕES	20.107.242	14.515.586	24.977.673	19.236.282
Fiscais e Previdenciárias (Nota 20a)	3.141.575	2.026.364	7.483.638	5.213.836
Dívidas Subordinadas (Notas 19 e 32b)	15.199.829	11.290.046	15.199.829	11.890.046
Diversas (Nota 20b)	1.765.838	1.199.176	2.294.206	2.132.400
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	109.662	90.148	189.147	180.460
Resultados de Exercícios Futuros	109.662	90.148	189.147	180.460
PARTICIPACÃO MINORITÁRIA NAS CONTROLADAS (Nota 22)	-	-	155.412	57.440
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 23)	30.357.344	24.636.362	30.357.344	24.636.362
Capital:				
- De Domiciliados no País	17.693.485	13.162.481	17.693.485	13.162.481
- De Domiciliados no Exterior	1.306.515	1.037.519	1.306.515	1.037.519
Reservas de Capital	55.624	55.005	55.624	55.005
Reservas de Lucros	9.963.593	8.787.106	9.963.593	8.787.106
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM e Derivativos	1.469.976	1.644.661	1.469.976	1.644.661
Ações em Tesouraria (Notas 23c e 32b)	(131.849)	(50.410)	(131.849)	(50.410)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ADMINISTRADO PELA CONTROLADORA	30.357.344	24.636.362	30.512.756	24.693.802
TOTAL	314.033.097	240.125.627	341.184.404	265.547.273

**Bradesco****Bando Bradesco S.A.****Demonstração do Resultado - Em Reais mil**

	BRADESCO MÚLTIPLO			BRADESCO CONSOLIDADO		
	2007		2006	2007		2006
	2º Semestre	Exercício	Exercício	2º Semestre	Exercício	Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....	17.507.817	34.455.950	30.624.580	21.548.017	41.604.523	38.221.635
Operações de Crédito (Nota 10j).....	8.720.132	16.677.676	15.606.594	11.125.809	21.056.446	20.055.120
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 10j).....	-	-	-	532.228	916.745	653.260
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 8f).....	6.311.270	12.546.050	10.864.253	3.285.339	6.546.676	6.207.096
Resultado Financeiro de Seguros, Previdência e Capitalização (Nota 8f)	-	-	-	3.957.397	7.643.626	6.989.951
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 8f).....	1.516.758	3.353.761	2.236.498	1.680.954	3.551.443	2.259.974
Resultado de Operações de Câmbio (Nota 11a).....	347.150	635.228	724.940	353.783	646.352	729.647
Resultado das Aplicações Compulsórias (Nota 9b).....	612.507	1.243.235	1.192.295	612.507	1.243.235	1.326.587
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....	11.925.723	22.872.594	21.064.804	12.601.404	23.572.350	22.239.518
Operações de Captações no Mercado (Nota 16e).....	9.074.419	17.792.889	15.846.990	6.380.449	11.996.743	11.994.711
Atualização e Juros de Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização (Nota 16e).....	-	-	-	2.475.803	4.616.356	4.004.823
Operações de Empréstimos e Repasses (Nota 17c).....	642.729	913.766	1.834.331	747.435	1.453.221	1.819.413
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 10j).....	-	-	-	3.633	8.321	8.158
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Notas 3e, 10g e 10h).....	2.208.575	4.165.939	3.383.483	2.994.084	5.497.709	4.412.413
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....	5.582.094	11.583.356	9.559.776	8.946.613	18.032.173	15.982.117
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS.....	(1.663.063)	(3.073.051)	(3.903.279)	(4.842.824)	(8.690.852)	(9.606.174)
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 24).....	3.538.465	6.896.111	6.011.879	5.637.766	10.805.490	8.897.882
Prêmios Retidos de Seguros, Planos de Previdência e Capitalização (Notas 3l e 21d).....	-	-	-	8.983.453	16.432.092	15.179.418
Prêmios Emitidos Líquidos.....	-	-	-	11.623.113	21.478.969	19.021.852
Prêmios de Resseguros e Prêmios Resgatados.....	-	-	-	(2.639.660)	(5.046.877)	(3.842.434)
Variação de Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização (Nota 3l).....	-	-	-	(3.286.615)	(5.047.097)	(3.901.893)
Sinistros Retidos (Nota 3l).....	-	-	-	(3.083.039)	(6.014.455)	(6.126.664)
Sorteios e Resgates de Títulos de Capitalização (Nota 3l).....	-	-	-	(724.209)	(1.377.758)	(1.221.626)
Despesas de Comercialização de Planos de Seguros, Previdência e Capitalização (Nota 3l).....	-	-	-	(562.006)	(1.083.800)	(1.022.737)
Despesas com Benefícios e Resgates de Planos de Previdência (Nota 3l).....	-	-	-	(972.836)	(2.197.470)	(2.268.123)
Despesas de Pessoal (Nota 25).....	(2.776.801)	(5.279.805)	(5.025.089)	(3.460.313)	(6.569.547)	(5.932.406)
Provisão Complementar para Processos Trabalhistas (Nota 18b).....	(208.383)	(208.383)	(308.875)	(232.398)	(232.398)	(308.875)
Outras Despesas Administrativas (Nota 26).....	(2.971.407)	(5.554.155)	(4.750.162)	(3.727.868)	(6.911.514)	(5.870.030)
Despesas Tributárias (Nota 27).....	(708.765)	(1.421.938)	(1.230.332)	(1.267.794)	(2.498.721)	(2.192.130)
Resultado de Participações em Coligadas (Nota 13c).....	2.720.474	4.791.105	2.832.693	26.174	42.268	72.324
Outras Receitas Operacionais (Nota 28).....	105.084	272.082	480.067	850.555	1.486.767	1.420.217
Outras Despesas Operacionais (Nota 29).....	(1.272.650)	(2.312.384)	(1.797.741)	(2.252.625)	(4.572.166)	(4.222.808)
Amortização Integral de Ágios (Nota 15a).....	(89.080)	(255.684)	(115.719)	(771.069)	(952.543)	(2.108.723)
RESULTADO OPERACIONAL.....	3.919.031	8.510.305	5.656.497	4.103.789	9.341.321	6.375.943
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 30).....	52.503	29.561	(210.573)	602.230	1.202.854	(8.964)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES.....	3.971.534	8.539.866	5.445.924	4.706.019	10.544.175	6.366.979
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 34a e 34b).....	31.568	(530.142)	(391.884)	(696.221)	(2.523.238)	(1.303.932)
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA NAS CONTROLADAS.....	-	-	-	(6.696)	(11.213)	(9.007)

LUCRO LÍQUIDO.....	4.003.102	8.009.724	5.054.040	4.003.102	8.009.724	5.054.040
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO E DIVIDENDOS (Nota 23c).....	(1.425.818)	(2.822.796)	(2.159.571)			
Número de ações em circulação (Notas 23a e 23b)	2.018.673.956	2.018.673.956	1.000.882.924			
Lucro por ação em R\$.....	1,98	3,97	5,05			



BANCO BRADESCO S.A.
C.N.P.J. 60.746.948/0001-12

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO ATUALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL		RESERVAS DE LUCROS		AJUSTE AO VALOR DE MERCADO TVM E DERIVATIVOS		AÇÕES EM TESOURARIA	LUCROS ACUMULADOS	TOTAIS
	CAPITAL SOCIAL	INCENTIVOS FISCAIS DO IMPOSTO DE RENDA	OUTRAS	LEGAL	ESTATUTÁRIA	PRÓPRIAS	CONTROLADAS			
SALDOS EM 30.6.2007.....	18.000.000	2.103	53.356	1.487.923	6.108.827	(10.110)	1.947.699	(75.274)	-	27.514.524
AUMENTO DE CAPITAL POR INCORPORAÇÃO DE AÇÕES.....	789.559	-	-	-	-	-	-	-	-	789.559
AUMENTO DE CAPITAL COM RESERVAS.....	210.441	-	-	(210.441)	-	-	-	-	-	-
ATUALIZAÇÃO DE TÍTULOS PATRIMONIAIS.....	-	-	165	-	-	-	-	-	-	165
AQUISIÇÃO DE AÇÕES EM TESOURARIA.....	-	-	-	-	-	-	-	(56.575)	-	(56.575)
AJUSTE AO VALOR DE MERCADO - TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA.....	-	-	-	-	-	(37.314)	(430.299)	-	-	(467.613)
LUCRO LÍQUIDO.....	-	-	-	-	-	-	-	-	4.003.102	4.003.102
DESTINAÇÕES: - Reservas.....	-	-	-	200.155	2.377.129	-	-	-	(2.577.284)	-
- Juros sobre o Capital Próprio.....	-	-	-	-	-	-	-	-	(510.618)	(510.618)
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	-	-	-	-	-	(915.200)	(915.200)
SALDOS EM 31.12.2007.....	19.000.000	2.103	53.521	1.477.637	8.485.956	(47.424)	1.517.400	(131.849)	-	30.357.344
SALDOS EM 31.12.2005.....	13.000.000	2.103	33.929	1.034.890	4.860.324	(71.097)	579.056	(29.931)	-	19.409.274
AUMENTO DE CAPITAL POR SUBSCRIÇÃO.....	1.200.000	-	-	-	-	-	-	-	-	1.200.000
ATUALIZAÇÃO DE TÍTULOS PATRIMONIAIS.....	-	-	678	-	-	-	-	-	-	678
AQUISIÇÃO DE AÇÕES EM TESOURARIA.....	-	-	-	-	-	-	-	(23.056)	-	(23.056)
ANULAÇÃO NA SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES.....	-	-	18.295	-	-	-	-	-	-	18.295
CANCELAMENTO DE AÇÕES EM TESOURARIA.....	-	-	-	-	(2.577)	-	-	2.577	-	-
AJUSTE AO VALOR DE MERCADO - TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA.....	-	-	-	-	-	83.859	1.052.843	-	-	1.136.702
LUCRO LÍQUIDO.....	-	-	-	-	-	-	-	-	5.054.040	5.054.040
DESTINAÇÕES: - Reservas.....	-	-	-	252.702	2.641.767	-	-	-	(2.894.469)	-
- Juros sobre o Capital Próprio.....	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.534.571)	(1.534.571)
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	-	-	-	-	-	(625.000)	(625.000)
SALDOS EM 31.12.2006.....	14.200.000	2.103	52.902	1.287.592	7.499.514	12.762	1.631.899	(50.410)	-	24.636.362
SALDOS EM 31.12.2006.....	14.200.000	2.103	52.902	1.287.592	7.499.514	12.762	1.631.899	(50.410)	-	24.636.362
AUMENTO DE CAPITAL POR INCORPORAÇÃO DE AÇÕES.....	789.559	-	-	-	-	-	-	-	-	789.559
AUMENTO DE CAPITAL COM RESERVAS.....	4.010.441	-	-	(210.441)	(3.800.000)	-	-	-	-	-
ATUALIZAÇÃO DE TÍTULOS PATRIMONIAIS.....	-	-	619	-	-	-	-	-	-	619
AQUISIÇÃO DE AÇÕES EM TESOURARIA.....	-	-	-	-	-	-	-	(81.439)	-	(81.439)
AJUSTE AO VALOR DE MERCADO - TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA.....	-	-	-	-	-	(60.186)	(114.499)	-	-	(174.685)
LUCRO LÍQUIDO.....	-	-	-	-	-	-	-	-	8.009.724	8.009.724
DESTINAÇÕES: - Reservas.....	-	-	-	400.486	4.786.442	-	-	-	(5.186.928)	-
- Juros sobre o Capital Próprio.....	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.585.618)	(1.585.618)
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.237.178)	(1.237.178)
SALDOS EM 31.12.2007.....	19.000.000	2.103	53.521	1.477.637	8.485.956	(47.424)	1.517.400	(131.849)	-	30.357.344

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS - Em Reais mil

BRADESCO CONSOLIDADO				BRADESCO MÚLTIPLO		
	2º Semestre	2007	2006	2º Semestre	2007	2006
ORIGEM DOS RECURSOS	54.891.799	80.745.604	63.195.967	51.787.576	75.091.108	61.399.102
Lucro Líquido	4.003.102	8.009.724	5.054.040	4.003.102	8.009.724	5.054.040
Ajustes ao Lucro Líquido	1.047.416	1.514.000	2.986.108	(2.997.234)	(5.484.465)	(2.601.728)
Depreciações e Amortizações	272.443	538.761	481.046	212.757	417.022	371.555
Amortização de Ágio	771.069	952.543	2.542.225	89.080	255.684	466.195
Provisão (Reversão) para perdas em aplicações interfinanceiras de liquidez e investimentos	1.197	2.375	9.010	525	460	(31.020)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(26.174)	(42.268)	(72.324)	(2.720.474)	(4.791.105)	(2.832.693)
Outros	28.881	62.589	26.151	(579.122)	(1.366.526)	(575.765)
Variação nos Resultados de Exercícios Futuros	15.844	8.687	128.328	9.441	19.514	86.965
Variação na Participação Minoritária	92.855	97.972	(619)	-	-	-
Ajuste ao Valor de Mercado - Títulos Disponíveis para Venda	(467.613)	(174.685)	1.136.702	(467.613)	(174.685)	1.136.702
Recursos de Acionistas	789.559	789.559	1.218.295	789.559	789.559	1.218.295
Aumento do Capital por Subscrição	-	-	1.200.000	-	-	1.200.000
Aumento do Capital Social por Incorporação de Ações	789.559	789.559	-	789.559	789.559	-
Ágio na Subscrição de Ações	-	-	18.295	-	-	18.295
Recursos de Terceiros Originários de:						
- Aumento dos Subgrupos do Passivo	49.133.275	69.809.064	52.193.617	48.190.360	68.166.974	54.507.993
Depósitos	15.722.828	14.418.233	8.499.571	21.888.219	23.021.171	22.533.645
Captações no Mercado Aberto	19.877.703	25.958.216	23.036.549	19.964.669	26.921.949	23.133.558
Recursos de Emissão de Títulos	-	860.503	-	-	749.733	-
Relações Interfinanceiras	-	10.818	324.798	-	9.271	-
Relações Interdependências	759.534	295.522	-	761.816	295.326	325.613
Obrigações por Empréstimos e Repasses	4.244.532	5.990.502	855.964	4.076.714	5.830.435	721.474
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	432.729	280.531	-	307.066	279.862
Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização	5.626.751	9.397.051	8.266.659	-	-	-
Outras Obrigações	2.901.927	12.445.490	10.929.545	1.498.942	11.032.023	7.513.841
- Alienação (Baixa) de Bens e Investimentos	275.029	679.696	400.212	670.976	999.989	195.783
Bens não de Uso Próprio	116.415	196.465	191.976	51.324	102.779	116.256
Imobilizado de Uso e de Arrendamento	90.851	261.646	78.123	165.713	262.544	19.997
Investimentos	65.766	218.104	76.280	453.890	634.472	52.277
Alienação (Baixa) do Diferido	1.997	3.481	53.833	49	194	7.253
- Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Recebidos e/ou Provisionados de Coligadas e Controladas	2.332	11.587	79.284	1.588.985	2.764.498	1.801.052
APLICAÇÃO DOS RECURSOS	54.320.877	80.020.970	61.797.036	51.245.255	74.316.929	60.123.286
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Pagos e/ou Provisionados	1.425.818	2.822.796	2.159.571	1.425.818	2.822.796	2.159.571
Aquisições de Ações de Própria Emissão	56.575	81.439	23.056	56.575	81.439	23.056
Inversões em:	1.343.033	2.093.755	999.015	1.265.697	2.592.168	5.285.623
Bens não de Uso Próprio	141.341	234.168	189.189	47.444	105.740	111.836
Imobilizado de Uso e de Arrendamento	378.807	819.705	628.017	229.688	520.707	392.555
Investimentos	822.885	1.039.882	181.809	988.565	1.965.721	4.781.

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras

Fluxo de Caixa em 31 de Dezembro - Em Reais mil

		BRADESCO CONSOLIDADO		BRADESCO MÚLTIPLO	
		2007	2006	2007	2006
Atividades Operacionais:					
Lucro Líquido.....		8.009.724	5.054.040	8.009.724	5.054.040
Ajustes para Reconciliar o Lucro Líquido ao Caixa Líquido Proveniente de (Aplicado em) Atividades Operacionais.....		7.011.709	7.398.521	(1.318.526)	781.755
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....		5.497.709	4.412.413	4.165.939	3.383.483
Provisão para Perdas em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Investimentos.....		2.375	9.010	460	(31.020)
Depreciações e Amortizações.....		538.761	481.046	417.022	371.555
Amortização de Ágio.....		952.543	2.542.225	255.684	466.195
Resultado de Participações em coligadas e controladas.....		(42.268)	(72.324)	(4.791.105)	(2.832.693)
Outros.....		62.589	26.151	(1.366.526)	(575.765)
Lucro Líquido Ajustado.....		15.021.433	12.452.561	6.691.198	5.835.795
Variação de Ativos e Obrigações.....		(56.819.552)	(42.407.588)	(60.312.403)	(48.931.153)
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....		(11.642.096)	(983.708)	(24.054.669)	(4.103.241)
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.....		(16.768.981)	(32.100.196)	(8.837.741)	(32.232.043)
Redução (Aumento) em Relações Interfinanceiras.....		(27.009)	(116.180)	(24.939)	(315.352)
Redução (Aumento) em Relações Interdependências.....		52.498	311.291	50.445	314.892
Redução (Aumento) em Operações de Crédito.....		(29.600.878)	(12.972.530)	(23.088.218)	(9.992.070)
Redução (Aumento) em Operações de Arrendamento Mercantil.....		(4.296.365)	(1.393.039)	-	-
Redução (Aumento) em Prêmios de Seguros a Receber.....		(19.314)	(184.296)	-	-
Redução (Aumento) em Outros Créditos.....		(6.511.007)	(6.958.587)	(7.219.369)	(3.561.767)
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens.....		(1.392.603)	(414.833)	(732.351)	(236.658)
Baixa da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....		(4.389.332)	(2.826.589)	(3.378.184)	(2.304.786)
Aumento (Redução) em Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização.....		9.397.051	8.266.659	-	-
Aumento (Redução) em Outras Obrigações.....		8.544.482	5.699.390	7.127.794	2.276.205
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros.....		8.687	128.328	19.514	86.965
Ajuste ao Valor de Mercado - Títulos Disponíveis para Venda.....		(174.685)	1.136.702	(174.685)	1.136.702
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais.....		(41.798.119)	(29.955.027)	(53.621.205)	(43.095.358)
Atividades de Investimentos:					
Redução (Aumento) em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil.....		(4.873.881)	(2.219.840)	(4.875.913)	(2.214.088)
Alienação de Bens Não de Uso Próprio.....		196.465	191.976	102.779	116.256
Alienação de Investimentos.....		218.104	76.280	634.472	52.277
Alienação de Imobilizado de Uso e de Arrendamento.....		261.646	78.123	262.544	19.997
Redução do Diferido.....		3.481	53.833	194	7.253
Aquisição de Bens Não de Uso Próprio.....		(234.168)	(189.189)	(105.740)	(111.836)
Aquisição de Investimentos.....		(1.039.882)	(181.809)	(1.965.721)	(4.781.232)
Aquisição de Imobilizado de Uso e de Arrendamento.....		(819.705)	(628.017)	(520.707)	(392.555)
Aplicação no Diferido.....		(312.651)	(1.996.361)	(213.864)	(238.471)
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Recebidos e/ou Provisionados de Coligadas e Controladas.....		11.587	79.284	2.764.498	1.801.052
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Investimentos.....		(6.589.004)	(4.735.720)	(3.917.458)	(5.741.347)
Atividades de Financiamentos:					
Aumento (Redução) em Depósitos.....		14.418.233	8.499.571	23.021.171	22.533.645
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto.....		25.958.216	23.036.549	26.921.949	23.133.558
Aumento (Redução) em Recursos de Emissão de Títulos.....		860.503	(567.607)	749.733	(549.460)
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses.....		5.990.502	855.964	5.830.435	721.474
Dívida Subordinada.....		3.901.007	5.230.152	3.904.230	5.237.636
Aumento de Capital por Subscrição.....		-	1.200.000	-	1.200.000
Aumento de Capital por Incorporação de Ações.....		789.559	-	789.559	-
Ágio na Subscrição de Ações.....		-	18.295	-	18.295
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Pagos e/ou Provisionados.....		(2.822.796)	(2.159.571)	(2.822.796)	(2.159.571)
Aquisições de Ações de Própria Emissão.....		(81.439)	(23.056)	(81.439)	(23.056)
Variação na Participação Minoritária.....		97.972	(619)	-	-
Caixa Líquido Proveniente de Atividades de Financiamentos.....		49.111.757	36.089.678	58.312.842	50.112.521
Aumento das Disponibilidades.....		724.634	1.398.931	774.179	1.275.816
Modificações na Posição Financeira					
Início do período.....		4.761.972	3.363.041	4.567.190	3.291.374
Fim do período.....		5.486.606	4.761.972	5.341.369	4.567.190
Aumento das disponibilidades.....		724.634	1.398.931	774.179	1.275.816

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

Banco Bradesco S.A.
Demonstração do Valor Adicionado dos Períodos de 1º de janeiro a 31 de dezembro - Em Reais mil

Composição do Valor Adicionado	BRADESCO CONSOLIDADO				BRADESCO MÚLTIPLO			
	2007		2006		2007		2006	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Resultado Bruto da Intermediação Financeira.....	18.032.173	90,9	15.982.117	108,1	11.583.356	75,0	9.559.776	79,6
Receitas de Prestação de Serviços.....	10.805.490	54,5	8.897.882	60,2	6.896.111	44,6	6.011.879	50,1
Outras Receitas/Despesas Operacionais.....	(9.004.035)	(45,4)	(10.088.616)	(68,3)	(3.029.475)	(19,6)	(3.561.435)	(29,7)
Total	19.833.628	100,0	14.791.383	100,0	15.449.992	100,0	12.010.220	100,0
Distribuição do Valor Adicionado								
Remuneração do Trabalho.....	5.973.382	30,1	5.505.287	37,2	4.822.801	31,2	4.738.263	39,4
Proventos.....	3.133.480	15,7	2.857.037	19,3	2.488.218	16,1	2.302.031	19,2
Benefícios.....	1.365.630	6,9	1.260.690	8,5	1.136.279	7,3	1.050.373	8,7
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.....	318.823	1,6	296.140	2,0	258.956	1,7	240.787	2,0
Outros Encargos.....	1.155.449	5,9	1.091.420	7,4	939.348	6,1	1.145.072	9,5
Contribuição ao Governo.....	5.850.522	29,5	4.232.056	28,6	2.617.467	16,9	2.217.917	18,5
Despesas Tributárias	2.498.721	12,6	2.192.130	14,8	1.421.938	9,2	1.230.332	10,2
Imposto de Renda e Contribuição Social.....	2.523.238	12,7	1.303.932	8,8	530.142	3,4	391.884	3,3
INSS.....	828.563	4,2	735.994	5,0	665.387	4,3	595.701	5,0
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Pagos e/ou Provisionados.....	2.822.796	14,2	2.159.571	14,6	2.822.796	18,3	2.159.571	18,0
Reinvestimento de Lucro.....	5.186.928	26,2	2.894.469	19,6	5.186.928	33,6	2.894.469	24,1
Total.....	19.833.628	100,0	14.791.383	100,0	15.449.992	100,0	12.010.220	100,0

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Atividades exercidas no exercício de 2007

O Comitê participou de 124 reuniões com áreas de negócio, de controle, gestão de riscos e com os auditores internos e externos, conferindo, por meio de diferentes fontes, as informações sobre os pontos considerados relevantes ou críticos.

O Programa de Trabalho do Comitê de Auditoria, para o exercício de 2007, focou os riscos, processos e principais produtos considerados mais relevantes para os negócios da Organização Bradesco, destacando-se os seguintes aspectos:

a) Riscos

Crédito:

Avaliação da qualidade do portfólio de financiamento às pessoas físicas, respectivas provisões para perdas e modelagens, com especial atenção ao financiamento de veículos, prazos, garantias e precificação.

Mercado:

Estratégias definidas pelos Comitês, riscos inerentes, com a análise dos cenários possíveis e acompanhamento das volatilidades de mercado.

Operacional:

Acompanhamento da implementação de medidas inibidoras de fraudes em canais, o adequado provisionamento das contingências cíveis e trabalhistas, bem como a estruturação dos PCNs (Planos de Continuidade dos Negócios).

Atuarial:

Avaliação do processo para cálculo dos valores das reservas e provisões do Grupo Segurador, com ênfase nos produtos de Vida, Previdência e Saúde, inclusive quanto aos modelos e premissas adotados.

Compliance:

Análise dos processos internos relacionados ao direito do consumidor e às estruturas definidas para suporte e mitigação dos riscos inerentes.

b) Projetos

Basileia II:

Acompanhamento dos projetos vinculados ao novo acordo de capital, respectivos pontos críticos e dificuldades de implementação.

T.I. Melhorias:

Avaliação da execução dos cronogramas dos diversos projetos que visam ao aperfeiçoamento da estrutura, funcionamento e governança dos processos de tecnologia na Organização.

O Comitê de Auditoria visitou as dependências da Organização no Exterior: Grand Cayman Islands e Luxemburgo, com o intuito de informar-se sobre as estruturas locais da função de “compliance” e a de gestão de riscos, principalmente com relação aos planos de continuidade dos negócios e prevenção à “lavagem” de dinheiro.

No plano de educação continuada para os membros do Comitê de Auditoria, foram despendidas 110 horas em eventos no Brasil e no Exterior, envolvendo temas de gestão de riscos, melhores práticas para comitês de auditoria e convergência contábil.

Em aderência às melhores práticas internacionais, o Comitê de Auditoria discutiu o resultado de sua auto-avaliação com o Conselho de Administração.

Sistema de Controles Internos

Com base no programa de trabalho e agenda definidos para o exercício de 2007, o Comitê de Auditoria teve a oportunidade de se informar e avaliar a qualidade dos diversos processos dentro da Organização e o comprometimento dos dirigentes com o seu aperfeiçoamento contínuo. São exemplos disso os projetos vinculados à tecnologia e à controladoria que, quando implementados, trarão importantes melhorias aos processos de negócios.

Adicionalmente a essas iniciativas a avaliação periódica do sistema de controles internos, requerida pela Seção nº 404 da Lei Americana Sarbanes-Oxley, tem contribuído com a melhoria do ambiente de controles internos pela documentação produzida e pelo envolvimento dos profissionais das diversas áreas da Organização Bradesco.

Na execução de seu programa de trabalho e em reuniões com as diversas áreas da Organização Bradesco, o Comitê de Auditoria teve a oportunidade de oferecer aos gestores sugestões de melhoria nos processos, bem como vem acompanhando as correções de “gaps” identificados no decorrer dos trabalhos das auditorias.

Com base nas informações e observações colhidas, o Comitê de Auditoria julga que o sistema de controles internos da Organização Bradesco é adequado ao porte e complexidade de seus negócios e foi estruturado de modo a garantir a eficiência das suas operações, dos sistemas que geram os relatórios financeiros, bem como a observância às normas internas e externas a que sujeitam as transações.

Auditoria Externa

O planejamento dos trabalhos de auditoria externa para o exercício de 2007 foi discutido com a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (Price) e, no decorrer do ano, as equipes de auditoria encarregadas dos serviços apresentaram os resultados e principais conclusões ao Comitê de Auditoria.

O Comitê solicitou aos auditores externos aprofundamento de seus exames nos controles relativos aos riscos de crédito, mercado e atuarial, principalmente no que se refere aos modelos matemáticos/estatísticos e respectivas premissas adotadas pela Organização Bradesco, de forma a se assegurar de sua efetividade.

Os resultados dos trabalhos de auditoria externa – KPMG Auditores Independentes junto aos fundos administrados pela BRAM – Bradesco Asset Management S.A. D.T.V.M. foram reportados e discutidos com o Comitê.

Os pontos relevantes apontados no relatório sobre o estudo e a avaliação dos sistemas contábil e de controles internos, elaborado em conexão com o exame das demonstrações financeiras e respectivas recomendações para aprimoramento desses sistemas, foram discutidos com o Comitê que solicitou acompanhamento das implementações das melhorias junto às áreas responsáveis.

Com base no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados, o Comitê julgou que os trabalhos desenvolvidos pelas equipes foram adequados aos negócios da Organização.

Auditoria Interna

O Comitê de Auditoria solicitou à Auditoria Interna que considerasse no seu planejamento, para o ano de 2007, diversos trabalhos em linha com os temas abrangidos na agenda do Comitê para o ano. Os principais focos foram aqueles descritos nesse relatório no item “Atividades exercidas no ano de 2007”.

No decorrer do ano de 2007, as equipes encarregadas da execução dos trabalhos planejados reportaram e discutiram com o Comitê de Auditoria as principais conclusões na visão de processo e riscos inerentes.

O Comitê tem incentivado os responsáveis pela Auditoria Interna a capacitar suas equipes na avaliação dos modelos matemáticos e estatísticos adotados na gestão dos riscos de crédito e atuarial, bem como a interação daqueles profissionais com os projetos de implementação dos requerimentos do novo acordo de capital – Basileia II.

Com o aperfeiçoamento dos processos de planejamento estratégico na Organização Bradesco, o Comitê tem reforçado à Auditoria Interna a necessidade de capacitação de pessoas para trabalhos de avaliação de gestão de negócios em linha com os planos e metas estabelecidos pela alta Administração e o retorno do capital econômico alocado a risco.

Com base nas discussões sobre o planejamento dos trabalhos e na apresentação dos resultados decorrentes com foco nos riscos e processos, o Comitê de Auditoria julga que a Auditoria Interna tem respondido adequadamente às suas demandas para que seus membros possam formar opinião sobre os assuntos discutidos.

Demonstrações Financeiras Consolidadas

No ano de 2007, o Comitê se reuniu com as áreas de Contadoria Geral, Orçamento e Controle e Inspeção Geral para avaliação das demonstrações financeiras mensais, trimestrais, semestrais e anual. Nessas reuniões, foram analisados e avaliados os aspectos de preparação dos balancetes e balanços, individuais e consolidados, as notas explicativas e os relatórios financeiros publicados em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Foram também consideradas as práticas contábeis adotadas pelo Bradesco na elaboração das demonstrações financeiras e a observância aos princípios fundamentais de contabilidade, bem como o cumprimento da legislação aplicável.

Antes das divulgações das Informações Financeiras Trimestrais (IFTs) e dos balanços semestrais e anual, o Comitê se reuniu reservadamente com a Price, para avaliar os aspectos de independência e do ambiente de controle na geração dos números a serem divulgados.

Com base nas revisões e discussões acima mencionadas, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras auditadas, relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2007.

Responsabilidades

O Comitê de Auditoria, instituído na Assembléia Geral Extraordinária dos acionistas do Banco Bradesco S.A. (Bradesco) de 17.12.2003, é composto por quatro membros, ~~foram~~ nomeados na Reunião Extraordinária^a do Conselho de Administração do Bradesco realizada em 12.3.2007, com mandato até a 1ª Reunião do Conselho de Administração que se realizar após a Assembléia Geral Ordinária de 2008, estando seu Regimento disponível no site www.bradesco.com.br, página de Governança Corporativa.

O Conselho de Administração do Bradesco optou por um Comitê de Auditoria único para todas as empresas integrantes do Conglomerado Financeiro, inclusive para as do Grupo Bradesco de Seguros e Previdência (Grupo Segurador), de acordo com a Resolução CNSP nº 118/2004, do Conselho Nacional de Seguros Privados, que estabeleceu as condições de funcionamento do Comitê de Auditoria para as Sociedades Seguradoras, de Capitalização e entidades abertas de Previdência Complementar.

Dentre as atribuições do Comitê de Auditoria estão também aquelas requeridas pela Lei Americana Sarbanes-Oxley para as Companhias registradas na U.S. Securities and Exchange Commission e cotadas na Bolsa de Nova York.

O Comitê tem como Coordenador um membro do Conselho de Administração do Bradesco, sendo que os demais integrantes, inclusive o profissional especialista, não participam de outros órgãos da Organização.

Compete ao Comitê zelar pela integridade e qualidade das demonstrações financeiras do Conglomerado Financeiro Bradesco, inclusive do Grupo Segurador, pela observância às normas internas e externas, pela efetividade e independência da atividade de auditoria e pela qualidade e eficiência dos sistemas de controles internos.

É de responsabilidade da Administração a elaboração das demonstrações financeiras das empresas que compõem a Organização Bradesco, sendo fundamental assegurar a qualidade dos processos relacionados às informações financeiras, bem como às atividades de controle e de gestão de riscos.

À PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (Price), auditor externo das demonstrações financeiras, cabe assegurar que estas representem adequadamente a posição patrimonial e financeira do conglomerado, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade, com a legislação societária brasileira e com as normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil, do Conselho Nacional de Seguros Privados CNSP, da Superintendência de Seguros Privados – Susep e da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 25 de janeiro de 2008.

MÁRIO DA SILVEIRA TEIXEIRA JÚNIOR

HÉLIO MACHADO DOS REIS

PAULO ROBERTO SIMÕES DA CUNHA

YVES LOUIS JACQUES LEJEUNE

Parecer dos auditores independentes

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas
Banco Bradesco S.A.

1. Examinamos os balanços patrimoniais do Banco Bradesco S.A. e os balanços patrimoniais consolidados do Banco Bradesco S.A. e empresas controladas em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 e do segundo semestre de 2007, bem como as demonstrações consolidadas do resultado e das origens e aplicações de recursos consolidadas dos exercícios findos nessas datas, elaborados sob a responsabilidade da administração do Banco. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Banco e empresas controladas, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração do Banco e empresas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bradesco S.A. e do Banco Bradesco S.A. e empresas controladas em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 e do segundo semestre de 2007, bem como o resultado consolidado das operações e as origens e aplicações de recursos consolidadas dos exercícios findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitir parecer sobre as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto. As demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, que estão sendo apresentadas para propiciar informações suplementares sobre o Banco Bradesco S.A. e Banco Bradesco S.A. e empresas controladas, não eram requeridas até 31 de dezembro de 2007 como parte integrante das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no segundo parágrafo c, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
5. Conforme mencionado na Nota 15, no decorrer dos exercícios de 2007 e de 2006 foram amortizados os ágios sobre os investimentos em coligadas e controladas.

São Paulo, 25 de janeiro de 2008

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador
CRC 1SP172940/O-6

Parecer do Conselho Fiscal

Banco Bradesco S.A.

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal do Banco Bradesco S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, e o estudo técnico de viabilidade de geração de lucros tributáveis, trazidos a valor presente, que tem por objetivo a realização de Ativo Fiscal Diferido de acordo com a Instrução CVM nº 371, de 27.6.2002, Resolução nº 3.059, de 20.12.2002, do Conselho Monetário Nacional, e Circular nº 3.171, de 30.12.2002, do Banco Central do Brasil, e à vista do parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, apresentado sem ressalvas, são de opinião que as citadas peças, examinadas à luz da legislação societária vigente, refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Sociedade, opinando por sua aprovação pela Assembléia Geral Ordinária dos Acionistas.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 25 de janeiro de 2008

José Roberto A. Nunciaroni

Domingos Aparecido Maia

Ricardo Abecassis E. Santo Silva

7.2. ANEXO – II – LEI 4.595

LEI N.º 4.595, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1964

Publicada no DOU de 31 de dezembro de 1964

Dispõe sobre a Política e as Instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Art. 1º. O Sistema Financeiro Nacional, estruturado e regulado pela presente Lei, será constituído:

- I - do Conselho Monetário Nacional;
- II - do Banco Central do Brasil;
- III - do Banco do Brasil S/A;
- IV - do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social;
- V - das demais instituições financeiras públicas e privadas.

CAPÍTULO II

DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL

Art. 2º. Fica extinto o Conselho da atual Superintendência da Moeda e do Crédito, e criado, em substituição, o Conselho Monetário Nacional, com a finalidade de formular a política da moeda e do crédito, como previsto nesta Lei, objetivando o progresso econômico e social do País.

Art. 3º. A política do Conselho Monetário Nacional objetivará:

I - adaptar o volume dos meios de pagamentos às reais necessidades da economia nacional e seu processo de desenvolvimento;

II - regular o valor interno da moeda, para tanto prevenindo ou corrigindo os surtos inflacionários ou deflacionários de origem interna ou externa, as depressões econômicas e outros desequilíbrios oriundos de fenômenos conjunturais;

III - regular o valor externo da moeda e o equilíbrio no balanço de pagamento do País, tendo em vista a melhor utilização dos recursos em moeda estrangeira;

IV - orientar a aplicação dos recursos das instituições financeiras, quer públicas, quer privadas; tendo em vista propiciar, nas diferentes regiões do País, condições favoráveis ao desenvolvimento harmônico da economia nacional;

V - propiciar o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos financeiros, com vistas à maior eficiência do sistema de pagamentos e de mobilização de recursos;

VI - zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras;

VII - coordenar as políticas monetária, creditícia, orçamentária, fiscal e da dívida pública, interna e externa.

Art. 4º. Compete ao Conselho Monetário Nacional, segundo diretrizes estabelecidas pelo Presidente da República:

* Caput com redação determinada pela Lei n.º 6.045/74.

I - Autorizar as emissões de papel-moeda (**VETADO**) as quais ficarão na prévia dependência de autorização legislativa, quando se destinarem ao financiamento direto, pelo Banco Central do Brasil, das operações de crédito com o Tesouro Nacional, nos termos do art. 49 desta Lei:

O Conselho Monetário Nacional pode, ainda, autorizar o Banco Central do Brasil a emitir, anualmente, até o limite de 10% (dez por cento) dos meios de pagamento existentes a 31 de dezembro do ano anterior, para atender às exigências das atividades produtivas e da circulação da riqueza do País, devendo, porém, solicitar autorização do Poder Legislativo, mediante mensagem do Presidente da República, para as emissões que, justificadamente, se tornarem necessárias além daquele limite.

Quando necessidades urgentes e imprevistas para o financiamento dessas atividades o determinarem, pode o Conselho Monetário Nacional autorizar as emissões que se fizerem indispensáveis, solicitando imediatamente, através de mensagem do Presidente da República, homologação do Poder Legislativo para as emissões assim realizadas.

II - Estabelecer condições para que o Banco Central do Brasil emita papel-moeda (**VETADO**) de curso forçado, nos termos e limites decorrentes desta Lei, bem como as normas reguladoras do meio circulante.

III - Aprovar os orçamentos monetários, preparados pelo Banco Central do Brasil, por meio dos quais se estimarão as necessidades globais de moeda e crédito.

IV - Determinar as características gerais (**VETADO**) das cédulas e das moedas.

V - Fixar as diretrizes e normas da política cambial, inclusive quanto à compra e venda de ouro e quaisquer operações em Direitos Especiais de Saque e em moeda estrangeira.

* Inciso V com redação determinada pelo Decreto-lei n.º 581/69.

VI - Disciplinar o crédito em todas as suas modalidades e as operações creditícias em todas as suas formas, inclusive aceites, avais e prestações de quaisquer garantias por parte das instituições financeiras.

VII - Coordenar a política de que trata o art. 3º desta Lei com a de investimentos do Governo Federal.

VIII - Regular a constituição, funcionamento e fiscalização dos que exercerem atividades subordinadas a esta Lei, bem como a aplicação das penalidades previstas.

IX - Limitar, sempre que necessário, as taxas de juros, descontos, comissões e qualquer outra forma de remuneração de operações e serviços bancários ou financeiros, inclusivas os prestados pelo Banco Central do Brasil, assegurando taxas favorecidas aos financiamentos que se destinem a promover:

- recuperação e fertilização do solo;

- reflorestamento;
- combate a epizootias e pragas, nas atividades rurais;
- eletrificação rural;
- mecanização;
- irrigação;
- investimentos indispensáveis às atividades agropecuárias.

X - Determinar a percentagem máxima dos recursos que as instituições financeiras poderão emprestar a um mesmo cliente ou grupo de empresas.

XI - Estipular índices e outras condições técnicas sobre encaixes, mobilizações e outras relações patrimoniais, a serem observadas pelas instituições financeiras.

XII - Expedir normas gerais de contabilidade e estatísticas a serem observadas pelas instituições financeiras.

XIII - Delimitar, com periodicidade não inferior a 2 (dois) anos, o capital mínimo das instituições financeiras privadas, levando em conta sua natureza, bem como a localização de suas sedes e agências ou filiais.

XIV - Determinar recolhimento de até 60% (sessenta por cento) do total dos depósitos e/ou outros títulos contábeis das instituições financeiras, seja na forma de subscrição de letras ou obrigações do Tesouro Nacional ou compra de títulos da Dívida Pública Federal, seja através de recolhimento em espécie, em ambos os casos entregues ao Banco Central do Brasil, na forma e condições que o Conselho Monetário Nacional determinar, podendo este:

- a) adotar percentagens diferentes em função:
- das regiões geo-econômicas;

- das prioridades que atribuir às aplicações;
- da natureza das instituições financeiras;

b) determinar percentuais que não serão recolhidos, desde que tenham sido e reaplicados em financiamentos à agricultura, sob juros favorecidos e outras condições fixadas pelo Conselho Monetário Nacional.

* Inciso XIV com redação determinada pelo Decreto-lei n.º 1.959/82.

XV - Estabelecer para as instituições financeiras públicas a dedução dos depósitos de pessoas jurídicas de direito público que lhes detenham o controle acionário, bem como dos das respectivas autarquias e sociedades de economia mista, no cálculo a que se refere o inciso anterior.

XVI - Enviar obrigatoriamente ao Congresso Nacional, até o último dia do mês subsequente, relatório e mapa demonstrativos da aplicação dos recolhimentos compulsórios (**VETADO**).

XVII - Regulamentar, fixando limites, prazos e outras condições, as operações de redescontos e de empréstimo, efetuadas com quaisquer instituições financeiras públicas e privadas de natureza bancária.

XVIII - Outorgar ao Banco Central do Brasil o monopólio das operações de câmbio quando ocorrer grave desequilíbrio no balanço de pagamentos ou houver sérias razões para prever a iminência de tal situação.

XIX - Estabelecer normas a serem observadas pelo Banco Central do Brasil em suas transações com títulos públicos e de entidades de que participe o Estado.

- XX - Autorizar o Banco Central do Brasil e as instituições financeiras públicas federais a efetuar a subscrição, compra e venda de ações e outros papéis emitidos ou de responsabilidade das sociedades de economia mista e empresas do Estado.
- XXI - Disciplinar as atividades das bolsas de valores e dos corretores de fundos públicos.
- XXII - Estatuir normas para as operações das instituições financeiras públicas, para preservar sua solidez e adequar seu funcionamento aos objetivos desta Lei.
- XXIII - Fixar, até 15 (quinze), a soma do capital realizado e reservas livres, o limite além do qual os excedentes dos depósitos das instituições financeiras serão recolhidos ao Banco Central do Brasil ou aplicados de acordo com as normas que o Conselho estabelecer.
- XXIV - Decidir de sua própria organização, elaborando seu regimento interno e prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- XXV - Decidir da estrutura técnica e administrativa do Banco Central do Brasil e fixar seu quadro de pessoal, bem como estabelecer os vencimentos e vantagens de seus funcionários, servidores e diretores, cabendo ao presidente deste apresentar as respectivas propostas.
- XXVI - Conhecer dos recursos de decisões do Banco Central do Brasil.
- XXVII - Aprovado o regimento interno e as contas do Banco Central do Brasil e decidir sobre seu orçamento e sobre seus sistemas de contabilidade, bem como sobre a forma e prazo de transferência de seus resultados para o Tesouro Nacional, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União.

* Inciso XXVII com redação determinada pelo Decreto-lei n.º 2.376/87.

XXVIII - Aplicar aos bancos estrangeiros que funcionem no País as mesmas vedações ou restrições equivalentes, que vigorem, nas praças de suas matrizes, em relação a bancos brasileiros ali instalados ou que nela desejem estabelecer-se.

XXIX - Colaborar com o Senado Federal, na instrução dos processos de empréstimos externos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para cumprimento do disposto no art. 63, II, da Constituição Federal.

XXX - Expedir normas e regulamentação para as designações e demais efeitos do art. 7º desta Lei.

XXXI - Baixar normas que regulem as operações de câmbio, inclusive swaps, fixando limites, taxas, prazos e outras condições.

XXXII - Regular os depósitos a prazo de instituições financeiras e demais sociedades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, inclusive entre aquelas sujeitas ao mesmo controle acionário ou coligadas.

* Inciso XXXII com redação determinada pelo Decreto-lei n.º 2.290/86.

§ 1º. O Conselho Monetário Nacional, no exercício das atribuições previstas no inciso VIII deste artigo, poderá determinar que o Banco Central do Brasil recuse a autorização para o funcionamento de novas instituições financeiras, em função de conveniências de ordem geral.

§ 2º. Competirá ao Banco Central do Brasil acompanhar a execução dos orçamentos monetários e relatar a matéria ao Conselho Monetário Nacional, apresentando as sugestões que considerar convenientes.

§ 3º. As emissões de moeda metálicas serão feitas sempre contra recolhimento (VETADO) de igual montante em cédulas.

§ 4º. O Conselho Monetário Nacional poderá convidar autoridades, pessoas ou entidades para prestar esclarecimentos considerados necessários.

§ 5º. Nas hipóteses do art. 4º, I, e do § 6º do art. 49 desta Lei, se o Congresso Nacional negar homologação à emissão extraordinária efetuada, as autoridades responsáveis serão responsabilizadas nos termos da Lei n.º 1.079, de 10 de abril de 1950.

§ 6º. O Conselho Monetário Nacional encaminhará ao congresso Nacional, até 31 de março de cada ano, relatório da evolução da situação monetária e creditícia do País no ano anterior, no qual descreverá, minudentemente. as providências adotadas para cumprimento dos objetivos estabelecidos nesta Lei, justificando, destacadamente, os montantes das emissões de papel-moeda que tenham sido feitas para atendimento das atividades produtivas.

§ 7º. O Banco Nacional da Habitação é o principal instrumento de execução da política habitacional do Governo Federal e integra o sistema financeiro nacional, juntamente com as sociedades de crédito imobiliário, sob orientação, autorização, coordenação e fiscalização do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, quanto à execução, nos termos desta Lei, revogadas as disposições especiais em contrário.

Art. 5º. As deliberações do Conselho Monetário Nacional entendem-se de responsabilidade de seu presidente para os efeitos do art. 104, I, b, da Constituição Federal e obrigarão também os órgãos oficiais, inclusive autarquias e sociedades de economia mista, nas atividades que afetem o mercado financeiro e o de capitais.

Art. 6º. O Conselho Monetário Nacional será integrado pelos seguintes membros:

I - Ministro da Fazenda, que será o presidente;

II - presidente do Banco do Brasil S.A.;

III - presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico;

IV - sete membros nomeados pelo Presidente da República, após aprovação do Senado Federal, escolhidos entre brasileiros de ilibada reputação e notória capacidade em assuntos econômico-financeiros, com mandato de 7 (sete) anos, podendo ser reconduzidos.

* Artigo com redação determinada pela Lei n.º 5.362/67.

* Vide art. 8º da Lei n.º 9.069/95, que altera os membros integrantes do Conselho Monetário Nacional e que extingue o mandato dos membros do Conselho Monetário Nacional nomeados até 30/06/1994.

§ 1º. O Conselho Monetário Nacional deliberará por maioria de votos, com a presença, no mínimo, de seis membros, cabendo ao presidente também o voto de qualidade.

§ 2º. Poderão participar das reuniões do Conselho Monetário Nacional (**VETADO**) o Ministro da Indústria e do Comércio e Ministro para Assuntos de Planejamento e Economia, cujos pronunciamentos constarão obrigatoriamente da ata das reuniões.

§ 3º. Em suas faltas ou impedimentos, o Ministro da Fazenda será substituído, na presidência do Conselho Monetário Nacional, pelo Ministro da Indústria e do Comércio, ou, na falta deste, pelo Ministro para Assuntos de Planejamento e Economia.

§ 4º. Exclusivamente motivos relevantes, expostos em representação fundamentada do Conselho Monetário Nacional, poderão determinar a exoneração de seus membros referidos no inciso IV deste artigo.

§ 5º. Vagando-se cargo com mandato o substituto será nomeado com observância no disposto no inciso IV deste artigo, para complementar o tempo do substituído.

§ 6º. Os membros do Conselho Monetário Nacional, a que se refere o inciso IV deste artigo, devem ser escolhidos levando-se em atenção, o quanto possível, as diferentes regiões geo-econômicas do País.

Art. 7º. Junto ao Conselho Monetário Nacional funcionarão as seguintes Comissões Consultivas:

I - bancária, constituída de representantes:

- 1 - do Conselho Nacional de Economia;
- 2 - do Banco Central do Brasil;
- 3 - do Banco do Brasil S.A.;
- 4 - do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico;
- 5 - do Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais;
- 6 - do Banco Nacional de Crédito Cooperativo;
- 7 - do Banco do Nordeste do Brasil S.A.;
- 8 - do Banco de Crédito da Amazônia S.A.;
- 9 - dos Bancos e Caixas Econômicas Estaduais;
- 10 - dos bancos privados;

11 - das sociedades de crédito, financiamento e investimentos;

12 - das bolsas de valores;

13 - do comércio;

14 - da indústria;

15 - da agropecuária;

16 - das cooperativas que operam em crédito.

II - de mercado de capitais, constituída de representantes:

1 - do Ministério da Indústria e do Comércio;

2 - do Conselho Nacional de Economia;

3 - do Banco Central do Brasil;

4 - do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico;

5 - dos bancos privados;

6 - das sociedades de crédito, financiamento e investimentos;

7 - das bolsas de valores;

8 - das companhias de seguros privados e capitalização;

9 - da Caixa de Amortização.

III - de crédito rural, constituída de representantes:

1 - do Ministério da Agricultura;

2 - da Superintendência da Reforma Agrária;

3 - da Superintendência Nacional de Abastecimento;

4 - do Banco Central do Brasil;

- 5 - da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil S.A.;
- 6 - da Carteira de Colonização do Banco do Brasil S.A.;
- 7 - do Banco Nacional de Crédito Cooperativo;
- 8 - do Banco do Nordeste do Brasil S.A.;
- 9 - do Banco de Crédito da Amazônia S.A.;
- 10 - do Instituto Brasileiro do Café;
- 11 - do Instituto do Açúcar e do Alcool;
- 12 - dos bancos privados;
- 13 - da Confederação Rural Brasileira;
- 14 - das instituições financeiras públicas estaduais ou municipais, que operem em crédito rural;
- 15 - das cooperativas de crédito agrícola.

IV - (VETADO).

1 a 15. (VETADO).

V - de crédito industrial, constituído de representantes:

- 1 - do Ministério da Indústria e do Comércio;
- 2 - do Ministério Extraordinário para os Assuntos de Planejamento e Economia;
- 3 - do Banco Central do Brasil;
- 4 - do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico;
- 5 - da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil S.A.;
- 6 - dos bancos privados;

7 - das sociedades de crédito, financiamento e investimentos;

8 - da indústria.

§ 1º. A organização e o funcionamento das Comissões Consultivas serão regulados pelo Conselho Monetário Nacional, inclusive prescrevendo normas que:

a) lhes concedam iniciativa própria junto ao mesmo Conselho;

b) estabeleçam prazos para o obrigatório preenchimento dos cargos nas referidas Comissões;

c) tornem obrigatória a audiência das Comissões Consultivas, pelo Conselho Monetário Nacional, no trato das matérias atinentes às finalidades específicas das referidas Comissões, ressalvados os casos em que se impuser sigilo.

§ 2º. Os representantes a que se refere este artigo serão indicados pelas entidades neles referidas e designados pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 3º. O Conselho Monetário Nacional, pelo voto de dois terços de seus membros, poderá ampliar a competência das Comissões Consultivas, bem como admitir a participação de representantes de entidades não mencionadas neste artigo, desde que tenham funções diretamente relacionadas com suas atribuições.

CAPÍTULO III

DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

Art. 8º. A atual Superintendência da Moeda e do Crédito é transformada em autarquia federal, tendo sede e foro na Capital da República, sob a denominação de

Banco Central do Brasil, com personalidade jurídica e patrimônio próprios, este constituído dos bens, direitos e valores que lhe são transferidos na forma desta Lei, do disposto no art. 9º do Decreto-lei n.º 8.495, de 28 de dezembro de 1945, dispositivo que ora é expressamente revogado.

Parágrafo único. Os resultados obtidos pelo Banco Central do Brasil, consideradas as receitas e despesas de todas as suas operações, serão, a partir de 1º de janeiro de 1988, apurados pelo regime de competência e transferidos para o Tesouro Nacional, após compensados eventuais prejuízos de exercícios anteriores.

* **Parágrafo único com redação determinada pelo Decreto-lei n.º 2.376/87.**

Art. 9º. Compete ao Banco Central do Brasil cumprir e fazer cumprir as disposições que lhe são atribuídas pela legislação em vigor e as normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 10. Compete privativamente ao Banco Central do Brasil:

- I - emitir moeda-papel e moeda metálica, nas condições e limites autorizados pelo Conselho Monetário Nacional (**VETADO**);
- II - executar os serviços do meio circulante;
- III - determinar o recolhimento de até 100% (cem por cento) do total dos depósitos à vista e de até 60% (sessenta por cento) de outros títulos contábeis das instituições financeiras, seja na forma de subscrição de Letras ou Obrigações do Tesouro Nacional ou compra de títulos da Dívida Pública Federal, seja através de

recolhimento em espécie, em ambos os casos entregues ao Banco Central do Brasil, a forma e condições por ele determinadas, podendo:

a) adotar percentagens diferentes em função:

1 – das regiões geo-econômicas;

2 – das prioridades que atribuir às aplicações;

3 – da natureza das instituições financeiras;

b) determinar percentuais que não serão recolhidos, desde que tenham sido reaplicados em financiamentos à agricultura, sob juros favorecidos e outras condições por ele fixadas;

* Inciso III acrescido pela Lei n.º 7.730/89, que reenumerou os demais.

IV - receber os recolhimentos compulsórios de que trata o inciso anterior e, ainda, os depósitos voluntários à vista das instituições financeiras, nos termos do inciso III e § 2º do art. 19;

V - realizar operações de redesconto e empréstimo a instituições financeiras bancárias e as referidas no art. 4º, XIV, b, e no § 4º do art. 49 desta Lei;

VI - exercer o controle do crédito sob todas as suas formas;

VII - efetuar o controle dos capitais estrangeiros, nos termos da lei;

VIII - ser depositário das reservas oficiais de ouro de moedas estrangeiras e de Direitos Especiais de Saque e fazer com estas últimas todas e quaisquer operações previstas no Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional;

* Inciso VIII com redação determinada pelo Decreto-lei n.º 581/69, anterior à Lei n.º 7.730/89 que o reenumerou.

IX - exercer a fiscalização das instituições financeiras e aplicar as penalidades previstas;

X - conceder autorização às instituições financeiras, a fim de que possam:

a) funcionar no País;

b) instalar ou transferir suas sedes, ou dependências, inclusive no Exterior;

c) ser transformadas, fundidas, incorporadas ou encampadas;

d) praticar operações de câmbio, crédito real e venda habitual de títulos da dívida pública federal, estadual ou municipal, ações, debêntures, letras hipotecárias e outros títulos de crédito ou imobiliários;

e) ter prorrogados os prazos concedidos para funcionamento;

f) alterar seus estatutos;

g) alienar ou, por qualquer outra forma, transferir o seu controle acionário;

* Inciso X com redação determinada pelo Decreto n.º 2.321/87, anterior à Lei n.º 7.730/89 que o reenumerou.

XI - estabelecer condições para a posse e para o exercício de quaisquer cargos de administração de instituições financeiras privadas, assim como para o exercício de quaisquer funções em órgãos consultivos, fiscais e semelhantes, segundo normas que forem expedidas pelo Conselho Monetário Nacional.

XII - efetuar, como instrumento de política monetária, operações de compra e venda de títulos públicos federais;

XIII - determinar que as matrizes das instituições financeiras registrem os cadastros das firmas que operam com suas agências há mais de 1 (um) ano.

§ 1º. No exercício das atribuições a que se refere o inciso IX deste artigo, com base nas normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, o Banco Central do Brasil estudará os pedidos que lhe sejam formulados e resolverá conceder ou recusar a autorização pleiteada, podendo (VETADO) incluir as cláusulas que reputar convenientes ao interesse público.

§ 2º. Observado o disposto no parágrafo anterior, as instituições financeiras estrangeiras dependem de autorização do Poder Executivo, mediante decreto, para que possam funcionar no País (VETADO).

Art. 11. Compete ao Banco Central do Brasil:

I - estender-se, em nome do Governo brasileiro, com as instituições financeiras estrangeiras e internacionais;

II - promover, como agente do Governo Federal, a colocação de empréstimos internos ou externos, podendo, também, encarregar-se dos respectivos serviços;

III - atuar no sentido de funcionamento regular do mercado cambial, da estabilidade relativa das taxas de câmbio e do equilíbrio no balanço de pagamentos podendo para esse fim comprar e vender ouro e moeda estrangeira, bem como realizar operações de crédito no exterior, inclusive as referentes aos Direitos Especiais de Saque e separar os mercados de câmbio financeiro e comercial;

* Inciso III com redação determinada pelo Decreto-lei n.º 581/69.

IV - efetuar compra e venda de títulos de sociedades de economia mista e empresas do Estado;

V - emitir títulos de responsabilidade própria, de acordo com as condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional;

VI - regular a execução dos serviços de compensação de cheques e outros papéis;

VII - exercer permanente vigilância nos mercados financeiros e de capitais sobre empresas que, direta ou indiretamente, interfiram nesses mercados e em relação às modalidades ou processos operacionais que utilizem;

VIII - prover, sob controle do Conselho Monetário Nacional, os serviços de sua Secretaria.

§ 1º. No exercício das atribuições a que se refere o inciso VIII do art. 10 desta Lei, o Banco Central do Brasil poderá examinar os livros e documentos das pessoas naturais ou jurídicas que detenham o controle acionário de instituição financeira, ficando essas pessoas sujeitas ao disposto no art. 44, § 8º, desta Lei.

* § 1º acrescido pelo Decreto-lei n.º 2.321/87.

* O inciso VIII, mencionado no § 1º, é o atual inciso IX, que foi renumerado pela Lei n.º 7.730/89.

§ 2º. O Banco Central do Brasil instalará delegacias, com autorização do Conselho Monetário Nacional, nas diferentes regiões geo-econômicas do País, tendo em vista a descentralização administrativa para distribuição e recolhimento de moeda e o cumprimento das decisões adotadas pelo mesmo Conselho ou prescritas em lei.

* Antigo parágrafo único, renumerado para § 2º pelo Decreto-lei n.º 2.321/87.

Art. 12. O Banco Central do Brasil operará exclusivamente com instituições financeiras públicas e privadas, vedadas operações bancárias de qualquer natureza

com outras pessoas de direito público ou privado, salvo as expressamente autorizadas por lei.

Art. 13. Os encargos e serviços de competência do Banco Central, quando por ele não executados diretamente, serão contratados de preferência com o Banco do Brasil S/A, exceto nos casos especialmente autorizados pelo Conselho Monetário Nacional.

* Artigo com redação determinada pelo Decreto-lei n.º 278/67.

Art. 14. O Banco Central do Brasil será administrado por uma diretoria de cinco membros, um dos quais será o presidente, escolhidos pelo Conselho Monetário Nacional dentre seus membros mencionados no inciso IV do art. 6º desta Lei.

* Caput com redação determinada pela Lei n.º 5.362/67.

§ 1º. O presidente do Banco Central do Brasil será substituído pelo diretor que o Conselho Monetário Nacional designar.

§ 2º. O término do mandato, a renúncia ou a perda da qualidade de membro do Conselho Monetário Nacional determinam, igualmente, a perda da função de diretor do Banco Central do Brasil.

Art. 15. O regimento interno do Banco Central do Brasil, a que se refere o inciso XXVII do art. 4º desta Lei, prescreverá as atribuições do presidente e dos diretores e especificará os casos que dependerão de deliberação da diretoria, a qual será tomada por maioria de votos, presente no mínimo o presidente ou seu substituto

eventual e dois outros diretores, cabendo ao presidente também o voto de qualidade.

Parágrafo único. A diretoria se reunirá, ordinariamente, uma vez por semana, e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do presidente ou a requerimento de, pelo menos, dois de seus membros.

Art. 16. Constituem receita do Banco Central do Brasil as rendas:

I - de operações financeiras e de outras aplicações de seus recursos;

II - das suas operações de câmbio, de compra e venda de ouro e de quaisquer outras operações em moeda estrangeira;

III - eventuais, inclusive as derivadas de multas e de juros de mora aplicados por força do disposto na legislação em vigor.

* Caput e incisos com redação determinada pelo Decreto-lei n.º 2.376/87.

§ 1º. Do resultado das operações de câmbio de que trata o inciso II deste artigo, ocorrido a partir da data de entrada em vigor desta Lei, 75% (setenta e cinco por cento) da parte referente ao lucro realizado na compra e venda de moeda estrangeira destinar-se-á à formação de reserva monetária do Banco Central do Brasil, que registrará esses recursos em conta específica, na forma que for estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional.

* § 1º com redação determinada pelo Decreto-lei n.º 2.076/83.

§ 2º. A critério do Conselho Monetário Nacional, poderão também ser destinados à reserva monetária de que trata o § 1º os recursos provenientes de rendimentos gerados por:

a) suprimientos específicos do Banco Central do Brasil ao Banco do Brasil S/A, concedidos nos termos do § 1º, do art. 19, desta Lei;

b) suprimientos especiais do Banco Central do Brasil aos fundos e programas que administra.

* § 2º acrescido pelo Decreto-lei n.º 2.076/83.

§ 3º. O Conselho Monetário Nacional estabelecerá, observado o disposto no § 1º do art. 19 desta Lei, a cada exercício, as bases da remuneração das operações referidas no § 2º e as condições para incorporação desses rendimentos à referida reserva monetária.

* § 3º acrescido pelo Decreto-lei n.º 2.076/83.

CAPÍTULO IV

DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

SEÇÃO I

DA CARACTERIZAÇÃO E SUBORDINAÇÃO

Art. 17. Consideram-se instituições financeiras, para os efeitos da legislação em vigor, as pessoas jurídicas públicas ou privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei e da legislação em vigor, equiparam-se às instituições financeiras as pessoas físicas que exerçam qualquer das atividades referidas neste artigo, de forma permanente ou eventual.

Art. 18. As instituições financeiras somente poderão funcionar no País mediante prévia autorização do Banco Central do Brasil ou decreto do Poder Executivo, quando forem estrangeiras.

§ 1º. Além dos estabelecimentos bancários oficiais ou privados, das sociedades de crédito, financiamento e investimentos, das caixas econômicas e das cooperativas de crédito ou a seção de crédito das cooperativas que a tenham, também se subordinam às disposições e disciplinas desta Lei no que for aplicável, as bolsas de valores, companhias de seguros e de capitalização, as sociedades que efetuam distribuição de prêmios em imóveis, mercadoria ou dinheiro, mediante sorteio de títulos de sua emissão ou por qualquer forma, e as pessoas físicas ou jurídicas que exerçam, por conta própria ou de terceiros, atividade relacionada com a compra e venda de ações e outros quaisquer títulos, realizando, nos mercados financeiros e de capitais, operações ou serviços de natureza dos executados pelas instituições financeiras.

§ 2º. O Banco Central do Brasil, no exercício da fiscalização que lhe compete, regulará as condições de concorrência entre instituições financeiras, coibindo-lhes os abusos com a aplicação da pena (**VETADO**) nos termos desta Lei.

§ 3º. Dependerão de prévia autorização do Banco Central do Brasil as campanhas destinadas à coleta de recursos do público, praticadas por pessoas físicas ou

jurídicas abrangidas neste artigo, salvo para subscrição pública de ações, nos termos da lei das Sociedades por ações.

SEÇÃO II

DO BANCO DO BRASIL S/A

Art. 19. Ao Banco do Brasil S/A competirá, precipuamente, sob a supervisão do Conselho Monetário Nacional e como instrumento de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal:

I - na qualidade de Agente Financeiro do Tesouro Nacional, sem prejuízo de outras funções que lhe venham a ser atribuídas e ressalvado o disposto no art. 8º da Lei n.º 1.628, de 20 de junho de 1952:

- a) receber, a crédito do Tesouro Nacional, as importâncias provenientes da arrecadação de tributos ou rendas federais e ainda o produto das operações de que trata o art. 49 desta Lei.
- b) realizar os pagamentos e suprimentos necessários à execução do Orçamento Geral da União e leis complementares que lhe forem transmitidas pelo Ministério da Fazenda, as quais não poderão exceder o montante global dos recursos a que se refere a letra anterior, vedada a concessão, pelo Banco, de créditos de qualquer natureza ao Tesouro Nacional;
- c) conceder aval, fiança e outras garantias, consoante expressa autorização legal;
- d) adquirir e financiar estoques de produção exportável;
- e) executar a política de preços mínimos dos produtos agropastoris;

f) ser agente pagador e receber fora do País;

g) executar o serviço da dívida pública consolidada;

II - como principal executor dos serviços bancários de interesse do Governo Federal, inclusive suas autarquias, receber em depósito, com exclusividade, as disponibilidades de quaisquer entidades federais, compreendendo as repartições de todos os ministérios civis e militares, instituições de previdência e outras autarquias, comissões, departamentos, entidades em regime especial de administração e quaisquer pessoas físicas ou jurídicas responsáveis por adiantamentos, ressalvado o disposto no § 5º deste artigo, as exceções previstas em lei ou casos especiais, expressamente autorizadas pelo Conselho Monetário Nacional, por proposta do Banco Central do Brasil;

III - arrecadar os depósitos voluntários, à vista, das instituições de que trata o inciso III, do art. 10, desta Lei, escriturando as respectivas contas;

* Inciso III com redação determinada pelo Decreto-lei n.º 2.284/86.

IV - executar os serviços de compensação de cheques e outros papéis;

V - receber, com exclusividade, os depósitos de que tratam os arts. 38, item 3º, do Decreto-lei n.º 2.627, de 26 de setembro de 1940, e 1º do Decreto-lei n.º 5.956, de 1º de novembro de 1943, ressalvado o disposto no art. 27 desta Lei;

VI - realizar, por conta própria, operações de compra e venda de moeda estrangeira e, por conta do Banco Central do Brasil, nas condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional;

VII - realizar recebimentos ou pagamentos e outros serviços de interesse do Banco Central do Brasil, mediante contratação na forma do art. 13 desta Lei;

VIII - dar execução à política de comércio exterior (**VETADO**);

IX - financiar a aquisição e instalação da pequena e média propriedade rural, nos termos da legislação que regular a matéria;

X - financiar as atividades industriais e rurais, estas com o favorecimento referido no art. 4º, IX, e art. 53 desta Lei;

XI - difundir e orientar o crédito, inclusive as atividades comerciais suplementando a ação da rede bancária;

a) no financiamento das atividades econômicas, atendendo às necessidades creditícias das diferentes regiões do País;

b) no financiamento das exportações e importações.

§ 1º. O Conselho Monetário Nacional assegurará recursos específicos que possibilitem ao Banco do Brasil S/A, sob adequada remuneração, o atendimento dos encargos previstos nesta Lei.

§ 2º. Do montante global dos depósitos arrecadados, na forma do inciso III deste artigo, o Banco do Brasil S/A colocará à disposição do Banco Central do Brasil, observadas as normas que forem estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, a parcela que exceder as necessidades normais de movimentação das contas respectivas, em função dos serviços aludidos no inciso IV deste artigo.

§ 3º. Os encargos referidos no inciso I deste artigo serão objeto de contratação entre o Banco do Brasil S/A e a União Federal, esta representada pelo Ministro da Fazenda.

§ 4º. O Banco do Brasil S/A prestará ao Banco Central do Brasil todas as informações por este julgadas necessárias para a exata execução desta lei.

§ 5º. Os depósitos de que trata o inciso II deste artigo também poderão ser feitos nas Caixas Econômicas Federais, nos limites e condições fixados pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 20. O Banco do Brasil S/A e o Banco Central do Brasil elaborarão, em conjunto, o programa global de aplicações e recursos do primeiro, para fins de inclusão nos orçamentos monetários de que trata o inciso III do art. 4º desta lei.

Art. 21. O presidente e os diretores do Banco do Brasil S/A deverão ser pessoas de reputação ilibada e notória capacidade.

§ 1º. A nomeação do presidente do Banco do Brasil S/A será feita pelo Presidente da República, após aprovação do Senado Federal.

§ 2º. As substituições eventuais do presidente do Banco do Brasil S/A não poderão exceder o prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, sem que o Presidente da República submeta ao Senado Federal o nome do substituto.

§ 3º. (VETADO).

§ 4º. (VETADO).

SEÇÃO III

DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PÚBLICAS

Art. 22. As instituições financeiras públicas são órgãos auxiliares da execução da política de crédito do Governo Federal.

§ 1º. O Conselho Monetário Nacional regulará as atividades, capacidade e modalidade operacionais das instituições financeiras públicas federais, que deverão submeter à aprovação daquele órgão, com a prioridade por ele prescrita, seus programas de recursos e aplicações, de forma que se ajustem à política de crédito do Governo Federal.

§ 2º. A escolha dos diretores ou administradores das instituições financeiras públicas federais e a nomeação dos respectivos presidentes e designação dos substitutos observarão o disposto no art. 21, §§ 1º e 2º, desta lei.

§ 3º. A atuação das instituições financeiras públicas será coordenada nos termos do art. 4º desta Lei.

Art. 23. O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico é o principal instrumento de execução de política de investimentos do Governo Federal, nos termos das Leis n.ºs 1.628, de 20 de junho de 1952, e 2.973, de 26 de novembro de 1956.

Art. 24. As instituições financeiras públicas não federais ficam sujeitas às disposições relativas às instituições financeiras privadas, assegurada a forma de constituição das existentes na data da publicação desta Lei.

Parágrafo único. As Caixas Econômicas Estaduais equiparam-se, no que couber, às Caixas Econômicas Federais, para os efeitos da legislação em vigor, estando isentas do recolhimento a que se refere o art. 4º, XIV, e à taxa de fiscalização, mencionada no art. 16 desta lei.

SEÇÃO IV

DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PRIVADAS

Art. 25. As instituições financeiras privadas, exceto as cooperativas de crédito, constituir-se-ão unicamente sob a forma de sociedade anônima, devendo a totalidade de seu capital com direito a voto ser representada por ações nominativas.

* Caput com redação determinada pela Lei número 5.710/71.

§ 1º. Observadas as normas fixadas pelo Conselho Monetário Nacional as instituições a que se refere este artigo poderão emitir até o limite de 50% de seu capital social em ações preferenciais, nas formas nominativas e ao portador, sem direito a voto, às quais não se aplicará o disposto no parágrafo único do art.81 do Decreto-lei número 2.627, de 26 de setembro de 1940.

* § 1º com redação determinada pela Lei número 5.710, de 07/10/1971.

§ 2º. A emissão de ações preferenciais ao portador, que poderá ser feita em virtude de aumento de capital, conversão de ações ordinárias ou de ações preferenciais nominativas, ficará sujeita a alterações prévias dos Estatutos das Sociedades, a fim de que sejam neles incluídas as declarações sobre:

I - as vantagens, preferenciais e restrições atribuídas a cada classe de ações preferenciais, de acordo com o Decreto-lei número 2.627, de 26 de setembro de 1940;

II - as formas e prazos em que poderá ser autorizada a conversão das ações, vedada a conversão das ações preferenciais em outro tipo de ações com direito a voto.

* § 2º com redação determinada pela Lei número 5.710, de 07/10/1971.

§ 3º. Os títulos e cautelas representativas das ações preferenciais, emitidos nos termos dos parágrafos anteriores, deverão conter expressamente, as restrições ali especificadas.

* § 3º com redação determinada pela Lei número 5.710, de 07/10/1971.

* A Lei n.º 5.710/71 que alterou o caput e os parágrafos do art. 25 foi revogada pela Lei n.º 7.565/86, que entretanto não fez menção aos textos modificados no artigo 25.

Art. 26. O capital inicial das instituições financeiras públicas e privadas será sempre realizado em moeda corrente.

Art. 27. Na subscrição do capital inicial e na de seus aumentos em moeda corrente, será exigida no ato a realização de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) do montante subscrito.

§ 1º. As quantias recebidas dos subscritores de ações serão recolhidas no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento, ao Banco Central do Brasil, permanecendo indisponíveis até a solução do respectivo processo.

§ 2º. O remanescente do capital subscrito, inicial ou aumentado, em moeda corrente, deverá ser integralizado dentro de 1 (um) ano da data da solução do respectivo processo.

Art. 28. Os aumentos de capital, que não forem realizados em moeda corrente, poderão decorrer da incorporação de reservas, segundo normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional, e da reavaliação da parcela dos bens do ativo imobilizado, representado por imóveis de uso e instalações, aplicados no caso, como limite máximo, os índices fixados pelo Conselho Nacional de Economia.

Art. 29. As instituições financeiras privadas deverão aplicar, de preferência, não menos de 50% (cinquenta por cento) dos depósitos do público que recolherem, na respectiva Unidade Federada ou Território.

§ 1º. O Conselho Monetário Nacional poderá, em casos especiais, admitir que o percentual referido neste artigo seja aplicado em cada Estado e Território isoladamente ou por grupos de Estados e Territórios componentes da mesma região geo-econômica.

§ 2º. (Revogado)

* § 2º revogado pelo Decreto-lei n.º 48/66.

Art. 30. As instituições financeiras de direito privado, exceto as de investimento, só poderão participar de capital de quaisquer sociedades com prévia autorização do Banco Central do Brasil, solicitada justificadamente e concedida expressamente, ressalvados os casos de garantia de subscrição, nas condições que forem estabelecidas, em caráter geral, pelo Conselho Monetário Nacional.

Parágrafo único. (VETADO).

Art. 31. As instituições financeiras levantarão balanços gerais a 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, obrigatoriamente, com observância das regras contábeis estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 32. As instituições financeiras públicas deverão comunicar ao Banco Central do Brasil a nomeação ou a eleição de diretores e membros de órgãos consultivos, fiscais e semelhantes, no prazo de 15 (quinze) dias da data de sua ocorrência.

Art. 33. As instituições financeiras privadas deverão comunicar ao Banco Central do Brasil os atos relativos à eleição de diretores e membros de órgãos consultivos, fiscais e semelhantes, no prazo de 15 (quinze) dias de sua ocorrência, de acordo com o estabelecido no art. 10, X, desta Lei.

* O inciso X do art. 10 foi renumerado par inciso XI pela Lei 7730/89.

§ 1º. O Banco Central do Brasil, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, decidirá aceitar ou recusar o nome do eleito, que não atender às condições a que se refere o art. 10, X, desta Lei.

* O inciso X do art. 10 foi renumerado par inciso XI pela Lei 7730/89.

§ 2º. A posse do eleito dependerá da aceitação a que se refere o parágrafo anterior.

§ 3º. Oferecida integralmente a documentação prevista nas normas referidas no art. 10, X, desta Lei, e decorrido, sem manifestações do Banco Central do Brasil, o prazo mencionado no § 1º deste artigo, entender-se-á não ter havido recusa à posse.

* O inciso X do art. 10 foi renumerado par inciso XI pela Lei 7730/89.

Art. 34. É vedado às instituições financeiras conceder empréstimos ou adiantamentos:

I - a seus diretores e membros dos conselhos consultivo ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges;

II - aos parentes, até segundo grau, das pessoas a que se refere o inciso anterior;

III - às pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10% (dez por cento), salvo autorização específica do Banco Central do Brasil, em cada caso, quando se tratar de operações lastreadas por efeitos comerciais resultantes de transações de compra e venda ou penhor de mercadorias, em limites que forem fixados pelo Conselho Monetário Nacional, em caráter geral;

IV - às pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10% (dez por cento);

V - às pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% (dez por cento), quaisquer dos diretores ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

§ 1º. A infração ao disposto no inciso I deste artigo constitui crime e sujeitará os responsáveis pela transgressão à pena de reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos, aplicando-se, no que couber, o Código Penal e o Código de Processo Penal.

§ 2º. O disposto no inciso IV deste artigo não se aplica às instituições financeiras públicas.

Art. 35. É vedado ainda às instituições financeiras:

I - emitir debêntures a partes beneficiárias;

II - adquirir bens imóveis não destinados ao próprio uso, salvo os recebidos em liquidação de empréstimos de difícil ou duvidosa solução, caso em que deverão vendê-los dentro do prazo de 1 (um) ano, a contar do recebimento, prorrogável até duas vezes, a critério do Banco Central do Brasil.

Parágrafo único. As instituições financeiras que não recebem depósitos do público poderão emitir debêntures, desde que previamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil, em cada caso.

* Parágrafo único com redação determinada pelo Decreto-lei n.º 2.290/86.

Art. 36. As instituições financeiras não poderão manter aplicações em imóveis de uso próprio, que, somadas ao seu ativo em instalações, excedam o valor de seu capital realizado e reservas livres.

Art. 37. As instituições financeiras, entidades e pessoas referidas nos arts. 17 e 18 desta Lei, bem como os corretores de fundos públicos, ficam obrigados a fornecer ao Banco Central do Brasil, na forma por ele determinada, os dados ou informes julgados necessários para o fiel desempenho de suas atribuições.

Art. 38. As instituições financeiras conservarão sigilo em suas operações ativas e passivas e serviços prestados.

§ 1º. As informações e esclarecimentos ordenados pelo Poder Judiciário, prestados pelo Banco Central do Brasil ou pelas instituições financeiras, e a exibição de livros e documentos em juízo, se revestirão sempre do mesmo caráter sigiloso, só

podendo a eles ter acesso as partes legítimas na causa, que deles não poderão servir-se para fins estranhos à mesma.

§ 2º. O Banco Central do Brasil e as instituições financeiras públicas prestarão informações ao Poder Legislativo, podendo, havendo relevantes motivos, solicitar sejam mantidas em reserva ou sigilo.

§ 3º. As Comissões Parlamentares de Inquérito, no exercício da competência constitucional e legal de ampla investigação (art. 53 da Constituição Federal e Lei n.º 1.579, de 18 de março de 1952), obterão as informações que necessitarem das instituições financeiras, inclusive através do Banco Central do Brasil.

§ 4º. Os pedidos de informações a que se referem os §§ 2º e 3º deste artigo deverão ser aprovados pelo plenário da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal e, quando se tratar de Comissão Parlamentar de Inquérito, pela maioria absoluta de seus membros.

§ 5º. Os agentes fiscais tributários do Ministério da Fazenda e dos Estados somente poderão proceder a exames de documentos, livros e registros de contas de depósitos, quando houver processo instaurado e os mesmos forem considerados indispensáveis pela autoridade competente.

§ 6º. O disposto no parágrafo anterior se aplica igualmente à prestação de esclarecimentos e informes pelas instituições financeiras às autoridades fiscais, devendo sempre estas e os exames serem conservados em sigilo, não podendo ser utilizados senão reservadamente.

§ 7º. A quebra de sigilo de que trata este artigo constitui crime e sujeita os responsáveis à pena de reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos, aplicando-se, no que

couber, o Código Penal e o Código de Processo Penal, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Art. 39. Aplicam-se às instituições financeiras estrangeiras, em funcionamento ou que venham a se instalar no País, as disposições da presente Lei, sem prejuízo das que se contam na legislação vigente.

Art. 40. As cooperativas de crédito não poderão conceder empréstimos senão a seus cooperados com mais de 30 (trinta) dias de inscrição.

Parágrafo único. Aplica-se às seções de crédito das cooperativas de qualquer tipo o disposto neste artigo.

Art. 41. Não se consideram como sendo operações de seções de crédito as vendas a prazo realizadas pelas cooperativas agropastoris a seus associados, de bens e produtos destinados às suas atividades econômicas.

CAPÍTULO V

DAS PENALIDADES

Art. 42. O art. 2º da Lei n.º 1.808, de 7 de janeiro de 1953, terá a seguinte redação:

"Art. 2º. Os diretores e gerentes das instituições financeiras respondem solidariamente pelas obrigações assumidas pelas mesmas durante sua gestão, até que elas se cumpram.

Parágrafo único. Havendo prejuízos, a responsabilidade solidária se circunscreverá ao respectivo montante".

* Dispositivo prejudicado em razão da revogação da Lei n.º 1.808/53 pela Lei n.º 6.024/74.

Art. 43. O responsável pela instituição financeira que autorizar a concessão de empréstimo ou adiantamento vedado nesta Lei, se o fato não constituir crime, ficará sujeito, sem prejuízo das sanções administrativas ou civis cabíveis, à multa igual ao dobro do valor do empréstimo ou adiantamento concedido, cujo processamento obedecerá, no que couber, ao disposto no art. 44 desta Lei.

Art. 44. As infrações aos dispositivos desta Lei sujeitam as instituições financeiras, seus diretores, membros de conselhos administrativos, fiscais e semelhantes, e gerentes, às seguintes penalidades, sem prejuízo de outras estabelecidas na legislação vigente:

I - advertência;

II - multa pecuniária variável;

III - suspensão do exercício de cargos;

IV - inabilitação temporária ou permanente para o exercício de cargos de direção na administração ou gerência em instituições financeiras;

V - cassação da autorização de funcionamento das instituições financeiras públicas, exceto as federais ou privadas;

VI - detenção, nos termos do § 7º deste artigo;

VII - reclusão, nos termos dos arts. 34 e 38 desta Lei.

§ 1º. A pena de advertência será aplicada pela inobservância das disposições constantes da legislação em vigor, ressalvadas as sanções nela previstas, sendo cabível também nos casos de fornecimento de informações inexatas, de escrituração mantida em atraso ou processada em desacordo com as normas expedidas de conformidade com o art. 4º, XII, desta Lei.

§ 2º. As multas serão aplicadas até 200 (duzentas) vezes o maior salário mínimo vigente no País, sempre que as instituições financeiras, por negligência ou dolo:

- a) advertidas por irregularidades que tenham sido praticadas, deixarem de saná-las no prazo que lhes for assinalado pelo Banco Central do Brasil;
- b) infringirem as disposições desta Lei relativas ao capital, fundos de reserva, encaixe, recolhimento compulsórios, taxa de fiscalização, serviços e operações, não-atendimento ao disposto nos arts. 27 e 33, inclusive as vedadas nos arts. 34 (incisos II a V), 35 a 40 desta Lei, e abusos de concorrência (art. 18, § 2º);
- c) opuserem embaraço à fiscalização do Banco Central do Brasil.

§ 3º. As multas cominadas neste artigo serão pagas mediante recolhimento ao Banco Central do Brasil dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da respectiva notificação, ressalvado o disposto no § 5º deste artigo e serão cobradas judicialmente, com o acréscimo da mora de 1% (um por cento) ao mês, contada da data da aplicação da multa, quando não forem liquidadas naquele prazo.

§ 4º. As penas referidas nos incisos III e IV deste artigo serão aplicadas quando forem verificadas infrações graves na condução dos interesses da instituição financeira ou quando da reincidência específica, devidamente caracterizada em transgressões anteriormente punidas com multa.

§ 5º. As penas referidas nos incisos II, III e IV, deste artigo, serão aplicadas pelo Banco Central do Brasil admitido recurso, com efeito suspensivo, ao Conselho Monetário Nacional, interposto dentro de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da notificação.

§ 6º. É vedada qualquer participação em multas, as quais serão recolhidas integralmente ao Banco Central do Brasil.

§ 7º. Quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que atuem como instituição financeira, sem estar devidamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil, ficam sujeitas à multa referida neste artigo e detenção de 1 (um) a 2 (dois) anos, ficando a esta sujeitos, quando pessoa jurídica, seus diretores e administradores.

§ 8º. No exercício da fiscalização prevista no art. 10, VIII, desta Lei, o Banco Central do Brasil poderá exigir das instituições financeiras ou das pessoas físicas ou jurídicas, inclusive as referidas no parágrafo anterior, a exibição a funcionários seus, expressamente credenciados, de documentos, papéis e livros de escrituração, considerando-se a negativa de atendimento como embaraço à fiscalização, sujeitos à pena de multa, prevista no § 2º deste artigo, sem prejuízo de outras medidas e sanções cabíveis.

* O inciso VIII do art. 10, mencionado no § 8º, acima, foi renumerado para inciso IX pela Lei n.º 7.730/89.

§ 9º. A pena de cassação, referida no inciso V deste artigo, será aplicada pelo Conselho Monetário Nacional, por proposta do Banco Central do Brasil, nos casos de reincidência específica de infrações anteriormente punidas com as penas previstas nos incisos III e IV deste artigo.

Art. 45. As instituições financeiras públicas não federais e as privadas estão sujeitas, nos termos da legislação vigente, à intervenção efetuada pelo Banco Central do Brasil ou à liquidação extrajudicial.

Parágrafo único. A partir da vigência desta Lei, as instituições de que trata este artigo não poderão impetrar concordata.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 46. Ficam transferidas as atribuições legais e regulamentares do Ministério da Fazenda relativamente ao meio circulante, inclusive as exercidas pela Caixa de Amortização para o Conselho Monetário Nacional, e (VETADO) para o Banco Central do Brasil.

Art. 47. Será transferido à responsabilidade do Tesouro Nacional, mediante encampação, sendo definitivamente incorporado ao meio circulante, o montante das

emissões feitas por solicitação da Carteira de Redesconto do Banco do Brasil S.A., e da Caixa de Mobilização Bancária.

§ 1º. O valor correspondente à encampação será destinado à liquidação das responsabilidades financeiras do Tesouro Nacional no Banco do Brasil S.A, inclusive as decorrentes de operações de câmbio concluídas até a data da vigência desta Lei, mediante aprovação específica do Poder Legislativo, ao qual será submetida a lista completa dos débitos assim amortizados.

§ 2º. Para a liquidação do saldo remanescente das responsabilidades do Tesouro Nacional, após a encampação das emissões atuais por solicitação da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil S.A., e da Caixa de Mobilização Bancária, o Poder Executivo submeterá ao Poder Legislativo proposta específica, indicando os recursos e os meios necessários a esse fim.

Art. 48. Concluídos os acertos financeiros previstos no artigo anterior, a responsabilidade da moeda em circulação passará a ser do Banco Central do Brasil.

Art. 49. As operações de crédito da União, por antecipação de receita orçamentária ou a qualquer outro título dentro dos limites legalmente autorizados, somente serão realizadas mediante colocação de obrigações, apólices ou letras do Tesouro Nacional.

§ 1º. A lei de orçamento, nos termos do art. 73, § 1º, II, da Constituição Federal, determinará, quando for o caso, a parcela do déficit que poderá ser coberta pela venda de títulos do Tesouro Nacional diretamente ao Banco Central do Brasil.

§ 2º. O Banco Central do Brasil, mediante autorização do Conselho Monetário Nacional baseada na lei orçamentária do exercício, poderá adquirir diretamente letras do Tesouro Nacional, com emissão de papel-moeda.

§ 3º. O Conselho Monetário Nacional decidirá, a seu exclusivo critério, a política de sustentação em bolsa da cotação dos títulos de emissão do Tesouro Nacional.

§ 4º. No caso de despesas urgentes e inadiáveis do Governo Federal, a serem atendidas mediante critérios suplementares ou especiais, autorizados após a lei do orçamento, o Congresso Nacional determinará, especificamente, os recursos a serem utilizados na cobertura de tais despesas, estabelecendo quando a situação do Tesouro Nacional for deficitária, a discriminação prevista neste artigo.

§ 5º. Na ocorrência das hipóteses citadas no parágrafo único do art. 75 da Constituição Federal, o Presidente da República poderá determinar que o Conselho Monetário Nacional, através do Banco Central do Brasil, faça aquisição de letras do Tesouro Nacional com a emissão de papel-moeda até o montante do crédito extraordinário que tiver sido decretado.

§ 6º. O Presidente da República fará acompanhar a determinação ao Conselho Monetário Nacional, mencionada no parágrafo anterior, de cópia da mensagem que deverá dirigir ao Congresso Nacional, indicando os motivos que tomaram indispensável a emissão e solicitando a sua homologação.

§ 7º. As letras do Tesouro Nacional, colocadas por antecipação de receita, não poderão ter vencimentos posteriores a 120 (cento e vinte) dias do encerramento do exercício respectivo.

§ 8º. Até 15 de março do ano seguinte, o Poder Executivo enviará mensagem ao Poder Legislativo, propondo a forma de liquidação das letras do Tesouro Nacional emitidas no exercício anterior e não resgatadas.

§ 9º. É vedada a aquisição dos títulos mencionados neste artigo pelo Banco do Brasil S.A., e pelas instituições bancárias de que a União detenha a maioria das ações.

Art. 50. O Conselho Monetário Nacional, o Banco Central do Brasil, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, o Banco do Brasil S.A., o Banco do Nordeste do Brasil S.A. e o Banco de Crédito da Amazônia S.A. gozarão dos favores, isenções e privilégios, inclusive fiscais, que são próprios da Fazenda Nacional, ressalvado quanto aos três últimos o regime especial de tributação do Imposto de Renda a que estão sujeitos na forma da legislação em vigor.

Parágrafo único. São mantidos os favores, isenções e privilégios de que atualmente gozam as instituições financeiras.

Art. 51. Ficam abolidas, após 3 (três) meses da data da vigência desta Lei, as exigências de "visto" em "pedidos de licença" para efeito de exportação, excetuadas as referentes às armas, munições, entorpecentes, materiais estratégicos, objetos e obras de valor artístico, cultural ou histórico.

Parágrafo único. Quando o interesse nacional exigir, o Conselho Monetário Nacional criará o "visto" ou exigência equivalente.

Art. 52. O quadro de pessoal do Banco Central do Brasil será constituído de:

I - pessoal próprio, admitido mediante concurso público de provas ou de títulos e provas, sujeita à pena de nulidade a admissão que se processar com inobservância destas exigências;

II - pessoal requisitado ao Banco do Brasil S.A. e a outras instituições financeiras federais, de comum acordo com as respectivas administrações;

III - pessoal requisitado a outras instituições e que venham prestando serviços à Superintendência da Moeda e do Crédito há mais de 1 (um) ano, contado da data da publicação desta Lei.

§ 1º. O Banco Central do Brasil baixará, dentro de 90 (noventa) dias da vigência desta Lei, o estatuto de seus funcionários e servidores, no qual serão garantidos os direitos legalmente atribuídos a seus atuais servidores e mantidos deveres e obrigações que lhes são inerentes.

§ 2º. Aos funcionários e servidores requisitados, na forma deste artigo, as instituições de origem lhes assegurarão os direitos e vantagens que lhes cabem ou lhes venham a ser atribuídos, como se em efetivo exercício nelas estivessem.

§ 3º. Correrão por conta do Banco Central do Brasil todas as despesas decorrentes do cumprimento do disposto no parágrafo anterior, inclusive as de aposentadoria e pensão que sejam de responsabilidade das instituições de origem ali mencionadas, estas últimas rateadas proporcionalmente em função dos prazos de vigência da requisição.

§ 4º. Os funcionários do quadro pessoal próprio permanecerão com seus direitos e garantias regidos pela legislação de proteção ao trabalho e de previdência social, incluídos na categoria profissional de bancários.

§ 5º. Durante o prazo de 10 (dez) anos, contados da data da vigência desta Lei, e facultado aos funcionários de que tratam os incisos II e III deste artigo, manifestarem opção para transferência para o quadro do pessoal próprio do Banco Central do Brasil, desde que:

- a) tenham sido admitidos nas respectivas instituições de origem, consoante determina o inciso I deste artigo;
- b) estejam em exercício (**VETADO**) há mais de 2 (dois) anos;
- c) seja a opção feita pela diretoria do Banco Central do Brasil, que sobre ela deverá pronunciar-se Conclusivamente no prazo máximo de 3 (três) meses, contados da entrega do respectivo requerimento.

Art. 53. (Revogado).

* Artigo revogado pela Lei n.º 4.829/65.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 54. O Poder Executivo, com base em proposta do Conselho Monetário Nacional, que deverá ser apresentada dentro de 90 (noventa) dias de sua instalação, submeterá ao Poder Legislativo projeto de lei que institucionalize o crédito rural, regule seu campo específico e caracterize as modalidades de aplicação, indicando as respectivas fontes de recursos.

Parágrafo único. A Comissão Consultiva do Crédito Rural dará assessoramento ao Conselho Monetário Nacional, na elaboração da proposta que estabelecerá a coordenação das instituições existentes ou que venham a ser criadas, com o objetivo de garantir sua melhor utilização e da rede bancária privada na difusão do crédito rural, inclusive com redução de seu custo.

Art. 55. Ficam transferidas ao Banco Central do Brasil as atribuições cometidas por lei ao Ministério da Agricultura, no que concerne à autorização de funcionamento e fiscalização de cooperativas de crédito de qualquer tipo, bem assim da seção de crédito das cooperativas que a tenham.

Art. 56. Ficam extintas a Carteira de Redescontos do Banco do Brasil S.A. e a Caixa de Mobilização Bancária, incorporando-se seus bens, direitos e obrigações ao Banco Central do Brasil.

Parágrafo único. As atribuições e prerrogativas legais da Caixa de Mobilização Bancária passam a ser exercidas pelo Banco Central do Brasil, sem solução de continuidade.

Art. 57. Passam à competência do Conselho Monetário Nacional as atribuições de caráter normativo da legislação cambial vigente e as executivas ao Banco Central do Brasil e ao Banco do Brasil S.A., nos termos desta Lei.

Parágrafo único. Fica extinta a Fiscalização Bancária do Banco do Brasil S.A., passando suas atribuições e prerrogativas legais ao Banco Central do Brasil.

Art. 58. Os prejuízos decorrentes das operações de câmbio concluídas e eventualmente não regularizadas nos termos desta Lei, bem como os das operações de câmbio contratadas e não concluídas até a data de vigência desta Lei, pelo Banco do Brasil S.A., como mandatário do Governo Federal, serão, na medida em que se efetivarem, transferidos ao Banco Central do Brasil, sendo neste registrados como responsabilidade do Tesouro Nacional.

§ 1º. Os débitos do Tesouro Nacional perante o Banco Central do Brasil, provenientes das transferências de que trata este artigo, serão regularizados com recursos orçamentários da União.

§ 2º. O disposto neste artigo se aplica também aos prejuízos decorrentes de operações de câmbio que outras instituições financeiras federais, de natureza bancária, tenham realizado como mandatárias do Governo Federal.

Art. 59. É mantida, no Banco do Brasil S.A., a Carteira de Comércio Exterior, criada nos termos da Lei n.º 2.145, de 29 de dezembro de 1953, e regulamentada pelo Decreto n.º 42.820, de 16 de dezembro de 1957, como órgão executor da política de comércio exterior (VETADO).

Art. 60. O valor equivalente aos recursos financeiros que, nos termos desta Lei, passarem à responsabilidade do Banco Central do Brasil, e estejam, na data de sua vigência, em poder do Banco do Brasil S.A., será neste escriturado em conta e em nome do primeiro, considerando-se como suprimento de recursos, nos termos do § 1º do art. 19 desta Lei.

Art. 61. Para cumprir as disposições desta Lei, o Banco do Brasil S.A. tomará providências no sentido de que seja remodelada sua estrutura administrativa, a fim de que possa eficazmente exercer os encargos e executar os serviços que lhe estão reservados, como principal instrumento de execução da política de crédito do Governo Federal.

Art. 62. O Conselho Monetário Nacional determinará providências no sentido de que a transferência de atribuições dos órgãos existentes para o Banco Central do Brasil se processe sem solução de continuidade dos serviços atingidos por esta Lei.

Art. 63. Os mandatos dos primeiros membros do Conselho Monetário Nacional, a que alude o inciso IV do art. 6º desta Lei, serão respectivamente de 6 (seis), 5 (cinco), 4 (quatro), 3 (três), 2 (dois) e 1 (um) anos.

Art. 64. O Conselho Monetário Nacional fixará prazo de até 1 (um) ano de vigência desta Lei para a adaptação das instituições financeiras às disposições desta Lei.

§ 1º. Em casos excepcionais o Conselho Monetário Nacional poderá prorrogar até mais de 1 (um) ano o prazo para que seja complementada a adaptação a que se refere este artigo.

§ 2º. Será de 1 (um) ano, prorrogável, nos termos do parágrafo anterior, o prazo para cumprimento do estabelecido por força do art. 30 desta Lei.

Art. 65. Esta Lei entrará em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 31 de dezembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO

7.3. ANEXO III – O PEPEL DOS INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS

O papel dos intermediários financeiros

No atual arranjo do sistema financeiro, as principais instituições estão constituídas sob a forma de banco múltiplo (banco universal), que oferece ampla gama de serviços bancários. Outras instituições apresentam certo grau de especialização, conforme exemplos a seguir:

- ✓ Bancos comerciais, que captam principalmente depósitos à vista e depósitos de poupança e são tradicionais fornecedores de crédito para as pessoas físicas e jurídicas, especialmente capital de giro no caso das empresas;
- ✓ Bancos de investimento, que captam depósitos a prazo e são especializados em operações financeiras de médio e longo prazo;
- ✓ Caixas econômicas, que também captam depósitos à vista e depósitos de poupança e atuam mais fortemente no crédito habitacional;
- ✓ Bancos cooperativos e cooperativas de crédito, voltados para a concessão de crédito e prestação de serviços bancários aos cooperados, quase sempre produtores rurais;
- ✓ Sociedades de crédito imobiliário e associações de poupança e empréstimo, também voltadas para o crédito habitacional;
- ✓ Sociedades de crédito e financiamento, direcionadas para o crédito ao consumidor; e
- ✓ Empresas corretoras e distribuidoras, com atuação centrada nos mercados de câmbio, títulos públicos e privados, valores mobiliários, mercadorias e futuros.

Dentre as instituições relacionadas, ocupam posição de destaque no âmbito do sistema de pagamentos os bancos comerciais, os bancos múltiplos com carteira

comercial, as caixas econômicas e, em plano inferior, os bancos cooperativos e as cooperativas de crédito. Essas instituições captam depósitos à vista e, em contrapartida, oferecem aos seus clientes contas movimentáveis por cheque, muito utilizadas pelo público em geral, pessoas físicas e jurídicas, para fins de pagamentos e transferências de fundos. O sistema financeiro conta com 1.574 instituições financeiras da espécie, incluindo cooperativas de crédito, totalizando cerca de 17,4 mil agências e 95,1 milhões de contas (dez/05).

No quadro a seguir é mostrada a estrutura do sistema financeiro brasileiro, com indicação da área de competência de cada órgão de supervisão:

Quadro 1: Estrutura do sistema financeiro

Órgãos de regulação e fiscalização ¹		Instituições – Categoria	Discriminação
CMN	B C B	Instituições financeiras que captam depósitos à vista	Bancos múltiplos c/ carteira comercial
			Bancos comerciais
			Caixas econômicas
			Cooperativas de crédito
	C V M	Demais instituições financeiras	Bancos múltiplos s/ carteira comercial
			Bancos de investimento
			Bancos de desenvolvimento
			Sociedades de crédito, financiamento e investimento
			Sociedades de crédito imobiliário
			Companhias hipotecárias
			Associações de poupança e empréstimo
CNSP		Outros intermediários ou auxiliares financeiros	Bolsas de mercadorias e de futuros
			Bolsas de valores
			Sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários
			Sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários
			Sociedades de arrendamento mercantil
			Sociedades corretoras de câmbio
			Agentes autônomos de investimento
CGPC	SUSEP	Entidades ligadas aos sistemas de previdência e de seguros	Entidades fechadas de previdência privada
			Entidades abertas de previdência privada
			Sociedades seguradoras
			Sociedades de capitalização
		Entidades administradoras de recursos de terceiros	Fundos mútuos
			Clubes de investimentos
			Carteiras de investidores estrangeiros
	SPC	Entidades operadoras de sistemas de liquidação	Administradoras de consórcios
			Sistemas de compensação e de liquidação

¹ CMN - Conselho Monetário Nacional; CNSP – Conselho Nacional de Seguros Privados; CGPC – Conselho de Gestão da Previdência Complementar; BCB - Banco Central do Brasil; CVM - Comissão de Valores Mobiliários; SUSEP - Superintendência de Seguros Privados; SPC - Secretaria de Previdência Complementar.